UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

AUGUSTO DUTRA GALERY

**A trama de vínculos na história de um
representante sindical**

São Paulo
2014

AUGUSTO DUTRA GALERY

**A trama de vínculos na história de um representante
sindical**

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Doutor em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Maria Inês Assumpção
Fernandes

São Paulo
2014

Nome: Galery, Augusto Dutra

Título: A trama de vínculos na história de um representante sindical

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de
São Paulo para obtenção do grau de Doutor em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À memória de José Marcos Galery,
Antônio Marra e Orville Alves.

À presença de Beatriz Galery, Ana Grein
e Eunice Galery

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Maria Inês Fernandes, pela orientação cuidadosa, que consegue ser, ao mesmo tempo, exigente e respeitosa, rigorosa nos conceitos e atenciosa nas emoções.

Ao Prof. Dr. José Newton Araújo, que está sempre presente, mesmo quando longe, auxiliando meu percurso acadêmico e oferecendo sua amizade.

Ao Prof. Dr. Paulo de Salles Oliveira, por proporcionar uma reflexão profunda das teorias e do campo em minha pesquisa.

Ao Dr. Robson Colosio, que sempre me recebeu de portas abertas no Lapso, para compartilhar angústias, dúvidas e conceitos. Também à doce Dr^a. Eliane Costa e demais amigos do Lapso, pela acolhida na USP.

À Dr^a. Miriam Hermeto, que me guiou pelas trilhas da História Oral e cuja amizade remonta a eras quase primevas...

À querida Natália Alves, companheira de percurso, amiga incondicional.

A todos os meus familiares, em especial a meus sobrinhos Lorena, Pedro, Felipe e Julia, cujas conquistas me encham de orgulho.

Aos sempre presentes mesmo quando distantes amigos Bel Bechara e Sandro Serpa; Edson Barbero, Lilian e Rafael; Mauro Frysman, Rose e Esther; Raquel Madanelo e Fred Selvagem; e San Magalhaes.

Ao Instituto Rodrigo Mendes e toda sua equipe - Adauto, Aline, Andrea, Daniela, Deda, Evellyn, Fatima, Fran, Guilherme, Joice, Luiz Henrique, Lula, Regina e Tabata, com um agradecimento especial a Rodrigo Mendes.

Ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com especial carinho a Nalva Gil e Rosângela Segaki.

À Rosangela Santos, que cuida de nós.

À Ruth Levisky, Ciça Ramos e Graça Cunha, pelo caminhar.

À Ana Paula Lopes, que me apresentou às organizações estudadas.

Meus agradecimentos mais do que especiais a Démerson Dias pelo companheirismo.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado e apoio financeiro para a realização do presente trabalho.

RESUMO

Galery, A. D. (2014). *A trama de vínculos na história de um representante sindical*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Apresentamos a hipótese de que o modelo democrático representativo, quando aplicado a grupos e organizações, pode cumprir a função psíquica de intermediário entre o desejo dos membros de evitar o estabelecimento de um vínculo tirânico com o líder e, ao mesmo tempo, evitar os conflitos da convivência. Para abordar o tema, utilizamos o método de entrevista de história de vida, tendo como sujeito de pesquisa um sindicalista que, por 20 anos seguidos, atuou em um sindicato ligado à justiça federal do estado de São Paulo. A presente pesquisa tinha como objetivo refletir sobre o lugar do representante no grupo, em oposição ao lugar de líder. A partir dos dados obtidos, foi possível levantar a hipótese de que, enquanto o líder está investido em seu Eu Narcísico e onipotente, o representante identifica seu Ideal do Eu com os ideais do grupo, podendo postergar a satisfação de seus ideais em troca de ser reconhecido pelo grupo. Assim, o líder, ao receber uma transferência narcísica do grupo, pode pretender retomar o lugar do Pai da horda e, através da violência ou da sedução, exigir para si uma parcela quase total de poder. O representante, por outro lado, assume um lugar de tabu, recebendo uma transferência de poder para exercer funções típicas do papel de intermediário, mas, nesse caso, o grupo mantém o poder de destitui-lo de seu papel e massacrá-lo (mesmo que simbolicamente). No caso estudado, pudemos observar o sindicalista entrevistado exercendo esse papel de representante, a partir de posições que se repetiram ao longo de sua vida. Ocupou, a nosso ver, o papel de intermediário entre as pressões do momento democrático que o país viveu em 1988/1989 e os ideais autocráticos dos partidos de esquerda, que aqui representaram o grupo que buscava um vínculo tirânico em relação à categoria. O entrevistado viu-se enredado em uma trama de vínculos e na repetição de rituais que terminaram em uma crise que levou à sua ruptura com o grupo. Tal ruptura o levou a uma posição de ostracismo e lhe causou um intenso sofrimento, que o levou a uma depressão.

Palavras-chave: vínculo, representante, sindicato, René Kaës, Eugène Enriquez

ABSTRACT

Galery, A. D. (2014). *The web of bonds in the history of a Trade Union representative*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

We present the hypothesis that the representative democratic model, when applied to groups and organizations, can meet the psychic role of intermediary between the desire of members to avoid the establishment of a tyrannical relationship with the leader and, at the same time, avoid conflicts of coexistence. To address this issue, we used the method of life history interview, and as a research subject, a union trade representative that for 20 straight years, worked in a union linked to the federal courts of the state of São Paulo. This research aimed to reflect on the place of the representative in the group, as opposed to the place of leader. From the data obtained, it was possible to hypothesize that while the leader is invested in his narcissistic and omnipotent ego, the representative identifies his Ideal Ego with the ideals of the group, may postpone the fulfillment of his ideals in exchange for being recognized by the group. Thus, the leader receives a narcissistic transference from the group; he may want to regain the place of the Father of the horde, through violence or seduction, demanding for himself an almost total share of power. The representative, on the other hand, assumes a place of taboo, receiving a transfer of power to perform typical functions of an intermediary role, but in this case, the group has the power to depose him from his position and slay him (even symbolically). In our case, we observed the respondent exercising this role, from positions that were repeated throughout his life. He occupied, in our point of view, the role of intermediary between the pressures of democratic moment that the country experienced in 1988/1989 and the autocratic ideals of the Left parties, which represented here the group that seeks a tyrannical link with the category. The respondent found himself entangled in a web of bonds and the repetition of rituals that ended in a crisis that led to his departure from the group. This rupture led him to a position of ostracism and caused him intense suffering, which led to a depression.

Keywords: bond, representative, Union Trade, René Kaës, Eugène Enriquez

RÉSUMÉ

Galery, A. D. (2014). *La trame des liens dans l'histoire d'un représentant syndical*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

On part de l'hypothèse que le modèle démocratique représentatif, quand il est appliqué à des groupes et des organisations, peut accomplir la fonction psychique d'intermédiaire entre le désir des membres d'éviter l'établissement d'un lien tyrannique avec le leader et, à la fois, d'éviter les conflits de la convivialité. Pour approcher ce sujet, on a employé la méthode de l'interview sur l'histoire de vie, ayant comme sujet de recherche un syndicaliste qui, pendant 20 ans de suite, a agi dans un syndicat lié à la justice fédérale de l'Etat de São Paulo. Cette recherche avait pour but de réfléchir sur la place du représentant dans le groupe, en opposition à la place de *leader*. A partir des données recueillies, il a été possible de dresser l'hypothèse selon laquelle, tandis que le *leader* est investi dans son Moi Narcisique et tout-puissant, le représentant identifie son Idéal du Moi avec les idéaux du groupe, pouvant même ajourner la satisfaction de ses idéaux en échange d'être reconnu par le groupe. Ainsi, le *leader*, en recevant un transfert narcissique du groupe, peut vouloir reprendre la place du Père de la horde et, à travers la violence ou la séduction, exiger pour lui-même une parcelle quasi totale de pouvoir. D'un autre côté, le représentant assume une place de tabou, en recevant un transfert de pouvoir pour exercer les fonctions typiques du rôle d'intermédiaire, mais, dans ce cas-là, le groupe maintient le pouvoir de le destituer de son rôle et de le massacrer (même symboliquement). Dans le cas étudié, on a pu observer le syndicaliste interviewé en exerçant ce rôle de représentant, à partir de positions qui se sont répétées le long de sa vie. A notre avis, il a occupé le rôle d'intermédiaire entre les pressions du moment démocratique que le pays a vécu entre 1988/1989 et les idéaux autocratiques des partis de gauche, qui ont représenté, ici, le groupe qui cherchait un lien tyrannique par rapport à la catégorie. L'interviewé s'est vu pris dans une trame de lien et dans la répétitions de rituels qui ont fini par une crise qui a provoqué sa rupture avec le groupe. Pourtant, cette rupture l'a mené à une position d'ostracisme qui lui a provoqué une telle souffrance qu'il en a fait une dépression.

Mot-clés : lien, représentant, syndicat, René Kaës, Eugène Enriquez

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
CAPÍTULO I. Uma hipótese sobre a Democracia Representativa.....	14
<i>A. Protossociedades</i>	<i>15</i>
<i>B. Sobre o vínculo grupal na perspectiva psicossociológica.....</i>	<i>23</i>
<i>C. Psicossociologia e democracia.....</i>	<i>31</i>
<i>D. O lugar do sujeito singular, o lugar do representante, o lugar do grupo</i>	<i>39</i>
<i>E. Uma distinção entre líder e representante.....</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO II. Sindicatos e representação política	53
<i>A. As instâncias de análise de E. Enriquez.....</i>	<i>53</i>
CAPÍTULO III. Um representante sindical: entrevista de história de vida	87
<i>A. História oral e entrevista de história de vida</i>	<i>88</i>
<i>B. A história do representante.....</i>	<i>96</i>
CAPÍTULO IV. Considerações finais.....	149
<i>A. Sobre o contexto</i>	<i>154</i>
<i>B. Sobre as entrevistas.....</i>	<i>159</i>
Bibliografia	165

Apresentação

As relações entre a constituição dos vínculos grupais e as redes de poder, dentro de grupos organizados, nos parecem resultantes de tramas complexas. O poder é um lugar¹ atravessado por mitos, crenças, ideologias, pela história dos grupos e pelo contexto político e social que os envolve. Para Barus-Michel e Enriquez, “o poder, como o amor ou o prazer, parece indefinível, a despeito, ou por causa, do uso que cada um faz dele na vida cotidiana” (Barus-Michel & Enriquez, Pouvoir, 2002, p. 212). Tais autores tratam do poder como a “capacidade de impor sua vontade a outro” (p. 212). Ainda de acordo com eles, “como a detenção do poder exalta o narcisismo e oferece privilégios e benefícios psicológicos e materiais, bem além de sua necessidade funcional, é natural [ao homem] evitar ser desapropriado e de conservá-lo por todos os meios” (p. 213). É possível concluir dessa fala, portanto, que o poder será uma potencial fonte de conflitos dentro do grupo.

Ao tratarmos do poder, podemos pensar em termos macropolíticos, como as constituições das sociedades, os pactos e contratos sociais que fundam os Estados e regimes. No entanto, é certo afirmar que as microestruturas, como as organizações empresariais, comunitárias e sindicais, também estão sujeitas a relações de poder. Para Barus-Michel e Enriquez, “o [poder] que é ilustrado nas sociedades, é encontrado em grupos e organizações, colocando, no entanto, problemas específicos” (p. 215).

Se acreditarmos que o poder atravessa as relações grupais, é possível entendê-las como parte do vínculo que se estabelece entre seus membros. O grupo, portanto, cria formas de constituir o poder, sustentá-lo & lutar contra a dominação, deixar-se seduzir ou usá-lo como lei, mito etc., dando apoio, estabilidade, estrutura.

O presente estudo deseja focar-se em um modelo de resolução da questão do poder dentro dos grupos: a democracia representativa. Tal modelo mítico de criação e institucionalização dos grupos, que elegem seus representantes para mandatos de tempo fixo, se afigura como um campo interessante para auxiliar na reflexão sobre os modos de convivência entre seus membros e de transferência de poder. Queremos

¹ Apesar de reconhecer que alguns autores diferenciam os conceitos de “lugar” e “papel”, não iremos nos aprofundar nessa questão, no presente trabalho; consideraremos, de forma simplória, que os papéis são assumidos pelos sujeitos do grupo, enquanto que os lugares são criados pelo grupo para serem ocupados.

entender as implicações do uso desse sistema sobre e a partir do vínculo grupal e quais as especificidades dos lugares de poder numa organização que tenha escolhido tal paradigma. Queremos também ir além das consequências concretas da democracia representativa para refletir sobre as implicações intersubjetivas de tal sistema.

A partir de nossas experiências em pesquisas e intervenções anteriores, tanto em organizações sindicais quanto públicas, formamos uma primeira noção de que existem diferenças entre o sujeito que busca a manutenção do poder que “exalta o narcisismo e oferece privilégios e benefícios psicológicos e materiais” (como vimos acima) e aquele que, dentro de uma instituição democrática, busca representar seus eleitores. Este foi o nosso interesse na presente pesquisa: refletir sobre o representante eleito.

Para tanto, escolhemos como campo teórico, dentro da área da psicologia social, o estudo dos vínculos, campo que tem, entre seus principais teóricos, E. Pichon-Riviere, W. R. Bion e outros. Apesar da importância desses e de outros autores que tratam o assunto, proporemos um recorte para estudar o vínculo a partir da perspectiva de dois autores: Eugène Enriquez e René Kaës.

Enriquez trata o conceito de vínculo grupal, dentro de sua obra, como uma instância para a análise das organizações. O tema é central à sua obra que busca unir à sociologia as teses da psicanálise. Ele afirma: “as ciências sociais e a psicanálise tem o mesmo objeto de estudo: a criação e a evolução do vínculo social” (Enriquez, 1997, p. 17). É especialmente interessante, para o presente trabalho, as relações que Enriquez tece entre a instituição do vínculo grupal e a luta pelo poder, elemento que também aparece como essencial à sua teoria (Enriquez, 1997, p. 57).

Já Kaës trará um novo elemento para tratar do vínculo: a ideia de alianças inconscientes, cuja trama compõe os vínculos intersubjetivos. Impacto importante para nosso trabalho, esse autor defenderá (assim como outros) a ideia de que não há sujeito fora do grupo, o que significa que o líder, ao contrário do que possa aparentar uma primeira leitura da obra freudiana, ocupa um lugar nos pactos e alianças que é garantido pelo grupo. Dessa forma, é possível pensar nos fenômenos de poder dentro

de uma lógica intersubjetiva. Nesse sentido, estudar o líder e o representante é estudar uma trama de vínculos que garante esse espaço e o legítima.

Para o caso que nos dispusemos a estudar, as relações entre o mito democrático e a rede de vínculos se torna bastante importante. A democracia nos grupos é um campo que já foi abordado por diversos autores (com destaque para os trabalhos de dinâmica de grupo de K. Lewin), mas privilegiamos aqui a visão de S. Freud, E. Enriquez, J. Barus-Michel e R. Kaës para explorá-lo, decisão que considerou a congruência teórica, já que os três últimos autores propõem-se a trabalhar considerando a hipótese do primeiro.

À medida em que aprofundamos nossa leitura nas teorias propostas e a comparamos à história de vida de nosso entrevistado, nosso objetivo consequentemente se guiou para diferenciar o lugar do líder e o do representante. Freud se preocupava com o fenômeno da liderança dentro de um contexto continental em que as liberdades eram ameaçadas e os Estados guerreavam. Se, no texto de 1913, ele ainda se apresenta otimista com a vitória dos irmãos que abriria a possibilidade de uma sociedade sem pai, as duas grandes guerras que se seguiriam fariam seu interesse se guiar para um determinado tipo de líder, capaz de mover as massas como que hipnotizadas. Atualmente, parece-nos necessário voltar nosso olhar para as organizações democráticas, onde os grupos que as constituem buscam criar mecanismos para impedir que seja tiranizado por um indivíduo ou pequeno grupo. Como esse grupo lidará com a transferência de poder e como o depositário desse poder lidará com o grupo são questões que nos colocamos.

Para estudar tal fenômeno, optamos por realizar uma entrevista de história de vida com um sujeito que, durante 20 anos, ocupou cargos como representante eleito em entidades sindicais ligadas à justiça federal. Seu depoimento fortaleceu nossa hipótese de que o líder freudiano e esse representante ocupam lugares diferentes dentro da trama vincular mítica, institucional e sócio-histórica que compõe a organização estudada.

A partir daí, podemos definir nosso objetivo como:

- Estudar o lugar do representante na trama vincular de um grupo organizado democraticamente, a partir da história de vida de um coordenador sindical.

Como objetivos específicos, também buscamos:

- Refletir teoricamente sobre o lugar de representante frente aos mitos de formação do vínculo, a partir do contexto das entrevistas;
- Refletir sobre como o contexto sócio-histórico influenciou a visão do entrevistado em relação às organizações das quais fez parte e a seu papel nelas;
- Refletir sobre as relações que o entrevistado fez entre sua posição de representante e seu sofrimento psíquico.

A discussão teórica do próximo capítulo do presente trabalho se centrará na hipótese de que a democracia representativa pode cumprir esse lugar de evitar a investida autoritária dos líderes, ao mesmo tempo em que opera uma transferência de poder que possibilite aos membros negar as angústias e conflitos impostos pela convivência humana. Essa organização exigirá um novo tipo de depositário do poder, a que chamamos de representante² democrático. Exploraremos tais diferenças ao refletir sobre os conceitos de vínculo grupal, poder, intermediário e alianças inconscientes.

Em seguida, no capítulo II, discutiremos o contexto mítico, institucional, sócio-histórico das organizações onde o entrevistado atuou, de forma a criar um pano de fundo que influenciou o posicionamento do sujeito, buscando explorar os conflitos e contradições com as quais o grupo precisava lidar. Para tanto, baseamo-nos especialmente nas teorias de E. Enriquez, J. Barus-Michel, A. Lévy e R. Kaës e em análises que tem como tema os sindicatos, seja no campo teórico (através de autores socialistas como K. Marx, V. I. Lenin, L. Stalin e a leitura de R. Antunes sobre tais autores), seja no campo das organizações (através da análise documental das organizações estudadas).

² Gostaríamos de alertar, desde já, que utilizaremos representante, no presente trabalho, especificamente para designar o lugar do sujeito no qual é depositado um tipo específico de poder, pelos membros do grupo, para que ele ocupe o lugar entre os representados e o poder instituído (voltaremos a esse tema no próximo capítulo). Não estaremos tratando do representante na concepção freudiana (como representante psíquico ou de pulsão).

A análise do depoimento do entrevistado compõe o capítulo III, onde buscamos relacionar o seu discurso com as teorias apresentadas anteriormente. No último capítulo, nossa intenção é a de sintetizar nossas principais reflexões, fechando o trabalho.

Pensamos que o presente trabalho se justifica por buscar refletir sobre as especificidades e dificuldades das formações grupais democráticas. Para tanto, lembramos que Enriquez acredita que “a dificuldade da democracia é a própria dificuldade que afeta todo o vínculo social” (Enriquez, 1997, p. 265).

Antes de passarmos ao texto, gostaríamos de fazer uma última observação: acreditamos ter realizado, no presente estudo, uma análise particular, pertinente aos autores escolhidos. Para nós, os fenômenos que observamos mostraram-se extremamente complexos e, por vezes, contraditórios, aceitando diversas interpretações que não se excluem, mas se complementam. O estudo buscou, portanto, a possibilidade de abrir perspectivas, e não de esgotá-las.

Por essa mesma razão, durante o texto, optamos muitas vezes por usar o símbolo ‘&’ para tratar de posições ou binômios, ao invés de ‘/’, sendo este segundo utilizado para dar ideia de oposição e dicotomia, enquanto o primeiro deve ser pensado em termos de complementaridade, mesmo que de aparência antagônica. Utilizamos o ‘&’ por acreditar que as dinâmicas grupais não tem apenas um significado. Devem ser vistos por diversos ângulos. Não estão à disposição de apenas um desejo, processo psíquico ou ideal, mas condensam diversos desses.

CAPÍTULO I. Uma hipótese sobre a Democracia Representativa

O propósito desse capítulo é pensar sobre o lugar do sujeito eleito democraticamente para representar um determinado grupo. Buscaremos indicar alguns princípios teóricos dentro das teorias que elegemos como foco, de E. Enriquez e R. Kaës (ambas apoiadas nos estudos psicanalíticos de S. Freud), para refletir sobre o mecanismo psíquico que permitiria a assunção do representante como aquele que é, ao mesmo tempo, igual e destacado, no grupo. Para isso, partiremos da metáfora freudiana da horda primeva (e sua comparação com outra protossociedade, a de Hobbes); em seguida, revisaremos o conceito de vínculo social na perspectiva de E. Enriquez e os de intermediário e aliança inconsciente em R. Kaës com intuito de demarcar o quadro teórico que utilizaremos para a análise que realizaremos em seguida. Por fim, buscaremos montar uma hipótese sobre as diferenças entre os lugares de líder e representante.

Nosso objetivo, neste capítulo, é marcar as seguintes hipóteses:

1. Que a psicanálise construiu uma teoria de vínculo grupal que possibilita pensar uma teoria da democracia, vista como uma organização social fraterna que busca impedir a onipotência de um sujeito sobre os outros;
2. Que o representante pode ser pensado como um conceito diferente do de líder, ao se refletir sobre o Eu Narcísico, o Ideal de Eu e o Eu Ideal;
3. Que o grupo fraterno assim constituído irá frequentemente optar por eleger representantes ao invés de líderes, garantindo, assim, poder sobre estes e a garantia da divisão do poder e da possibilidade de assassinato simbólico do líder, caso necessário;
4. Que é possível pensar numa dinâmica de papéis onde o representante pode desejar ocupar o papel de líder, o que levará a uma resposta do grupo;
5. Que o representante eleito poderá ocupar uma função de objeto intermediário nas alianças inconscientes mantidas pelo grupo, por ocupar o lugar de tabu.

A. Protossociedades

Há 100 anos atrás, Sigmund Freud propôs um mito de gênese do pacto social que possibilitaria a constituição da sociedade. Em seu texto “Totem e Tabu” (Freud, 1913-2012)³, ele defendeu a ideia de um Estado primitivo, autoritário, governado por um pai déspota que reinava sobre todos da tribo. A caracterização desse “Estado social primevo” – chamada por Freud de horda primeva⁴ – como um regime déspota segue aqui a teoria de Tocqueville, que entende essa forma de organização social como aquela em que não existem forças organizadas o suficiente para resistir ao déspota (Tocqueville, 2005, p. 109). Podemos entender, a partir desse autor, que na horda primeva não havia vínculo social⁵ entre os membros, tornando impossível a organização dos sujeitos para combater a tirania⁶.

É a partir dessa horda primeva que Freud construirá seu mito. Mas talvez seja interessante refletir rapidamente sobre algumas questões anteriores: posto que os desejos não unem os homens, mas os dividem (Freud, 1913-2012, p. 104), por que os indivíduos se uniriam nessa horda primeva? Por que viveriam sob a égide desse tirano, ao invés de isolados? Que tipo de ligação estabeleciam, então, entre eles, se não era um vínculo?

Em “O mal-estar na cultura”, Freud expõe que o ser humano está sujeito a duas fontes de sofrimento não ligadas à questão social: o poder superior da natureza e a fragilidade do corpo. “Jamais dominaremos a natureza completamente, e nosso organismo, ele próprio uma parte dessa natureza, será sempre uma formação transitória, limitada em sua adaptação e em sua operação” (1930-2010, p. 80). A primeira função social é, portanto, a de proteção contra as concretas ameaças do ambiente.

³ Existem, hoje, diversas traduções disponíveis da obra de Freud em português. Utilizamos, para o presente trabalho, o lançamento mais recente dos livros consultados que tínhamos disponíveis, dando preferência às traduções feitas diretamente do alemão. Em relação à obra freudiana, tentaremos apontar sempre, nas referências, o ano de lançamento da primeira edição em alemão, além do ano da versão traduzida, pois acreditamos haver uma construção histórica do conceito de vínculo social, em sua obra.

⁴ A partir da hipótese darwiniana de horda (Freud, 1913-2012, p. 90).

⁵ Estamos entendendo vínculo, aqui, na perspectiva de E. Enriquez (2001b). Mas Kaës também levantará a hipótese que, no caso específico da Horda Primeva, não haveria o estabelecimento de vínculo (Kaës, 2009a, p. 78).

⁶ “Como resistir à tirania num país em que cada indivíduo é fraco e em que os indivíduos não estão unidos por nenhum interesse comum?”, perguntaria Tocqueville (2005, p. 109).

Depois que o homem primitivo descobriu que estava em suas mãos – literalmente falando – melhorar o seu destino na Terra por meio do trabalho, não lhe pôde ser indiferente o fato de que outro trabalhasse com ele ou contra ele. O outro adquiriu para ele o valor de colaborador, com quem era útil conviver. Antes ainda, em seu passado simiesco, o homem adotou o hábito de formar famílias; os membros da família foram provavelmente os seus primeiros ajudantes. Pode-se presumir que a fundação da família esteve ligada ao fato de que a necessidade de satisfação genital não se apresentou mais como um visitante que surge subitamente e, depois de sua partida, não dá mais notícias por longo tempo, mas que ela se alojou no indivíduo como um inquilino permanente. Isso deu ao macho motivo para manter consigo a mulher, ou, dito de um modo mais geral, os objetos sexuais; além disso, as fêmeas, que não queriam se separar de seus filhotes desamparados, tinham de ficar, no interesse deles, com o macho mais forte (Freud, 1930-2010, pp. 103-104)

Essa necessidade de “melhorar seu destino na terra” é que levará às primeiras comunidades. Mas não é um arranjo perfeito. Nesse momento será imposta uma terceira forma de sofrimento ao homem: a proveniente da convivência social: “a deficiência das disposições que regulam os relacionamentos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade” (Freud, 1930-2010, p. 80). Esse sofrimento reside na contraposição entre a liberdade individual e a cultura, que exige o sacrifício das pulsões, entre “a pretensão à liberdade individual contra a vontade da massa” (Freud, 1930-2010, p. 99). Para Freud,

Uma boa parte da luta da humanidade se concentra em torno da tarefa de encontrar um equilíbrio conveniente, ou seja, capaz de proporcionar felicidade, entre essas exigências individuais e as reivindicações culturais das massas, e é um dos problemas cruciais da humanidade saber se esse equilíbrio é alcançável através de uma determinada conformação da cultura ou se tal conflito é irreconciliável. (Freud, 1930-2010, p. 99).

Em termos psicanalíticos, podemos definir essa constante luta como “a oposição entre os impulsos⁷ do eu e os impulsos ‘libidinais’ do amor, dirigidos ao objeto” (Freud, 1930-2010, p. 134). E se podemos considerar “que a cultura é um processo a serviço do Eros, que deseja reunir indivíduos humanos isolados [...] em uma grande unidade, a humanidade” (Freud, 1930-2010, p. 141), é necessário também que ela lide com “o natural impulso agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e de todos contra cada um” (Freud, 1930-2010, pp. 141-142). Freud resume:

E agora, creio, o sentido do desenvolvimento cultural não nos é mais obscuro. Ele tem de nos mostrar a luta entre Eros e a morte, entre o impulso de vida e o impulso

⁷ Na versão que utilizamos deste texto de Freud, o termo “pulsão” foi traduzido como “impulso” (Zwick, 2010, pp. 189-191). Assim, estamos falando aqui das pulsões do Eu e libidinais.

destrutivo [...] e por isso o desenvolvimento cultural pode ser caracterizado sucintamente como a luta da espécie humana pela vida. (Idem, p. 142)

Hobbes (1642-1998, p. 3) levanta a hipótese semelhante à freudiana ao propor que “o homem é um deus para o homem, e que o homem é lobo do homem”⁸. Este autor também parte de uma “espécie de psicologia da natureza humana” (Kayser, 2005) que postula que “a discórdia nasce da comparação entre as vontades” (Hobbes, 1642-1998, p. 30) e “do apetite que muitos têm pelas mesmas coisas” (p. 30). O autor advoga que, em primeiro lugar, o ser humano busca e tem direito a se defender e ao livre arbítrio e, para garantir esse direito, mostra uma “propensão natural” a ferir o outro. Para Hobbes, portanto, a protossociedade era o permanente estado de guerra de todos contra todos. No entanto, temos aí um paradoxo no qual o direito a defender a vida (tanto em relação ao próprio corpo quanto em relação aos recursos naturais) leva à guerra de todos contra todos, mas essa mesma guerra é contrária à manutenção da vida. Para Hobbes, há duas resoluções para esse paradoxo: 1) a submissão ao mais forte, situação em que “o vencedor tem direito de forçar o vencido, ou o forte o mais fraco [...] a dar-lhe garantias de que no futuro lhe obedecerá” (p. 35) ou 2) o contrato social.

O contrato social em Hobbes

Para se conservar e, ao mesmo tempo, não ter que se submeter à força, o homem precisaria buscar a paz sempre que possível. Hobbes irá sugerir que, para obter essa paz, “a primeira lei especial da natureza é que não devemos conservar nosso direito a todas as coisas” (p. 38). É necessário abdicar de seu direito natural em prol de uma ordem social comum. Para tanto, “um poder coercitivo é requisito para dar-nos segurança” (p. 103), assegurando um castigo a quem quebrar a ordem. E

⁸ As relações entre a obra de Hobbes (1651-1981) e a teoria freudiana da gênese social estão estabelecidas por diversos autores. Enriquez (2003, p. 28) ressalta que Freud traz de Hobbes o “homo homini lupus” ao conceituar a pulsão de morte. Tragtenberg (2003) escreve que o pensamento de Freud em Totem e Tabu era marcada por um evolucionismo linear e historicista que vai sendo abandonado no curso de sua obra, afastando o seu pensamento do hobbesiano, em que o contrato social poderia dominar em sua totalidade os instintos agressivos humanos, através da intervenção do Estado, como também sugere Rêgo (1995). Por fim, Araújo (2001, pp. 22-23) também compara os textos dos dois autores para concluir que o tirano pai será destituído em prol do estado soberano agregador, “que impõe sua lei a todos, assegurando a ordem e a paz. Os cidadãos estarão assim, através desse desigual, ligados entre si por um contrato, por um pacto social”.

a única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (Hobbes, 1651-1981, p. 61).

É um contrato que se estabelece entre cada homem de uma determinada sociedade: cada um abrirá mão do poder de se autogovernar em prol de um ente (um indivíduo ou uma assembleia), desde que todos os outros o façam.

É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e pela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. (Hobbes, 1651-1981, p. 61)

Há, portanto, um movimento de submissão ao soberano e de transmissão de poder.

Hobbes diferencia os Estados onde as pessoas transmitem o poder de maneira pactuada daqueles nos quais o soberano se impõe pela força, chamando os primeiros de Estado por Instituição e os últimos de Estado por Aquisição⁹. Para o autor, há apenas 3 tipos de Estado por instituição: a monarquia (quando o poder é transmitido para apenas um homem), a democracia (quando o poder é transmitido a uma assembleia que a todos representa) e a aristocracia (quando a assembleia representa apenas parte dos súditos). Já na segunda forma, por Aquisição, caracteriza-se um “domínio paterno e despótico” (Hobbes, 1651-1981, p. 69).

Mas, pode-se notar, para Hobbes, o pacto será sempre baseado no medo. O que diferencia as duas formas é que, no Estado por Instituição, os homens submetem-se por medo uns dos outros enquanto que, no por Aquisição, o medo é dirigido ao soberano.

Assim, em síntese, Hobbes propõe uma evolução social, de um momento primitivo – a guerra de todos contra todos – para um momento submisso – o Estado formado a partir do medo.

⁹ Ele também fala da possibilidade da anarquia, que seria a ausência do Estado.

Poderíamos imaginar a hipótese Freudiana como partindo da proposta de Estado por Aquisição hobbesiano, na qual um déspota reina inquestionável. Freud, no entanto, proporá uma nova forma de Estado como resultante da dinâmica social estabelecida pelos excluídos.

O mito sociogênico em Freud

Retomemos o mito sociogênico: Freud começou a construir sua teoria, em Totem e Tabu, buscando raízes antropológicas para estudar a questão. Seu primeiro passo foi analisar os totens e tabus das tribos “mais atrasadas e miseráveis” (Freud, 1913-2012, p. 7), onde a organização social arcaica dos clãs totêmicos se relaciona intimamente com as proibições sexuais impostas a seus membros.

Ele apresentou o conceito de totem como um símbolo mítico para os clãs, que serve de vínculo entre seus membros (pois se acredita que seja seu antepassado comum), impondo uma série de restrições tanto em relação ao seu símbolo (geralmente um animal) quanto aos membros que dele comungam (Freud, 1913-2012, p. 7). A principal preocupação do autor, nesse primeiro momento, é vincular o totem aos desejos incestuosos e à sua interdição.

Já o tabu é definido por Freud como um elemento dicotômico entre o sagrado e o proibido ou perigoso (p. 9), resultando em interdições e, ao mesmo tempo, em santificação desse elemento. Assim, o tabu tem a função mítica de proteger, precaver o mal e salvaguardar o desenvolver da vida¹⁰, através da violenta punição àqueles que o transgredirem. Freud salienta que não há uma relação direta entre o real – circunstâncias exteriores ameaçadoras – e o tabu. Ele aparece como uma construção social e psicológica.

A ambivalência do tabu, entretanto, não reside apenas em seu caráter santificado/proibido, mas também no fato de que sua transgressão é desejada por cada um dos indivíduos que o compartilham: “o fundamento do tabu é uma ação proibida, para a qual há um forte pendor no inconsciente” (p. 20). O tabu é, portanto,

¹⁰ Freud utiliza a definição para tabu elaborada por N. W. Thomas e publicada na Encyclopaedia Britannica, na edição de 1910-1911 (Freud, 1913-2012, p. 10)

a interdição que forma os vínculos entre os membros de uma determinada comunidade, cada um abrindo mão de seus desejos. Tal pacto em torno do tabu se estabelece porque todos temem a dissolução social que surgiria a partir de um efeito de contágio, em que todos buscam a satisfação do próprio desejo, despertado pelo satisfação obtida por um outro. Para que tais sentimentos não sejam despertados, é necessário punir aquele que obtém satisfação.

Freud resume:

O tabu é uma proibição primeva forçadamente imposta (por alguma autoridade) de fora, e dirigida contra os anseios mais poderosos a que estão sujeitos os seres humanos. O desejo de violá-lo persiste no inconsciente; aqueles que obedecem ao tabu têm uma atitude ambivalente quanto ao que o tabu proíbe. (p. 55)

O autor propõe que o totemismo é a construção mítica que busca salvaguardar as duas proibições essenciais do tabu (não matar, não ter relações sexuais com a mãe). Os conceitos de totem e tabu, as íntimas relações que guardam entre si e, em especial, o poder que têm de controlar os desejos inconscientes de morte e incesto foram utilizados por Freud para construir um mito sociogênico¹¹. Freud lançou mão da hipótese de C. Darwin para descrever que “o homem viveu originalmente em pequenas hordas” (p. 90) onde “um pai violento e ciumento [...] reserva todas as fêmeas para si e expulsa os filhos quando crescem” (p. 103).

Para Enriquez, o poder desse pai déspota sobre a horda, “exprimindo-se diretamente pelo poder físico e pelo poder sexual [...], faz-se acompanhar igualmente pelo poder da palavra, que aparece como a única que o grupo deve considerar” (1990, p. 42).

De acordo com Freud,

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. [...] O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável

¹¹ Aceitando a interpretação de Levi-Strauss (1982) sobre Totem e Tabu, onde os atos perpetrados pelos irmãos não correspondem a nenhum fato, “mas traduzem, talvez, em forma simbólica, um sonho ao mesmo tempo duradouro e antigo” (pp. 531-532).

e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (Freud, 1913-2012, p. 103).

Tal banquete tem efeito catártico no grupo, liberando a energia do ódio que sentiam pelo pai e, em seguida, assimilando suas características de forma identificatória. O que surge após tal festejo é um avassalador remorso de alcance grupal. Para lidar com essa culpa, transformam o pai em totem e o assassinato e o incesto em tabus.

Nesse ponto, Freud foca sua análise na construção do pacto social que fundará a possibilidade de convivência entre os homens. De acordo com ele, instalou-se a necessidade de um pacto que impedisse alguém de assumir o lugar do déspota.

Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejaria, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. [...] Assim, os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver juntos, senão – talvez após superarem graves incidentes — instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. Assim salvaram a organização, que os havia fortalecido. (Freud, 1913-2012, p. 104)

Nesse sentido, o lugar do pai torna-se tabu e impede a guerra de todos contra todos. O pacto que se ergue é aquele em que os homens abriram mão da violência e do desejo em prol da convivência. É um pacto denegativo identificatório, como sugere Kaës (1993, p. 32)¹². Esse autor marcará que Totem e Tabu é a obra de Freud que “expõe, pela primeira vez, como se efetua a passagem da pluralidade dos indivíduos isolados ao grupo” (Kaës, 1993, p. 31)¹³.

Há um paralelo entre a teoria freudiana e a teoria hobbesiana para o qual gostaríamos de chamar a atenção. Ambos os autores partem do pressuposto de que a violência antecede a cultura (Araújo, 2006, p. 161).

Para Hobbes, "se não há um poder construído ou grande o suficiente para nossa segurança, cada homem irá e poderá legitimamente confiar em sua própria

¹² Retomaremos o tema do pacto denegativo identificatório ao discutir as alianças inconscientes, abaixo.

¹³ Tradução nossa.

força e perícia, para se acautelar contra todos os outros homens¹⁴ (1651-1981, p. 103). Araújo (2006, p. 164), ao citar a obra *De Cive*, de Hobbes, nota que a luta dos homens se dá por desejar o mesmo objeto sendo que, em sua obra, o objeto de desejo é essencialmente o poder (p. 164). Se na obra freudiana o desejo tem cunho sexual, a questão do poder já aparece claramente no desejo dos filhos (Freud, 1913-2012, p. 103). Enriquez, ao analisar o texto freudiano, também é bem claro em relacionar a questão da horda primeva à questão do poder (Enriquez, 1990). Assim, os dois autores estão propondo mitos da gênese da sociedade baseados na interdição do desejo e em abrir mão da violência entre seus membros. Mas há uma diferença essencial entre esses dois textos:

Hobbes buscava entender porque os cidadãos abririam mão de sua vontade e se submeteriam à tirania. Sua teoria de contrato social, que coloca o Estado na função de vigia e carrasco do desejo, quer explicar porque abrir mão da violência e se deixar ser governado. É, *data vênia*, uma teoria *da centralização do poder*, que considera o fato dos cidadãos abrirem mão de seus desejos e de seu poder em prol de um (ou de um pequeno grupo) como sistema racional para a constituição do Estado. Hobbes irá buscar resgatar o mito sociogênico dessa forma de governo em sua teoria.

Diferentemente da teoria hobbesiana, o *Homo Homini Lupus* de Freud é um ser dicotômico, atormentado pela culpa. A tendência à violência e o desejo de assassinato, aqui, não serão considerados estratégias legítimas que devem ser contidas pela violência maior do Estado, como em Hobbes, mas como pulsão psíquica. Tais pulsões levarão, mais tarde, ao sentimento de culpa e arrependimento experimentado pelos irmãos. Além disso, Freud vai notar que a morte do Pai também torna clara a necessidade do compartilhamento do poder entre os membros da horda, para garantir a continuidade do arranjo que havia permitido vencer o Pai-tirano. Nesse sentido, o assassinato do déspota é, também, o princípio da democracia, como defende Barus-Michel (2001). Divisão de poder significa abrir mão do desejo, mas não o extingue. Como bem nota a autora, a democracia é, por isso, repleta de paradoxos. “As decisões são sempre tomadas em um cenário de conflitos, de contradições, de ambivalências” (Barus-Michel, *A democracia ou a sociedade sem pai*, 2001, p. 33).

¹⁴ Tradução nossa

Como síntese, sugeriríamos que, em seu mito, Freud trata da democracia como possibilidade de vínculo, enquanto Hobbes discute o pacto social através da violência do Estado.

Três tipos de relações chamam a atenção quando refletimos sobre o que expomos desses dois autores, até aqui, e que parecem permear a composição do social: relações de luta, de submissão e fraternas.

Se acreditarmos que essas duas metáforas – a do Leviatã e a da horda primeva – nos dão pistas sobre a gênese das formas de governar, podemos também imaginá-las como parte de uma constante tensão entre governantes e governados, fazendo um movimento cíclico de revoluções, guerras, submissões e Estados fraternos, reeditadas interminavelmente por uma compulsão à repetição que Freud reconhece em todas as pessoas (não apenas nas neuróticas) e exemplifica, ao perceber a existência de sujeitos “que repetidamente, no curso da vida, elevam outra pessoa à condição de grande autoridade para si mesmos ou para a opinião pública, e após um certo tempo derrubam eles próprios essa autoridade, para substituí-la por uma nova” (Freud, 1918-2010, p. 182).

A ideia de que, após a derrubada do déspota, pode haver uma guerra de todos contra todos aparece, por exemplo, na teoria da paranoia dos grupos minoritários proposta por E. Enriquez (2001b). Esse autor tem uma importante contribuição para a atualização do mito sociogênico de Freud, ao propor sua teoria de vínculo grupal.

B. Sobre o vínculo grupal na perspectiva psicossociológica

E. Enriquez, autor que nos ofereceu o ponto de partida para o presente trabalho, apresentará, em sua teoria psicossociológica, um conceito de vínculo grupal. Ele parte do fato de que é a compreensão de que o Outro é sujeito de seu próprio desejo, e não objeto de satisfação, que, em primeiro lugar, irá levar à percepção de que “o semelhante, o irmão, é um adversário em potencial, às vezes até mesmo um inimigo cruel” (Enriquez, 1990, p. 158). No entanto, a violência da função paterna – “não existem irmãos sem que seja colocada primeiro a função paterna” (Enriquez, 1990, p. 161) – e a violência que essa função gera em resposta é o que vai possibilitar

a constituição de laços de amor entre os irmãos. O vínculo se estabeleceria quando os membros de um grupo voltam sua violência para um mesmo objeto, ao invés de lutar entre si.

A intervenção psicossociológica desenvolvida por Enriquez tem como pilar teórico sua visão sobre a complementaridade das ciências sociais e da psicanálise, inspirada na afirmação de Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*¹⁵, de que toda psicologia individual também é social. Afirma Enriquez: “Temos portanto o direito de afirmar que – salvo os processos narcísicos revelados pela psicanálise e que são irreduzíveis aos mecanismos sociais – as ciências sociais e a psicanálise têm o mesmo objeto de estudo: a criação e a evolução do vínculo social” (Enriquez, 1997, p. 17). Como método, a intervenção psicossociológica pode ser caracterizada como uma atividade de análise da demanda através da criação de espaços de circulação da palavra. Visa a passagem do papel de indivíduo – heterônomo, alienado de seus processos subjetivos, reprodutores do funcionamento social – a sujeito – “aquele que tenta sair tanto da clausura social quanto da clausura psíquica, bem como da tranquilização narcísica, para se abrir ao mundo e para tentar transformá-lo” (Enriquez, 2001a, p. 34).

Enriquez dirige sua atenção, na instância grupal, a entender o surgimento do vínculo grupal num senso estrito. Ao buscar analisar o nascimento dos grupos, Enriquez propõe que três elementos serão essenciais à ligação de seus membros: 1) o projeto comum; 2) a luta pelo poder por parte do grupo minoritário; e 3) o reconhecimento do desejo e o desejo de reconhecimento (Enriquez, 2001b).

Para Enriquez, “um grupo só se constitui em torno de uma ação a realizar, de um projeto ou de uma tarefa a cumprir” (p. 61)¹⁶. “Trata-se de sentir coletivamente, de experimentar a mesma necessidade de transformar um sonho ou uma fantasia em realidade cotidiana e de se munir dos meios adequados para conseguir isso” (p. 62). Para que isso seja possível, faz-se necessário que o grupo tenha um sistema de valores suficientemente bem compartilhado e interiorizado por seus membros,

¹⁵ “A psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado”. (Freud, 1921-2011, p. 10)

¹⁶ Colocação que aproxima sua teoria da dos grupos operativos de E. Pichon-Rivière (2009).

apoiado em um imaginário social comum, em uma representação coletiva com componentes cognitivos e afetivos (p. 62).

O projeto comum tem como base, portanto, uma idealização de que a realidade pode se tornar excepcional para o grupo, atuando simultaneamente sobre o Ideal do Eu e sobre o Eu Ideal. Esses dois conceitos serão importantes para discutirmos a questão do líder e do representante. Assim, iremos nos deter brevemente no assunto.

Ideal de Eu e Eu Ideal

O Ideal do Eu é uma expressão cunhada por Freud para caracterizar a “instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 222). É, portanto, uma referência externa construída pelo sujeito do inconsciente que serve de modelo ao qual o sujeito busca conformar-se. Para Freud, ele teria a função de:

Auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão. Dissemos que [essa instância, o Ideal do Eu] é a herdeira do narcisismo original, em que o Eu infantil bastava a si mesmo. Gradualmente ela acolhe, das influências do meio, as exigências que este coloca ao Eu, as quais o Eu nem sempre é capaz de cumprir, de modo que o indivíduo, quando não pode estar satisfeito com seu Eu em si, poderia encontrar satisfação no ideal do Eu que se diferenciou do Eu. (Freud, 1921-2011, p. 37)

O Ideal do Eu é central para o processo de identificação entre os membros de um grupo: “Uma massa primária desse tipo é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu Ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu” (Freud, 1921-2011, p. 42).

O Ideal do Eu acrescenta a ordem do potencial (aquilo que pode se tornar) à ilusão do projeto comum. “O Ideal então se dirige para o futuro, para um vir a ser” (Fernandes, 1989, p. 69). Ao mesmo tempo, liga esse potencial ao outro.

Para Freud, é possível que um terceiro seja colocado no lugar de Ideal do Eu, o que explicaria a submissão ao líder, como exposto em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, onde Freud afirma: “O pai primevo é o ideal da massa, que domina o Eu no lugar do Ideal do Eu” (1921-2011, p. 51).

Em relação ao Eu Ideal, Laplanche e Pontalis apontam que é uma formação intrapsíquica precoce de caráter narcísico. Embora existam algumas divergências teóricas relacionadas ao papel do terceiro¹⁷ na constituição do Eu Ideal, os autores concluem que ele está relacionado ao “objetivo de reconquistar o chamado estado de onipotência do narcisismo infantil” (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 139).

O Eu Ideal também garantiria a identificação com o ser onipotente através da “identificação heroica (identificação com personagens excepcionais e prestigiosos)” (pp. 130, citando D. Lagache). Laplanche e Pontalis citam que é possível que o Eu Ideal participe do mecanismo de defesa da identificação com o agressor, onde um sujeito, diante de uma ameaça externa, irá se identificar com seu agressor e mesmo imitar seus comportamentos ou adotar seus símbolos (p. 230).

Para Fernandes, o Eu Ideal relaciona-se com duas transformações: uma metamorfose da libido, que deixará de ser narcísica para se voltar para o exterior, e a construção do Ideal. “[Compreendeu-se a] evolução do Ego consistindo num progressivo afastamento do narcisismo primário, afastamento este que se daria por meio de um deslocamento da libido para um Ego Ideal, imposto de fora. A satisfação, daí para a frente, seria alcançada pelo cumprimento do Ideal. (Fernandes, 1989, p. 64).

O projeto comum, conforme proposto por Enriquez, como desejo de onipotência, liga-se ao Eu Ideal, e, ao mesmo tempo, substitui o (ou se introduz no) Ideal do Eu: “O indivíduo renuncia ao seu Ideal do Eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder” (Freud, 1921-2011, p. 50).

A metamorfose da libido, retirada do Eu narcísico e deslocada para o Eu Ideal, permite que o sujeito singular idealize o objeto (Fernandes, 1989, p. 65). A idealização cria assim uma realidade a ser alcançada e a percepção, por esse sujeito, de que o grupo pode alcançá-la. Para que tal idealização seja mantida, é necessário negar toda interrogação e permitir a canalização dos desejos, o que o grupo obtém através do

¹⁷ Enquanto alguns autores defendem que o Eu Ideal é uma união do Eu com o Id (e, portanto, formação puramente intrapsíquica), outros afirmam que compreende uma identificação com um outro onipotente (a mãe) (Laplanche & Pontalis, 1992, p. 139)

dispositivo simbólico da ilusão grupal. Por meio da atuação da ilusão, o projeto comum será investido de um caráter sacro e inatacável, suspendendo, por fim, toda dúvida na sua validade ou nos processos para sua realização. Assim, “da ilusão à crença, a passagem é rápida”, afirma Enriquez (p. 62). Esses três elementos – idealização, ilusão e crença – “levam-nos à noção da causa a defender” (p. 63), da missão a cumprir e pela qual os membros estão dispostos a se sacrificar. Se pensarmos no mito freudiano da horda primeva, o projeto comum seria a luta contra o pai déspota. É o processo de idealização, ilusão e crença que suspenderia o questionamento ético de assassinar o próprio pai, questionamento que só retornará após o ato consumado.

O projeto comum, o grupo minoritário e o poder

O projeto comum leva o grupo a se identificar com uma minoria atuante, na luta contra uma maioria que encarna a ordem estabelecida (e opressora). O grupo minoritário tem, assim, a tarefa de professar a nova mensagem. Segundo Enriquez, “toda minoria tem, pois, vocação majoritária” (p. 64). Para atingir esse grau de comprometimento, é necessário buscar uma coesão interna “que permite aos indivíduos se sentirem, antes de tudo e contra tudo, membros do grupo” (p. 64), arremetendo contra o instituído, buscando transgredi-lo e, eventualmente, substituí-lo. Vemos aparecer aqui o sentimento que une os irmãos em Totem e Tabu. Como afirma o próprio Enriquez:

Assim, o grupo vai tentar destruir as instituições. Como essas representam a ordem paterna, o falo triunfante ou a mãe arcaica devoradora, o grupo só pode lhes opor a ordem fraterna e igualitária (Enriquez, 2001b, p. 65).

É possível concluir, daí, que o grupo minoritário é um grupo em busca de poder, sendo sua essência a luta violenta para obtê-lo:

Não se ataca a antiga ordem com um debate cortês, mas pela luta. [...] Se nem todo grupo tem que matar o pai da horda, todo grupo, não obstante, deve criar um acontecimento irreversível, mediado por uma violência que substituirá a violência instituída e insuportável aos novos irmãos, violência fundadora de um novo mundo, permitindo-lhes formar entre si uma verdadeira comunidade. (Enriquez, 2001b, pp. 65-66).

Para o autor, o conceito de poder é atravessado pela experiência primitiva da relação entre o filho e seu pai. “É este último que define os objetos bons e maus, os

atos permitidos e proibidos, que recompensa e que sanciona. Ele é a lei, ele traça os limites” (Enriquez, 1991, p. 9). Se por um lado a lei do pai pode se tornar a lei da própria criança, por outro, essa só vê esperança de vida na morte daquele¹⁸. Mas a possível morte do pai encherá de culpa o filho, levando-o a apropriação das qualidades desse pai, de sua lei e de seus interditos.

A partir dessa imagem, Enriquez postula que um dos elementos essenciais do poder é o consentimento, que pode ser de dois tipos: 1) alguém se submete à regra pelo medo e pelas tendências repressivas do sujeito¹⁹ ou 2) alguém integra a lei ao seu Eu e se identifica com a pessoa que a porta. Nessa mecânica, transmite-se a lei, instituída, interiorizada, possibilidade de acesso ao mundo dos homens.

Temos então uma dicotomia entre o poder-limite que permite entrar na sociedade (e se ver como ‘irmão’ das outras pessoas, evitando a ascensão da barbárie) e o poder-pulsão de morte, exercido pelo pai destrutivo que não quer abrir mão de sua posição e impede a “criação de um mundo fraternal” (Enriquez, 1991, p. 13).

Gostaríamos de ressaltar alguns dos elementos essenciais que Enriquez atribui ao poder (Enriquez, 1991, pp. 19; 65-66):

- 1) O poder necessita do consentimento;
- 2) O poder quer ser considerado legítimo;
- 3) O poder é totalitário;
- 4) O poder está ligado à transgressão; negar a transgressão é confirmá-lo; transgredi-lo é criar uma nova ordem;
- 5) Cada ser deseja o poder e luta por conquistá-lo; esta luta é perigosa, pode levar à derrota, o que gera ansiedade; há três formas de lidar com tal ansiedade:
 - a. A manifestação de um poder fraterno, que suprime a luta;
 - b. A caricaturização da luta (através de justificações ou negações);
 - c. A limitação racional do poder.

¹⁸ Enriquez afirma ser essa a mensagem de Freud em Totem e Tabu (cf Enriquez, 1991, p. 9).

¹⁹ E, nesse ponto, sua teoria se aproxima da teoria hobbesiana.

O grupo minoritário deseja, portanto, alcançar esse poder, ser majoritário, fazer com que o ideal de seu projeto se torne realidade e verdade. Essa luta pelo poder está no cerne da teoria enriqueziana: “Por isso não coloco no centro de meus trabalhos a noção de classe, mas a de luta pelo poder, pela supremacia, pela dominação” (Enriquez, 1997, p. 57).

O projeto comum e a sensação de ser minoria ligam os membros do grupo a seu Eu Ideal, mas Enriquez introduz uma terceira característica do vínculo grupal, que liga os membros entre si: a identificação (ou desejo de reconhecimento) e o reconhecimento do desejo.

A identificação é descrita como o desejo de ser reconhecido como parte do grupo, eliminando as diferenças ao colocar o mesmo objeto (o ideal do projeto comum) no lugar de seu Ideal do Eu. “Assim, eles tornar-se-ão semelhantes, formarão um verdadeiro corpo social e não um conglomerado de indivíduos” (Enriquez, 1997, pp. 95-96), irmãos lutando contra o mesmo pai tirano (e, nesse sentido, mesmo aquele membro que se destaca não será mais que um “grande irmão mais velho e mais experiente”). O desejo de reconhecimento, no entanto, estará sempre em conflito, no nível particular, com o reconhecimento do desejo. Conforme Enriquez, é no grupo de pertença que

cada pessoa procura exprimir seus desejos, fazer com que seja percebida pelos outros [...]. Se faz parte do grupo, não é apenas porque quer concretizar um projeto coletivo, é também, e sobretudo, sem dúvida, porque ela pensa que é com essas pessoas e não com outras, graças a esse imaginário comum e não graças a outro, que ela poderá chegar a tornar reconhecível seu desejo na sua originalidade e especificidade, a fazer seus sonhos passarem à realidade, a se fazer aceita na sua diferença irreduzível, em seu ser insubstituível. Cada pessoa irá então tentar prender os outros nas redes de seus próprios desejos, manifestar no real seus fantasmas de onipotência e negar a castração, vivida num tal caso como ameaça real e não como elemento da ordem simbólica (Enriquez, 1997, p. 95).

A luta entre o reconhecimento do desejo e o desejo de reconhecimento mostra, a nosso ver, que a busca por poder se associa à batalha entre o Ideal do Eu e o Eu Ideal. Enriquez se interessa, então, por um tipo específico de grupo: aquele que busca a realização de seus desejos tanto no nível social, através da luta pelo projeto comum, quanto no individual, buscando o reconhecimento de seus próprios desejos pelos outros membros do grupo.

Se o mecanismo psíquico que leva ao grupo minoritário é comum a todo ser humano, podemos pensar que a demanda do grupo também depende da forma com que seus membros introjetaram a lei na passagem pelo Édipo²⁰. É possível postular então que essa demanda pode ser baseada nas necessidades de modificação das condições e da estrutura das organizações, ou na necessidade de reconhecimento dos desejos daquele grupo ou, ainda, que a demanda terá como pilar desejos primitivos de poder pleno e tirânico da função narcísica, surgidos da dificuldade dos membros em lidar com os limites impostos pela convivência humana.

A metáfora freudiana da horda primeva, uma das bases da teoria de vínculo de Enriquez, deixa clara a sensação de onipotência que se instala no grupo minoritário, que passa a se sentir capaz de enfrentar o mundo, desde que mantenha a unidade. Tal sensação, obtida através da idealização, é originada da sensação de que há um desequilíbrio de poder, onde o grupo percebe uma tentativa de subjugo por aquele (ou aquela ideia) que ocupa o lugar do líder. É necessário levantar a hipótese, por outro lado, de que o grupo, ao querer tomar o poder, esteja investindo nos desejos de onipotência de seu Eu Ideal para escapar dos limites impostos pela convivência social. Afirma Freud que a “revolta contra essa *instância censória* [o Ideal do Eu, que] vem de que a pessoa [...] quer se livrar de todas essas influências, começando pela dos pais [...]. A sua consciência moral lhe aparece então, em forma regressiva, como hostil interferência de fora” (Freud, 1914-2010, p. 43).

Em relação à evolução do grupo, Enriquez percebe duas direções possíveis:

- a) O desejo de reconhecimento se fortalece e o grupo reforça o comportamento de não tolerar a diversidade, o que acarreta a degradação da reflexão e da inventividade, o predomínio das imagens arcaicas e dos comportamentos pré-

²⁰ Uma breve digressão: de certa forma, o mito da horda primeva se aproxima bastante, na teoria freudiana, do complexo de Édipo. Em *História de uma neurose infantil* (Freud, 1918-2010, p. 116), o autor sugere que seu analisando primeiro substitui o pai pelo animal totêmico (o lobo) e depois o coloca no lugar de um “Deus cruel com o qual lutava [...], que deixa os homens se tornarem culpados para depois castiga-los, que sacrifica seu próprio filho”, ou seja, que teme o pai castrador, e afirma que tal processo “oferece uma confirmação inequívoca do que afirmei em *Totem e tabu* [...]. O totem seria o primeiro substituto do pai, mas o deus, um substituto posterior, em que o pai readquire forma humana. O mesmo encontramos em nosso paciente.” (pp. 150-151). Freud acreditava que o retorno das fantasias são derivadas de cenas reais (por exemplo, que a fantasia de renascimento é derivada da cena primária) (p. 137), razão, talvez, que o leve a defender o mito como uma situação real. De qualquer forma, o vínculo entre o complexo de Édipo e o pai primevo estabelecem uma conexão entre a história familiar e a história social, em termos das fantasias de violência e culpa (Enriquez, 1991, pp. 9-12).

edipianos, a emergência de fantasmas e angústias, o abandono da identidade pessoal e a expulsão das diferenças. O grupo se torna, assim, instituído. Enriquez chama essa formação de “massa”;

- b) O grupo passa a reconhecer o desejo de seus membros e seu projeto comum torna-se mais flexível, abrindo espaço para a tolerância e a cooperação como consequência dos conflitos internos. O grupo corre o risco de centrar-se em si mesmo e perder o contexto de seu projeto comum, mas também pode se tornar democrático, a partir da eleição de um líder que lhe permitirá se tornar um “grupo edipiano, em que a referência ao novo pai e aos seus ideais se converterá no elemento essencial, permitindo a identificação mútua e a coesão do conjunto. O que, no domínio psicossociológico, é conotado pelo termo ‘liderança’ encontra aqui sua razão de ser e seu campo de aplicação” (Enriquez, 1997, p. 98).

C. Psicossociologia e democracia

A teoria do vínculo grupal em Enriquez retoma a lógica freudiana de uma comunidade de irmãos em antítese ao regime totalitário hobbesiano. A questão do Estado assume, na psicossociologia, um lugar de destaque.

Já em *Da horda ao Estado* (Enriquez, 1990, pp. 264-290), o autor dedica um capítulo à discussão de como a dominação do Estado buscará a legitimação do poder. Nesse sentido, o Estado transcenderá o modelo previsto por Hobbes e utilizará de estratégias de dominação e sedução, se apresentando como um corpo indispensável à sociedade. Enriquez define:

O Estado moderno deve dar ao grupo-povo uma imagem dele mesmo na qual este último possa se reconhecer e à qual ele possa aderir. Ele vai ser obrigado, então, a assumir o *controle* da atividade do conjunto de seus membros (contrariamente aos Estados anteriores à Revolução Francesa), e penetrar em toda a densidade do social (p. 264)

Enriquez está fazendo, aqui, uma teoria sociológica do Estado, e não pretendemos reduzi-lo a uma condição psicológica. Mas arriscaremos dizer que cada uma das formas de Estado possível impõe uma lógica intersubjetiva própria, produz

um tipo de subjetividade e é, também influenciado pelas malhas psicossociais & transgeracionais de seus participantes. Também iremos supor que é possível transpor algo da teoria dos Estados para grupos menores. É o caso da democracia representativa, vista como modo de organização que representa a vontade de seus participantes. Se, como sistema de governo, é possível pensá-la de forma universal, também se pode perceber que o sistema de eleição de representantes é uma instituição presente nos mais diversos grupos e organizações.

Gostaríamos de extrapolar algumas teorias psicossociológicas aplicadas à democracia representativa como sistema de governo para aplicá-la num grupo restrito, a saber, a estrutura sindical.

Vejamos, anteriormente, como a psicossociologia trata o representante eleito numa democracia representativa. Para isso, é necessário retomar Freud. Após *Totem e tabu*, no qual imagina uma sociedade de iguais, sem Pai, sem líder, sem vínculos verticais (Araújo, 2001), portanto uma democracia direta e *não*-representativa, Freud publicará pelo menos dois textos nos quais reintroduz a presença do líder e sua inevitabilidade: *Psicologia das massas e análise do eu* (1921-2011) e *Moisés e o monoteísmo* (1939-1997).

O caminhar da liderança em Freud

Em *Totem e Tabu* (Freud, 1913-2012), ensaio antropológico a que Freud se propõe, o autor dedica uma seção ao “tabu dos soberanos” (Freud, 1913-2012, pp. 27-35). Ele vai explicitar que, ao governante das sociedades que aborda no texto, são atribuídas características fantásticas (como o dom de cura), mas que ele também será alvo de punições severas e estará sujeito a uma “etiqueta cerimoniosa” que lhe custará o conforto, a liberdade e tornará sua vida um fardo. Conclui Freud: “Elas [as cerimônias dos tabus] não apenas distinguem os reis e os elevam acima de todos os comuns mortais, como lhes tornam a vida um sofrimento e um fardo insuportável, e os obrigam a uma servidão muito pior que a de seus súditos” (p. 35).

A teoria presente em *Totem e Tabu* (Freud, 1913-2012, pp. 102-106) traz, ainda, uma reflexão sobre os diferentes lugares destinados ao líder e aos liderados.

Ela parte do mito do assassinato do pai, um mito que será transmitido através das gerações e que tem como consequência tornar tabu o lugar de líder, de forma a permitir o vínculo entre os membros. Nesse sentido, a proibição ao lugar de líder aparece como princípio de realidade. Como Freud irá definir em “Além do princípio do prazer”, o princípio da realidade “sem abandonar a intenção de obter afinal o prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a renúncia a várias possibilidades desta e a temporária aceitação do desprazer, num longo rodeio para chegar ao prazer” (Freud, 1920-2010, p. 165).

Ao soberano, então, cabe um lugar de poder, que deve passar por punições reiteradas vezes porquanto não deve despertar o desejo dos membros em assumir tal posição. É um poder submetido, parcial, que garante privilégios mas corre o risco de ser arrancado a qualquer momento, em virtude de qualquer deslize, por seus seguidores, sempre atentos. Diferente do poder do pai tirano, o líder & tabu, para usufruir desse poder, precisa abrir mão de parte de seus desejos, em especial os relacionados ao narcisismo, para representar o Ideal do Eu do grupo. Nesse sentido, destacar-se no grupo supõe se colocar em um contínuo estado de perigo.

O lugar de tabu do líder é essencial para que o indivíduo comum (não-líder) fique “a salvo” da tentação de se tornar líder. Ao perceber o esforço, sacrifício e sofrimento que a liderança requererá daquele disposto a ocupar tal lugar, o membro do grupo não o buscará. Como, então, justificar aquele que se presta ao lugar de tabu, se estamos sob a égide do princípio do prazer? A questão da satisfação do desejo aparece como resposta óbvia. Há um anseio em cada um dos irmãos de se tornar o pai detentor da palavra e da sexualidade, como formula Enriquez (1990, p. 30).

Há, ainda, uma segunda possibilidade, fundada na ideia de que o líder tem mais poder de decisão sobre a própria vida do que o liderado, como conclui Freud em *Psicologia das massas e análise do eu*, ao afirmar que o pai da horda era “livre” (Freud, 1921-2011). A ideia de sair de uma situação passiva para assumir um papel ativo, por mais desprazeroso que seja, pode ser vista como uma espécie de acordo entre o Eu e o Ideal do Eu.

É possível entender que Freud vê a liderança como um processo que busca uma continuidade entre a psicologia de massa e a individual. Ele afirma: “Deve haver

a possibilidade de transformar a psicologia da massa em psicologia individual, deve-se achar uma condição em que uma transformação tal ocorra facilmente” (Freud, 1921-2011, p. 47). A psicologia individual à qual o autor se refere são os processos intrapsíquicos do líder. Freud afirma, em *Psicologia das massas e análise do Eu*, que o líder, na horda primeva, era o *super-homem* nietzschiano:

O pai da horda primeva era livre. Seus atos intelectuais eram fortes e independentes mesmo no isolamento, sua vontade não carecia do reforço dos demais. [...] Ainda hoje os indivíduos da massa carecem da ilusão de serem amados igualmente e justamente pelo líder, mas este não precisa amar ninguém mais, é-lhe facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista, mas seguro de si e independente. (p. 47).

Mas o líder só poderá se colocar nesse lugar senhorial se existir, no grupo, tal espaço, o que significa dizer que o grupo admite a existência do líder e a ele transfere sua própria potência. O processo concreto de transferência de poder é acompanhada por uma transferência intersubjetiva, através da idealização do líder, assim como acontece no enamoramento. Freud escreve:

Percebemos que o objeto é tratado como o próprio Eu, que então, no enamoramento, ***uma medida maior de libido narcísica transborda para o objeto***. Em não poucas formas da escolha amorosa torna-se mesmo evidente que o objeto serve para substituir um ideal não alcançado do próprio Eu. Ele é amado pelas perfeições a que o indivíduo aspirou para o próprio Eu, e que através desse rodeio procura obter, para satisfação de seu narcisismo. (Freud, 1921-2011, p. 39)²¹.

Ao retomar a ideia da horda primeva, nesse texto, Freud exemplifica o papel do líder como aquele que ocupa, ao mesmo tempo, uma posição igual e diferente:

Ainda Moisés tem de atuar como intermediário entre seu povo e Jeová, já que o povo não suportaria a visão de Deus, e quando ele retorna da presença de Deus seu rosto brilha, uma parte do “maná” transferiu-se para ele, como sucede com o intermediário nos povos primitivos. (1921-2011, p. 49).

Moisés e o monoteísmo (Freud, 1939-1997) é dedicado a semelhante debate, mas do ponto de vista contrário: diante da hipótese de Freud de que Moisés era, na verdade, um egípcio, o autor tentará explicar porque é necessário aos judeus transformá-lo em um dos seus, igual, irmão, representante do seu povo. Moisés consegue a proeza de tornar-se líder sugerindo um sistema de crenças inabalável: “Descobrimos que o homem Moisés imprimiu nesse povo [os judeus] esse caráter

²¹ Grifo nosso na citação.

dando-lhes uma religião que aumentou tanto sua autoestima que ele se julgou superior a todos os outros povos” (p. 79). Se Moisés foi hábil em se colocar no lugar de superior, foi necessário ao povo judeu convertê-lo em irmão para permitir a manutenção do vínculo fraterno.

Até agora, ao refletirmos sobre as teorias de Freud e Enriquez, notamos que o grupo pode designar lugares diferentes em relação à liderança: 1) o lugar do líder despótico, e aqui incluiremos o líder sedutor que usa a distribuição do amor como forma de tirania, como sugerido em *Psicologia das massas e análise do eu* (Freud, 1921-2011); 2) o lugar que Enriquez denominou de “grande irmão mais velho e mais experiente” (Enriquez, 1997, p. 96), que ocupa a dupla posição de Moisés (ser parte do grupo, emanar poder divino), que chamaremos no presente trabalho de representante; e 3) a ausência de lugar para líderes, na qual se encontra o grupo de irmãos logo após o assassinato do pai.

Sugeriremos, para o presente trabalho, a hipótese de que esses são possibilidades fluidas do grupo, mais do que papéis estáticos. Como vimos acima, o grupo de irmãos, ao escolher um novo líder para sair da posição anárquica, investe nele energia libidinal e narcísica, idealizando-o como num movimento de paixão. Em uma hipótese ‘econômica’, podemos imaginar que este investimento narcísico do grupo no líder esvazia de poder cada membro do grupo, separadamente, e infla o narcisismo do líder, que acreditará ser o cerne do grupo, assim como “Sua-majestade-o-bebê” crê estar no centro do mundo. O líder poderá, progressivamente, acreditar-se divino, à medida que o grupo não questiona suas ordens e desejos e lhe concede permissões e favores especiais. Aos poucos, sua libido se deslocará do Ideal do Eu para os desejos narcísicos. No entanto, ele só permanecerá nesse lugar enquanto corresponder à idealização do grupo – lembramos aí o sofrimento dos escolhidos descrito por Freud em *O tabu dos soberanos* (Freud, 1913-2012, pp. 27-35). Para tornar-se um líder onipotente, ele terá que usar estratégias como a violência ou a sedução, de forma a manter em si o investimento de cada membro do grupo e ocupar o lugar de Ideal do Eu.

Também arriscamos afirmar que, provavelmente, há, em toda situação de poder socialmente definida – por mais democrática que seja – um grupo minoritário que não enxergará este líder como ideal e estará em luta para tomar o poder. Para Barus-Michel, este é um dos paradoxos importantes da democracia:

Se a soberania pertence ao povo, isto é, ao conjunto de cidadãos, esse conjunto é incapaz de unanimidade, ele se sustenta na diversidade de suas partes, ou seja, nas incontáveis singularidades que representam tantas diferenças e divergências. As decisões são sempre tomadas em um cenário de conflitos, de contradições, de ambivalências. (Barus-Michel, 2001, p. 33).

A democracia requer, portanto, esforço do líder para se manter no papel de ideal dos membros do grupo. Ainda assim, pelas contradições internas do grupo, a qualquer momento, ele poderá ser deposto.

Gostaríamos de ilustrar com um exemplo possível do que estamos chamando de caminhar do líder. Poderíamos, por exemplo, sair de um grupo com líder déspota²². Nessa situação, os irmãos se identificariam entre si e se tornariam um grupo minoritário que busca exterminar este líder. Se obtém êxito em ‘assassiná-lo’ (mesmo que simbolicamente), vai se tornar, num primeiro momento, um grupo sem líder (onde prevalece o ideal, para recuperarmos a teoria de Enriquez). No entanto, para conseguir se organizar e evitar o risco da guerra de todos contra todos, o grupo identificará um ‘irmão mais velho’ (também nas palavras de Enriquez), um representante, que possibilitaria ao grupo investir em seu projeto comum. O grupo investirá nele sua libido narcísica, diferenciando-o e o destacando do grupo. À medida em que recebe a potência do grupo, o representante pode caminhar para se tornar um líder déspota. Ou o próprio grupo pode colocar o representante no lugar do tirano, a partir do momento em que falhe em ocupar o lugar de ideal do grupo. O ciclo, então, recomeçaria.

Obviamente, cada uma dessas etapas propostas pode durar diferentes tempos, o ciclo pode nunca se completar e estacionar em determinados arranjos: por exemplo, um representante pode ser hábil em manter-se no lugar de Ideal todo o tempo, ou o grupo pode não se acreditar forte o suficiente para combater o líder déspota, ou ainda, o grupo pode propor um acordo democrático, em que o líder será constantemente

²² Partiremos desse ponto apenas para conservar a cronologia proposta por Freud em *Totem e tabu*.

substituído por um novo. São inúmeras as possibilidades e nossa intenção aqui não é a de classificar as formas de liderança. O que gostaríamos de chamar a atenção, ao propor o presente modelo, é 1) que o papel do líder é dependente da transferência de poder que o grupo faz para ele; e 2) que esse papel destacado em relação ao grupo não é estático: um representante democrático pode tornar-se um líder sedutor ou déspota, e esse papel depende tanto do desejo do líder quanto do desejo do grupo.

O modelo democrático representativo é uma forma de organização política interessante dentro da lógica apresentada até aqui. Ele garante, concretamente, que o líder possa ser destituído de seu papel sem o risco de uma luta violenta pelo poder. Ao se eleger um líder por tempo determinado, o grupo o coloca numa posição tal que precisará (ao menos na época da eleição) exercer o papel do ideal do grupo, seja de forma real ou através da sedução.

O modelo democrático e o tabu dos soberanos

Para Barus-Michel, um dos aspectos psicossociológicos importantes da democracia é assegurar “o direito de acesso ao poder e à palavra, igual para todos os membros da ‘cidade’, isto é, de um grupo definido por uma identidade, circunscrito a um território e compartilhando instituições de referência comuns” (Barus-Michel, 2001, p. 32). Significa, em tese, que qualquer um poderá ser o líder ou, ao menos, escolher o líder que melhor o represente, com quem mais se identifique.

É preciso também garantir a mudança, de forma a possibilitar a troca dos governantes no caso de não mais atenderem aos requisitos de representantes dos membros do grupo. Para tanto, cria-se o mecanismo da eleição, com a dupla função de permitir ao governante tempo para fazer seu trabalho e garantir sua saída do poder. Barus-Michel lembra que este outro paradoxo da democracia (garantir a mudança e a estabilidade do governo) é responsável por uma eterna discussão sobre o tamanho do mandato (Barus-Michel, 2001, p. 33). Outra questão sempre polêmica ao se pensar esse paradoxo é se devemos ou não aceitar a reeleição dos governantes, acrescentaríamos.

Gostaríamos de notar um outro mecanismo utilizado para que o governante não se torne um tirano, numa sociedade democrática: a presença das leis (concretamente) e instituições (subjektivamente) aos quais todos estão, de igual forma, submetidos, seja governante, seja cidadão.

Assim, uma sociedade ou grupo podem criar, através da democracia, mecanismos para assegurar uma vigilância sobre o líder, impedindo-o de ocupar o papel de tirano. Tais mecanismos permitirão o que Barus-Michel denominará de “sociedade sem pai”: “a república [democrática] não é a nova figura do pai, mas a representação metafórica da associação dos cidadãos” (Barus-Michel, 2001, p. 37).

Mas notemos que, ainda assim, o fenômeno de transmissão narcísica e de poder se mantém, mesmo que encarcerados pelos mecanismos de proteção que impedem a tirania. Queremos com isso dizer que, ao ser colocado no papel de representante, é dada uma ‘carta branca’ ao governante, para que tome decisões e ações em seu nome. Acreditamos que essa carta branca tem a seguinte função psíquica: aliviar as tensões dos membros e permitir que se coloquem à margem de processos angustiantes, que deverão ser levados a cabo pelo governante. É uma tentativa de solução para o mal-estar na cultura de que nos fala Freud (1930-2010): a busca pelo equilíbrio entre essas exigências individuais e as reivindicações culturais das massas, como colocado acima. A eleição de um representante, assim como a criação de instituições como a Justiça, permitem que o cidadão comum expulse a angústia relacionada aos limites culturais compartilhados e possa se concentrar em sua realização pessoal.

Cuidar do que é comum a todos, da ‘res-publica’, significa estar todo o tempo em prol do vínculo social, numa “debate conflitivo permanente” (Barus-Michel, A democracia ou a sociedade sem pai, 2001, p. 34). Em termos de economia psíquica, significa colocar sempre o grupo na frente do sujeito singular e conviver permanentemente com a responsabilidade (e a culpa) sobre a situação do outro. É dessa angústia que fogem os líderes retratados por Freud em *O tabu dos soberanos* (Freud, 1913-2012, pp. 27-35). Ao citar o estudo de Frazer sobre os reis primitivos, Freud faz um bom retrato do que se espera do lugar de tabu, assumido ainda hoje pelos líderes democraticamente eleitos:

Nelas [nas monarquias estudadas por Frazer] o soberano existe apenas para os súditos; sua vida é valiosa apenas enquanto ele cumpre os deveres de sua posição, ordenando o curso da natureza para benefício de seu povo. Tão logo ele deixe de fazer isso, cessam o cuidado, a devoção, a adoração religiosa que até então lhe prodigalizavam, transformando-se em ódio e desprezo; ele é vergonhosamente exonerado, e terá sorte se escapar com vida. [...] Mas nada há de caprichoso ou inconstante nessa mudança de comportamento do povo. Pelo contrário, ele é bastante consequente. Se o rei é seu deus, ele é ou deveria ser também seu protetor; e se ele não protegê-lo, tem que dar lugar a outra divindade que o faça. (Freud, 1913-2012, p. 29).

É necessário transpor para os dias atuais essa afirmação e talvez amenizá-la. Além disso, para se tratar do corpo social como um todo, existem diversos fatores sociais, políticos, legais e institucionais que irão atravessar a forma com que os cidadãos verão o governante. Mas, em se tratando de grupos que optam pela eleição de um representante como sistema de organização, talvez possamos observar algo próximo a esse fenômeno.

O representante estaria, portanto, situado nesse papel intermediário entre o poder e o grupo, que o utiliza para afastar a angústia das decisões conjuntas e da ruptura do vínculo. Por outro lado, serve de conduto entre o sujeito singular e o Ideal do Eu. Buscaremos esclarecer melhor essa posição a seguir.

D. O lugar do sujeito singular, o lugar do representante, o lugar do grupo

A presente investigação pressupõe a existência de uma instância psíquica que possibilite o vínculo através de alianças e pactos e que permita aos sujeitos assumir determinados papéis ou lugares no grupo. Ao mesmo tempo em que o sujeito forma o grupo, este é instaurador de subjetividade. O sujeito *do inconsciente* é, portanto, parte constituinte do grupo, mas também parte constituída pelo grupo (Kaës, *Le groupe et le sujet du groupe*, 1993, p. 41). Há conteúdos e modos de funcionamento específicos da psique que são impostos pelo outro: um trabalho intersubjetivo de formação do aparelho psíquico e de seus processos. São exigências colocadas ao intrapsíquico pela presença do outro e pelo espaço entre o sujeito e o outro.

Essa hipótese fundamental admite que o sujeito na sua singularidade adquire, em graus diversos, as “aptidões” para significar e interpretar, receber, conter ou recusar, ligar e desligar, transformar e (se) representar, de “brincar” com ou destruir os objetos e as representações, as emoções e os pensamentos que pertencem a um

outro sujeito, que transitam através de seu próprio aparelho psíquico e que se tornam, por incorporação ou introjeção, partes “encerradas” -“enquistadas”, ou integrantes e reutilizáveis (Fernandes, 2003, p. 51)

Para Kaës, é necessário distinguir três diferentes níveis lógicos nos grupos: a) a grupalidade psíquica e o sujeito do grupo, que definirão “como funcionam as categorias do intrapsíquico, do intrasubjetivo e do *subjetal* (1993, pp. 102-103); b) o grupo, como paradigma dos sistemas de vínculos intersubjetivos, que “diz respeito à especificidade da realidade psíquica mobilizada e produzida no grupo enquanto formulação inter e transpsíquica” (p. 103) e c) as formações intermediárias, que veremos abaixo.

Formações intermediárias e funções fóricas

Kaës (2005b, p. 14) afirma que o intermediário é uma constante na obra freudiana. Freud utilizaria essa noção, segundo Kaës, ao refletir sobre o vínculo entre duas descontinuidades, como por exemplo: o dentro e o fora, o consciente e o inconsciente, entre as exigências do Eu, do Id e do Super Eu, entre o indivíduo e o grupo (Kaës, 2011, p. 155). A função do intermediário é mediar os espaços intrapsíquicos (no sonho, no pré-consciente, no ego) e, também, os espaços intersubjetivos, “na ordem da vida social e da cultura” (Kaës, 2005b, p. 12). As formações e os processos intermediários se colocam à medida que é necessário lidar com a continuidade e a ruptura, nos movimentos de permanência e renovação. O intermediário tem, assim, função de tela, para que a intensidade das rupturas e excitações não destrua o sujeito, permitindo, por isso, o acesso ao recalcado. Atua como uma via de ligação não só intrapsíquica, mas entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, ou seja, “entre o espaço psíquico do sujeito singular e o espaço psíquico constituído pelo seu agrupamento” (Kaës, 1991, p. 14).

Kaës (2005b, p. 13) aponta que as pesquisas em psicanálise sugerem três características da categoria do intermediário: 1) O intermediário liga diversos elementos, a partir de seus traços comuns, por contiguidade ou por semelhança; 2) estabelece (ou reestabelece) uma continuidade entre elementos separados e 3) reduz as oposições entre os elementos em conflito ou em tensão.

Anteriormente, o autor havia escrito que as formações intermediárias

contribuem para o fundamento psíquico dos conjuntos sociais ao mesmo tempo que formam as bases da nossa psique. Dizem respeito à partilha do prazer e dos meios empregados em comum para a realização do desejo; pela renúncia pulsional exigida pelo aparecimento da comunidade e da segurança dos seus sujeitos; pela reciprocidade dos investimentos narcísicos e das representações que asseguram a continuidade do fundo coletivo sobre o qual se apóia a vinculação e a identidade; enfim pelo acordo inconsciente a respeito do que deve ser mantido no recalque ou fora de toda representação para que as condições psíquicas e sociais da vinculação se mantenham na forma de agrupamento que a constituiu. (Kaës, 1991, p. 15).

Segundo Kaës, a teoria freudiana “atribui ao líder, assim como ao poeta e ao historiador (*der Dichter*), funções que também derivam da categoria do intermediário” (Kaës, 2011, p. 155), por instituir formações que delimitam fronteiras entre a realidade psíquica e a social (p. 155). É nessa lógica que Kaës analisará o texto de Freud de 1939: “Moisés participa das características dos dois conjuntos do quais ele é o *Mittlesman*: não só ele está próximo do povo como [...] recebe de Javé uma parte de seu poder. Está, portanto, duplamente instalado nesse lugar de intermediário, tanto por delegação como por investimento” (p. 156). O líder, então, “reúne os dois fragmentos separados de um conjunto unido por uma aliança” (p. 157).

Kaës também interpreta o tabu como uma posição intermediária, já que sua transgressão significaria um perigo para a continuidade do contrato social.

Nesse contexto, o intermediário [tabu] realiza uma função social de ligação e compromisso. Eis o exemplo de uma função intermediária que pode se compreender do ponto de vista dos processos intrapsíquicos e do ponto de vista dos processos grupais intersubjetivos. O mediador (*der Vermittler*) se situa entre o ego dos sujeitos e o que é, para a figura divina ou real, despertando neles da “herança arcaica” (do superego arcaico), da relação com o pai originário. (Kaës, 2011, p. 157)

Por fim, é importante notar que os líderes & representantes, ao assumirem funções intermediárias, podem cumprir a função de reduzir a distância entre os Eu e os Ideais de Eu (p. 157).

As funções fóricas são cumpridas pelas formações intermediárias. Elas ligam espaços descontínuos, ou seja, servem de fronteira entre margens separadas (Kaës, 2011, p. 158). São atribuídas a, ou *portadas* por, determinados sujeitos que a realizariam pelo grupo. No entanto, esse papel é ocupado por razões que são próprias

ao sujeito singular (Kaës, 2010, p. 243)²³. A função é exercida, portanto, no vínculo grupal, no espaço entre o sujeito, que quer fazer parte e servir ao grupo de forma singular, e o próprio grupo, que cria tais espaços e os atribui a alguém, com intuito de que esse membro escolhido cumpra funções de “transferência, sustentação, escoramento [“étayage”²⁴], comando, gestação” (Kaës, 2005a, p. 223). Os sujeitos que assumem funções fóricas recebem um investimento do grupo através de identificações narcísicas. Tais funções podem ser ocupadas por um ou mais membros de um grupo, ou mesmo por um subgrupo.

Kaës aponta que podem ser cinco as atribuições das funções fóricas:

- a) Comandar, encarregar: quando a função “recebe de uma [outra] pessoa ou de um grupo a carga (oficial ou espontânea) das investidas pulsionais e dos seus representantes [psíquicos]” (Kaës, 2005a, p. 224)²⁵. Neste caso, entendemos que há uma transferência de potência do grupo em direção ao intermediário, que “se carrega, como um acumulador, das energias e tensões” (p. 224).
- b) Suportar, sustentar: o próprio grupo aparece como suporte de uma função de apoio primário insuficiente, tornando os membros dependentes, apêndices do grupo; o grupo (ou um de seus membros) pode se tornar, ainda, “a infraestrutura necessária para as relações entre os membros do grupo” (p. 224).
- c) Conter, incorporar: o grupo atua como um “espaço corporal primitivo [...] no qual alguns conteúdos poderão ser situados, projetados, depositados sob o efeito dos processos e mecanismos de carregamento” (p. 225)
- d) Transportar, transferir: o grupo cumpre a função de deslocamento de conteúdos intrapsíquicos reprimidos, garantindo uma função defensiva.
- e) Representar, delegar: as funções fóricas permitem ao grupo representar e, ao mesmo tempo, delegar relações recíprocas entre o conteúdo e o

²³ Tradução nossa.

²⁴ Preferiremos, aqui, a tradução de *étayage* como “apoio”.

²⁵ Tradução nossa.

contingente, entre o portador e o portado. Relações de semelhança e contiguidade tornam possíveis as múltiplas representações entre os sujeitos singulares, os membros do grupo e o grupo em si.

Algumas funções fóricas são destacadas pelo autor. Uma delas é o *porta-palavra* (por vezes traduzido como *porta-voz*²⁶). Para o autor:

Na situação interdiscursiva do grupo, cada sujeito fala sua própria palavra e toda palavra dita é também uma palavra portada para outro, se ata a uma palavra já dita, entre-dita. Poderíamos dizer que a estrutura interdiscursiva do grupo cumpre a função de condução²⁷ da palavra. Porém, alguns sujeitos são instaurados e se instauram em uma tal posição que as associações de palavra são preferencialmente portadas por ela. Essa função de porta-palavra situa o sujeito que se faz seu portador em um lugar intermediário entre o processo do grupo e o processo intrapsíquico, nos pontos de elo entre esses dois espaços. (Kaës, 2005a, p. 217)²⁸.

Através do porta-palavra, o grupo “organiza seu corpo” – pois é esta a palavra que o sustentará e o constituirá – e “ouve”, já que a percepção do exterior ao grupo é trazido pela palavra do porta-voz²⁹. Em relação à primeira, pode-se dizer que o porta-palavra modela o grupo em sua organização narcísica e libidinal. Em relação à segunda, o porta-palavra reinterpreta o exterior para o grupo, trazendo a este último leis, regras, representações e interditos que passam por sua própria voz (e, portanto, por sua própria interpretação). Kaës acrescenta a essas duas a função representativa:

O porta-palavra porta a fala dos outros e os representa junto aos outros. Por seu intermédio se ligam as posições subjetivas de vários membros do grupo. [...] na trama do grupo, o porta-palavra situa-se nos pontos de ligação de três espaços: da fantasia, do discurso associativo e da estrutura intersubjetiva dos vínculos de grupo (Kaës, 2011, p. 161).

²⁶ Pichon-Rivière também aborda a questão do porta-voz, definindo-o como “aquele que, no grupo, diz algo, enuncia algo em determinado momento, e esse algo é o sinal de um processo grupal que até aquele momento permanecia latente ou implícito” (2009, p. 258). Assim como Kaës, Pichon-Rivière acredita que o porta-voz não tem plena consciência de seu papel e vive o processo como próprio. Mas, ao contrário daquele autor, Kaës acredita que o porta-voz é sujeito singular & sujeito do grupo & intermediário, e não se pode reduzi-lo a um “analisador” ou “emergente” do funcionamento grupal (Kaës, 2005b, p. 39).

²⁷ Em espanhol, “portancia”.

²⁸ Tradução nossa.

²⁹ R. Kaës se apoiará na teoria de P. Aulagnier para introduzir a função materna de suporte e constituição do corpo e de interpretação do exterior para a função do porta-palavra.

Outra função fórica que Kaës aponta é a do porta-sintoma. Dentro de um grupo, “os membros contribuem para manter o sintoma por meio das identificações, numa aliança inconsciente, da qual cada um se beneficia” (Kaës, 2011, p. 164). Diferente do paciente designado da teoria sistêmica, o porta-sintoma, para Kaës,

não é considerado o ‘ponto fraco’ do sistema, mas o sujeito que toma sua própria parte na divisão que ele representa e atua ante um conjunto de outros que, desse modo, sustentam esse sintoma e são nele parte. O porta-sintoma não é deslocado de sua posição de sujeito do inconsciente e sujeito do grupo: tem apego a seu sintoma e o sustenta no conjunto, para aqueles que tem interesse tanto em compartilhá-lo quanto em representá-lo em outro. (2005a, p. 227).

Já o porta-ideais é o sujeito que representa o desejo do outro, recebendo o papel de herdeiro de seu narcisismo.

O porta-ideal se encarna também na figura do líder, que recebe e representa a parte abandonada das formações do ideal de cada um. Esse abandono necessário para que se estabeleça a identificação com um objeto comum, poderoso e unificador está na base da comunidade de ideais³⁰. O porta-ideal representa, encarna a alma do corpo imaginário grupal, assegura a permanência do vínculo e a existência de cada um. (Kaës, 2011, p. 164).³¹

O líder entre sujeito singular e grupo

Para Kaës, a emergência de um líder se dá como função intermediária, que “cumpre função social de ligação e de compromisso” (Kaës, 2005b, p. 34). A partir da visão de porta-palavra – daquele que “toma ou recebe a incumbência de falar no nome de vários, no lugar de um Outro ou de um conjunto de outros” (p. 45) – o autor identificará no líder alguém que é posto, por uma necessidade intersubjetiva, em determinado lugar. “Um grupo não pode funcionar sem que os membros do grupo abandonem parte de seus ideais para confiá-los a um porta-ideal, que é o chefe” (p. 44).

³⁰ Aproximamos, no contexto do presente estudo, o conceito de “comunidade de ideais” ao conceito de “grupo minoritário” de E. Enriquez, explicitado acima, por este último também ser um grupo que idealiza o projeto comum unificador.

³¹ Além dessas três funções fóricas, Kaës aponta também o papel do porta-sonho, cujos sonhos tornam-se um espaço psíquico compartilhado por um ou mais de um no grupo. Ele também afirma que há diversas funções fóricas. No presente estudo, no entanto, ateremos nossa atenção às três descritas.

Na teoria freudiana, segundo Kaës, é clara a função intermediária do líder³², o que fica particularmente evidente em *Psicologia das Massas e análise do eu*. Nesse texto, o intermediário apareceria como aquele que teria “essa função primeira do mediador, a de enfrentar o insuportável e o perigo. O mediador funciona como uma espécie de tela filtrante, como uma *paraexcitações* entre a fonte divina do Todo-poderio³³ e aqueles que estão expostos a esse poder” (Kaës, 2011, p. 152). O lugar de intermediário coloca o representante numa posição *entre* membro do grupo (portanto igual) e portador do poder (portanto superior). Ao mesmo tempo, não poderá assumir nenhum desses dois papéis. Esta posição intermediária que ocupa, de ligar e manter separado, cria para ele um lugar único, impedindo-o de se tornar “pai déspota”, mas resguardando sua função fórica e evitando a violência do mal-estar do encontro com outro. Essa posição foi conotada por Enriquez, no contexto de sua teoria de “liderança”, (Enriquez, 2001b, p. 70) e descrita da seguinte forma:

Quando o grupo não consegue resolver seus problemas, será tentado a achar um bode expiatório [...]. Para não chegar a esse ponto, os grupos que admitem a diferenciação e que querem se gerir de maneira democrática, acabam por reconhecer em um de seus membros um poder que vem de sua experiência, uma influência que vem do domínio das ideias, investindo-o como chefe capaz de encarnar a vontade e os desejos do grupo. Esse, assim transformado, se torna um grupo edipiano, no qual a referência ao novo pai e a seus ideais se tornará o elemento essencial que permite a identificação mútua e a coesão do conjunto. Um super-eu coletivo surgirá e o chefe será seu porta-voz ou guardião. (p. 70).

O representante, assim, ligará os elementos, dando a impressão de continuidade e reduzindo os conflitos do grupo. Ele une, dá passagem à voz e, em sua função fórica, trata da “divisão e da contenção das experiências emocionais dos membros do grupo” (p. 46).

Como porta-palavra, o representante pode cumprir uma função propriamente fórica, ao suprir de fala aqueles sujeitos que se encontravam sem voz; e uma função metafórica, na qual representa a ordem exterior ao grupo, introduzindo na unidade do grupo uma “ordem terceira” (Kaës, 2011, p. 161).

³² Lembrando, aqui, que Kaës não faz a diferenciação entre líder e representante que estamos propondo. Em nossa hipótese, o autor estaria se referindo ao representante.

³³ Kaës comenta, aqui, a análise de Freud sobre Moisés. Pode-se, no entanto, entender o Todo-poderio na lógica da divinização do ideal do grupo, materializado por seu projeto comum, como propõe Enriquez (1990) (2001b).

Consideraremos, para efeito do presente trabalho, os conceitos de “líder” e de “representante” como diferentes. É possível que o representante, eleito democraticamente por seu grupo para assumir uma posição de comando, transcenda o fato concreto da eleição e se torne intermediário da relação do grupo (com um poder idealizado maior, por exemplo), ao mesmo tempo em que ocupe o papel de porta-palavra e Ideal de Eu. Esse papel o colocará em evidência na malha dos vínculos e alianças estabelecidas pelo grupo.

As alianças inconscientes em R. Kaës

Se Enriquez conceitua o vínculo utilizando o pressuposto do projeto comum, Kaës o conceberá como “o espaço psíquico constituído por suas relações, principalmente através das alianças inconscientes que as organizam” (Kaës, 2009b, p. 91)³⁴.

Alianças, para Kaës, são processos intersubjetivos que permitem aos sujeitos o investimento em objetos considerados irrealizáveis se tais sujeitos estivessem isolados. Em contrapartida, exigem a promessa da devoção ao propósito comum. Elas podem ter caráter social e político, como nos contratos sociais que “regulam as relações entre o poder do Estado e a soberania, a legitimidade e a autoridade” (Kaës, 2009a, p. 23)³⁵. Elas se ligam, nesse sentido, às relações de confiança estabelecidas entre os sujeitos. Tais alianças poderiam ser conscientes e voluntárias. Para Kaës, cumpririam funções inconscientes e apoiariam conteúdos inconscientes.

As alianças inconscientes são constituintes do vínculo, podendo ser tratadas como “laços interindividuais dos sujeitos” (Kaës, 2008, p. 8). Kaës vai definir assim as alianças inconscientes:

Uma formação psíquica intersubjetiva construída pelos sujeitos de um vínculo para reforçar em cada um deles e estabelecer, na base de seus vínculos, os investimentos narcísicos e objetivos de que eles têm necessidade, os processos, as

³⁴ Retomaremos a questão das alianças abaixo.

³⁵ Kaës cita o pacto social hobbesiano, discutido acima, como um dos tipos de aliança “que mostram o esforço para assegurar um projeto de racionalidade nas relações de poder” (Kaës, 2009a, p. 23).

funções e as estruturas psíquicas que lhes são necessários e que resultaram do recalque ou da denegação, da rejeição e da desautorização. (Kaës, 2011, pp. 198-199).

Para o autor, “as alianças inconscientes se inscrevem dentro de dois espaços psíquicos, aquele do inconscientes do sujeito e aquele do inconscientes no vínculo com um outro ou mais-de-um-outro” (Kaës, 2009a, p. 34) Formam, assim, parte do “espaço psíquico comum e partilhado” (Kaës, 2008, p. 8). Para tanto, devem mobilizar processos identificatórios partilhados e mútuos.

Tais alianças “fabricam parte do inconsciente e da realidade psíquica de cada sujeito” (Kaës, p. 199). Elas são responsáveis, por um lado, pela transmissão psíquica dentro dos grupos, entre seus membros e para as próximas gerações. Por outro, exigem que os membros se submetam ao grupo, cobram obrigações e distribuem benefícios.

Tem, entre suas funções, a de manter fora da consciência aquilo que ameaça o equilíbrio interno do grupo, de forma intersubjetiva. Para Fernandes,

Elas [as alianças inconscientes] estão a serviço de uma função recalcante, e, além disso, de um sobre-recalque, como se fosse um redobramento do recalque, na medida em que elas se manifestam não somente sobre os conteúdos inconscientes, mas sobre a própria aliança. (2004).

Kaës fala de três grandes categorias de alianças inconscientes: a) estruturantes; b) defensivas e c) ofensivas.

As alianças inconscientes estruturantes são aquelas que permitem a ligação entre os sujeitos a partir da introjeção de interditos e regras. É o pacto que se dá entre os irmãos de *Totem e tabu*, após o assassinato: “O contrato totêmico dos irmãos assegura doravante a organização do grupo estruturado por meio dos interditos fundamentais e pela ordem simbólica que instaura os processos de civilização” (Kaës, 2011, p. 201). Assim, tais alianças irão assegurar, pela renúncia mútua dos fins pulsionais, a possibilidade do vínculo social e o trabalho da cultura. São uma “conquista sobre as pulsões assassinas e sobre o narcisismo” (p. 201)³⁶.

³⁶ A respeito de Totem e Tabu, Kaës afirma que o texto “expõe pela primeira vez como se efetua a passagem da pluralidade dos indivíduos isolados ao agrupamento e à instituição” (Kaës, 2009a, pp. 81, tradução nossa). Ele sugere, aí, que na horda primeva não existiam alianças inconscientes entre os sujeitos isolados, reforçando nossa

Os pactos e contratos narcísicos são exemplos de alianças inconscientes estruturantes, para Kaës. Nessas formas de aliança, o sujeito se dispõe a assegurar a sobrevivência do grupo ao qual pertence mas, em troca, recebe deste um investimento que lhe permite a realização de seu narcisismo. Tal investimento se dá através da atribuição de lugares determinados no grupo, que garantam o que Enriquez denominou de *desejo de reconhecimento e reconhecimento do desejo*³⁷.

Nessas condições, o conceito de contrato narcísico dá conta do fato de que o investimento narcísico, que em cada indivíduo torna possível a realização de seu próprio fim, só pode ser verdadeiramente sustentado na medida em que a cadeia, da qual o sujeito é parte integrante, investe narcisicamente esse sujeito como portador de uma continuidade do todo. (Kaës, 2011, p. 203).

As instituições instalam-se como contratos narcísicos, quando asseguram “funções estáveis e necessárias à vida social e à vida psíquica” (Kaës, 1991, p. 23).

Se os contratos narcísicos são estruturantes e estão “a serviço da vida” (p. 203), os pactos narcísicos, por outro lado, são violentos, por impedir que o grupo e seus lugares se transformem. Dessa forma, são alianças alienantes, resultados de “uma atribuição imutável de um local de perfeita coincidência narcísica” (p. 203).

Kaës também utiliza *Totem e tabu* para exemplificar as alianças ofensivas, que são aquelas em que coalizões são formadas com o intuito de destruir um terceiro (sujeito ou grupo) exterior. Para o autor, o Pai da horda figura como exterior ao grupo, com o qual não estabelecerá uma aliança, “um pai fora da lei comum e partilhada. Senhor da lei, ele está fora da castração, não pode fazer aliança” (Kaës, 2009a, p. 78). Antes do estabelecimento do vínculo entre os irmãos, cada um dos sujeitos isoladamente estava submetido ao temor em relação ao Pai. Unir-se é o meio encontrado para suspender tal medo. Mas essa mesma aliança também suspende a culpa pelo ato violento do assassinato (que só retornará na aliança estruturante). Assim, os irmãos constituem uma aliança ofensiva para derrotar o Pai da horda. Podemos entender a teoria dos grupos minoritários proposta por E. Enriquez como uma modalidade de aliança ofensiva, onde, através da idealização, ilusão e crença, fica de certa forma suspensa a fragilidade do ser humano e o medo que ela mobiliza.

hipótese apresentada no começo desse capítulo de que era uma organização despota onde não os vínculos não haviam sido constituídos.

³⁷ Conforme apresentamos anteriormente.

O grupo minoritário precisa da aliança, pois precisa que todos acreditem ser invencíveis para que o grupo possa manter-se combativo.

Kaës define o pacto como “uma convenção submetida a uma obrigação em uma situação que pode comportar riscos de conflito violento ou de divisão” (Kaës, 2009a, p. 15). O pacto denegativo é uma espécie de aliança ofensiva em que “ao mesmo tempo que é necessário à formação do vínculo, ele [o pacto] cria neste o não-significável, o não-transformável, zonas de silêncio, bolsas de intoxicação que mantêm os sujeitos de um vínculo estranhos a sua própria história e à história dos outros” (Kaës, 2011, p. 204), através de operações defensivas. É, assim, um pacto ofensivo que pode levar o grupo a terminar na individuação, vista como movimento que leva à heteronomia, como proposto por Enriquez (2001a), e na massa, com o aniquilamento das diferenças em prol da manutenção das operações defensivas. Esses dois momentos (individuação e massa) são propostas de Enriquez para possíveis resultados da direção tomada por um grupo minoritário.

Outro ponto de ligação entre as teorias desses dois autores também aparece aqui: a necessidade, durante o pacto denegativo, do surgimento de não-ditos, como exemplificado por Kaës ao analisar uma intervenção da qual participou: “Em vez de trabalhar sobre o que nos divide, passamos sob silêncio nossos desacordos, recalamos os conteúdos inconscientes que nos angustiavam, deixamos de lado a análise do funcionamento de nosso próprio grupo” (Kaës, 2011, p. 206).

Já as alianças inconscientes defensivas, para Kaës, são essencialmente “organizadas para a repressão e/ou negação conjunta dos sujeitos num vínculo” (Kaës, 2008, p. 8). Através da repressão, negação, rejeição e outras operações defensivas, essas alianças poderão ter função 1) “[para] cada um, de afastar no inconsciente desejos, pensamentos, lembranças e imagens inadmissíveis, de tal forma que a repressão de um serve para manter o reprimido no outro”; 2) “lidar com uma situação catastrófica [no qual] a percepção insustentável e a realidade inadmissível são assim repudiadas e ao mesmo tempo afirmadas” e 3) “manter conteúdos psíquicos fora do espaço psíquico do sujeito [...] num espaço extratópico, aquele no qual o vínculo é o lugar e as alianças a matéria” (p. 8). Tais alianças, portanto, supõem dispositivos metadefensivos, necessários tanto ao grupo quanto ao

sujeito singular como função de autoconservação e autorealização (Kaës, 2011, p. 126).

Todas essas modalidades de aliança serão, portanto, “o acordo coletivo e inconsciente [que] afiança o grupo e, para tanto, mantém para fora, no desconhecimento, através da função do recalque, aquilo que colocaria em ameaça as condições sociais e psíquicas da vinculação”. (Fernandes, 2004).

R. Kaës acredita que o grupo suscita ofertas de “lugares” a serem ocupados pelos sujeitos do grupo, que se empenharão em assumir tais lugares, em especial na situação clínica (Kaës, 2005a, p. 93). Assim, os papéis de líder ou representante não se justificariam apenas pela necessidade de organização interna concreta do grupo, mas serviriam também como depositários de conteúdos psíquicos das alianças inconscientes formadas.

O próprio autor sugere uma síntese para sua teoria, em *Les Alliances Inconscientes* (Kaës, 2009a):

1. “O grupo é o lugar de uma produção específica da realidade psíquica, de uma dinâmica e uma economia própria num espaço psíquico comum e partilhado” (Kaës, 2009a, p. 174);
2. Três espaços psíquicos estão envolvidos nos processos vinculares: os espaços intrapsíquicos, os espaços intersubjetivos considerando a lógica dos processos constitutivos dos grupos, e os espaços dos vínculos que se formam;
3. “As formações e os processos intermediários entre o espaço intrapsíquico e o espaço intersubjetivo formam a consistência do espaço psíquico comum e compartilhado” (Kaës, 2009a, p. 175);
4. Esse espaço é apoiado por alianças inconscientes, que podem ser estruturantes, defensivas ou ofensivas;
5. Essas alianças se estabelecem no período inicial do grupo e

6. Elas se associam às formações e processos já estabelecidos no espaço intrapsíquico de cada um dos membros do grupos.

E. Uma distinção entre líder e representante

Gostaríamos de sintetizar o que buscávamos salientar no presente capítulo. Ao discutir a teoria da horda primeva que Freud apresenta em *Totem e Tabu*, buscamos mostrar que o mito da luta dos irmãos abre a possibilidade teórica de se pensar num arranjo social que prescindia da presença de um líder. No entanto, essa sociedade de irmãos levaria à angústia relacionada à convivência humana que Freud aponta em *O Mal-Estar na Cultura*. Propusemos, assim, que o lugar do representante eleito nas estruturas democráticas cumpriria o papel de um intermediário entre o desejo tirânico e a necessidade de convivência do grupo. A função desse representante seria, portanto, a de manter a ilusão de distribuição de poder, ao mesmo tempo em que afasta a ansiedade dos conflitos gerados pela sociedade fraterna. Isso se dá porque o representante ocupa o lugar de poder sobre o destino do grupo, ao mesmo tempo em que fica submetido a este. O grupo, nesse caso, investe o representante com poder, mas mantém a possibilidade de retirar o investimento a qualquer momento e, com certa facilidade, deslegitimar o representante e enviá-lo para o ostracismo.

O conceito do líder, para efeito do presente trabalho, estaria relacionado a um contrato grupal onde cada membro do grupo coloca esse líder no lugar de seu Ideal do Eu (como sugere Freud³⁸), através de um massivo investimento narcísico. Nesse pacto, o grupo transfere a quase totalidade do poder para o líder. Para Kaës, tais grupos

Sinalizam esse regime de vínculo transobjetivo, assintótico ao estado a-subjetivo. Essas formas são continentes falhos, por falta ou por excesso, prevalecem quando os Ideais e as Ideias ficaram precárias, não confiáveis e demasiado conflitivas. Submetem-se então a um ídolo cruel, tirânico e arcaico. (Kaës, 1993, p. 113).

Onde: “O universo a-subjetal é o do espaço psíquico minimalizado, coisificado, objetivado, submetido a uma causa única e tirânica” (Kaës, 1993, p. 101)

³⁸ “Uma massa primária desse tipo é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu” (Freud, 1921-2011, p. 41)

O líder comporá com o grupo um vínculo tirânico, onde acreditará que seus próprios ideais devem coincidir com os ideais do grupo. Para Kaës, o vínculo tirânico é caracterizado pelas ideias onipotentes e ideais cruéis de um líder que se vê narcisicamente como ídolo do grupo (Kaës, 2012, p. 83).

Por ser percebido pelo grupo como detentor de tal papel, através da transmissão de poder, o líder pode chegar a acreditar ou desejar ter os direitos do Pai da horda e que não está submetido a nenhuma lei: ele próprio é a lei.

Parece possível supor que é no vínculo grupal que se transmite ao líder e ao representante o “maná divino” que permite que ele assuma uma posição de poder. No entanto, no vínculo tirânico, o grupo transmitiria uma porção muito grande de seu poder ao líder, que o manteria através de laços de sedução ou violência.

O representante também ocupa uma posição de poder. No entanto, ele não buscará ocupar o lugar de Pai, como o líder. Permanecerá, frente ao grupo, visto como um ‘igual diferenciado’, tanto por obter regalias quanto por se submeter a restrições. Encarna o poder sem sê-lo. Não é Deus: ocupa o papel de Moisés. Nesse lugar intermediário, torna-se privilegiado para exercer funções como as de porta-palavra, porta-ideal, porta-sintoma...

Para dar continuidade ao nosso trabalho, gostaríamos de refletir um pouco sobre os sindicatos. Consideramos tal análise essencial para que possamos inserir o representante entrevistado e seus grupos de pertença no contexto social, histórico e mítico. No próximo capítulo, tentaremos explorar a condição do sindicato como organização e instituição, submetida ao tempo e ao espaço, já considerando as singularidades dos grupos sindicais aos quais pertencia o sujeito escolhido para o trabalho de campo da presente pesquisa.

CAPÍTULO II. Sindicatos e representação política

Em nosso trabalho, propusemo-nos a investigar o lugar do representante eleito. Para abordar o tema, optamos por entrevistar um líder sindical, eleito por sua categoria para representá-la. Para que se possa compreender o contexto no qual se produzirão os fenômenos apresentados pelo entrevistado, abordaremos, no presente capítulo, uma breve reflexão sobre os sindicatos em geral e as entidades estudadas³⁹, particularmente. Buscaremos refletir a partir de algumas instâncias de análise propostas por E. Enriquez em *A organização em análise* (1997)⁴⁰.

A. As instâncias de análise de E. Enriquez

O autor propôs que uma organização pode ser analisada, em termos psicossociológicos, a partir de sete instâncias que, segundo o autor, “permitem apreender o fenômeno organizacional” (Enriquez, *A organização em análise*, 1997, p. 9). Iremos nos concentrar aqui nas instâncias mítica, sócio-histórica e institucional, abordando rapidamente também as instâncias organizacional e pulsional. As instâncias individual e grupal e seus inter-relacionamentos com as outras instâncias serão o tema do próximo capítulo. Os dados utilizados neste capítulo foram retirados de jornais publicados pelos sindicatos e pela federação estudados, estatutos e outros documentos disponíveis em seus sites, pesquisas e estudos publicados sobre o assunto. Foram complementados com informações trazidas pelo entrevistado.

Iremos apresentar um breve resumo teórico de cada instância e, em seguida, gostaríamos de propor algumas análises sobre o sindicato cujo líder foi estudado, com o intuito de tentar mostrar:

³⁹ O entrevistado participou de três entidades sindicais: o Sindjuse, o Sintrajud e a Fenajufe. Infelizmente, não conseguimos o estatuto do Sindjuse, mas a dissertação de Silva (2002) traz muitas informações sobre essa organização.

⁴⁰ Gostaríamos, no entanto, de ressaltar que as análises apresentadas aqui não tem a intenção de serem exaustivas, posto que não houve uma intervenção psicossociológica.

1. A atuação do mito democrático na formação do sindicato;
2. As circunstâncias sócio-históricas na qual o sindicato foi criado e seus impactos em sua organização;
3. A proposta revolucionária de esquerda como instituição que atravessa os sindicatos estudados;
4. A forma com que estrutura organizacional e formal do sindicato busca concretizar seus mitos, ideologias e instituições.

Esses conceitos nos parecem importantes para construir o contexto no qual está submetido o sujeito de pesquisa, que apresentaremos no próximo capítulo. Exploraremos melhor cada um deles abaixo. Antes, para facilitar o entendimento do texto, apresentamos uma sintética linha de tempo dos fatos que marcaram a constituição das três organizações das quais o sujeito de nossa pesquisa participou:

- 1988 - Constituição promulgada permite a criação de sindicatos pelos servidores públicos.
- 1989 - É fundado o **Sindjuse**: Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo.
- 1992 - Constitui-se a **Fenajufe**: Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.
- 1995 - A unificação de três sindicatos de trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – Eleitoral (Sindjuse), Federal e Militar (Sinjusfem) e Trabalhista (Sintrajus) – cria o **Sintrajud**: Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

A instância mítica

A instância mítica, na perspectiva de E. Enriquez, congrega a comunidade em torno de uma narrativa que versa sobre a origem do vínculo que une seus membros. Para tanto, o mito assume, por um lado, um caráter de palavra afetiva, que tem intuito de enfeitiçar e fascinar (Enriquez, 1997, p. 42). Por outro, organiza um sistema conceitual de “representações ligadas que formem seu modo de apreensão de sua existência no seio do mundo e lhe permita articular e hierarquizar os diferentes

elementos do real” (p. 43). Acreditamos que o principal mito a ser tratado no presente trabalho será o da democracia que se realiza através da eleição de representantes. Abordamos tal tema, teoricamente, no capítulo anterior, ao expor as hipóteses sobre a gênese da democracia a partir da protossociedade freudiana. A democracia representativa está pensada aqui como mito por remeter à hipótese de como surgem os vínculos que mantêm os grupos e, em especial, como será a relação entre o grupo e o líder & representante no tecido social. É resgatando seus componentes – eleições, representatividade, vontade da maioria, interesses sociais e individuais, garantia de direitos – que o sujeito estudado nos apresentará um quadro de constituição das entidades das quais participou.

O mito da democracia e o sindicato

Historicamente (retomaremos esse tema abaixo), a maioria dos sindicatos ligado à justiça foi fundado a partir da constituição de 1988. Eles surgem, assim, com o desenvolver do movimento de restituição do regime democrático no Brasil. O sujeito de nossa pesquisa dirá sobre o assunto:

E a gente estava no momento de refundação, de tentativa de refundação da democracia, que foi em 88. Então a gente passa pela história das ideias, está bem naquele contexto de efervescência.

A democracia surge então como mito que perpassará a formação dessas entidades e influenciará tanto sua organização formal quanto seus ideais e seu projeto. Essa marca aparecerá explicitamente nos documentos formais das entidades estudadas. Exemplo disso é o estatuto do Sintrajud, que traz em seu segundo artigo:

Art. 2º - O SINTRAJUD tem por **FINALIDADE** precípua unir os trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo, na luta por melhores condições de vida e de trabalho de seus representados, atuando na manutenção e defesa das instituições *democráticas*, sempre defendendo e observando a autonomia e independência da representação e unificação da categoria em torno de um sindicato único no Estado. (Sintrajud, 2006)⁴¹.

⁴¹ Grifo em itálico nosso.

A questão democrática em relação à categoria também aparece no artigo que trata dos objetivos da Fenajufe:

Art. 2º - A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE tem por objetivos: III - Desenvolver atividades e iniciativas na busca de solução para os problemas dos trabalhadores do Judiciário Federal e MPU, tendo em vista a melhoria de suas condições de trabalho e de vida, agindo na defesa de um *serviço público democratizado*. (Fenajufe, 1992)⁴².

Ao se referir à sua história, o site da entidade afirma que: “A Fenajufe levantou a bandeira da democratização do Judiciário e levou essa discussão para a CUT [Central Única dos Trabalhadores]” (Fenajufe, História, 2012).

Acreditamos que um dos fatores que faz com que a noção da defesa da democracia apareça como finalidade sindical é resultante de um repúdio ao modelo autoritário, repúdio semelhante ao pacto dos irmãos no mito freudiano. Diferente do projeto socialista tradicional, que defenderia uma ditadura do proletariado, a preservação das liberdades individuais é essencial ao modelo adotado nessas entidades. O item quarto do artigo segundo do estatuto da Fenajufe afirma que é seu objetivo: “IV - Defender e promover direitos e interesses dos *integrantes* das categorias representadas” (Fenajufe, Estatuto da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, 1992)⁴³. O artigo quinto do estatuto do Sintrajud reúne os interesses sociais e individuais num mesmo item:

Art. 5º - O SINTRAJUD tem por PRERROGATIVAS E DEVERES: a) Representar e defender perante as autoridades judiciárias e administrativas os *interesses gerais* da categoria profissional e os *interesses individuais* de seus associados, relativos à atividade profissional, podendo atuar na condição de substituto processual em Mandados de Segurança Coletivos (Sintrajud, 2006).

Assim, a preocupação em atender, ao mesmo tempo, o social e o individual se coloca claro nesses artigos⁴⁴. O desejo de se manter democrático e não abrir espaço

⁴² Grifo em itálico nosso.

⁴³ Grifo em itálico nosso.

⁴⁴ É possível imaginar que parte dessa preocupação com o indivíduo é herança do período anterior, assistencialista e mutualista, dos sindicatos corporativistas, propostos na era Vargas. No entanto, acreditamos que isso não invalide a hipótese de que tal sentimento foi mantido, na nova lógica, por um *zeigeist* democrático.

para que os líderes se desvinculem dos desejos da categoria também está expresso nas atribuições dos coordenadores sindicais no Sintrajud:

Art. 13º - São **ATRIBUIÇÕES** dos Coordenadores Gerais em conjunto ou isoladamente: g) Ser sempre fiel às resoluções da categoria, tomadas em instâncias democráticas de decisão. (Sintrajud, 2006).

A premissa de ser fiel ao que decide a categoria aparece fortemente no discurso do entrevistado. Mais que isso, ele chega a se ressentir pelo silêncio da categoria:

*Eu tenho que ter espaço para ouvir o que categoria quer me dizer, eu tenho que criar meios, mesmo que ela não queira falar. Faz pesquisa [de opinião]! Pensar: 'Ah não, eu chamo a assembleia, ninguém fala. Eu abro espaço no jornal, ninguém escreve.' A obrigação é sua, não é que o espaço está vago e, 'ah as pessoas não vem porque não querem'. Por um tempo isso até me incomoda, tem hora que você vai me ouvir ao longo da minha história, vai me ouvir reclamar da categoria nesse sentido. Pô, eu dei um espaço para a pessoa escrever, ela não escreve. Tudo bem, isso é um dado da realidade, ok. Agora, há um outro lado que é o seguinte, você, a direção do sindicato, ela tem que entender que ouvir a categoria é parte do processo de construção do conselho do sindicato. Então, eu tenho que conseguir ouvir a categoria mesmo que ela não queira falar. Eu tenho. Faça pesquisas. Eu tenho meios, eu tenho como aferir, né?*⁴⁵

Acreditamos que tal preocupação quer expressar o repúdio e o medo desse grupo inicial à possibilidade de uma ocupação autoritária do sindicato. Imaginamos, ainda, que o fato de serem trabalhadores da Justiça, em geral, e da Justiça Eleitoral, no caso de nosso entrevistado, deva ter contribuído nesse processo.

Em relação ao primeiro sindicato que o entrevistado participou, Sindjuse, o entrevistado mostra a preocupação de estar ligado à base, o que servia, inclusive, como amalgama para o grupo. Ele afirma:

Havia um jogo muito franco com a categoria [...] Eu tenho a impressão que o pessoal era ex-Libelu⁴⁶. O pessoal era mais ou menos desse segmento. Então não era só um discurso de basismo. As pessoas eram basistas mesmo. E eu não sabia o que era isto. Mas assim, eram meio basistas. Nesse grupo, não. Não tinha divergência nesse sentido.

Em síntese, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que as entidades das quais o entrevistado participará estavam imersas em um *zeigeist* onde o mito da

⁴⁵ Retomaremos esse assunto no próximo capítulo, ao aprofundar-nos na história de vida do sujeito de pesquisa.

⁴⁶ *Liberdade e Luta* (Libelu) foi um movimento estudantil brasileiro marcadamente trotskista que atuou contra a ditadura na década de 70. Influenciou fortemente a corrente "O trabalho" do Partido dos Trabalhadores, que posteriormente se integraria à corrente "Articulação" (Faria & Pires, 2011)

democracia fervilhava, marcando sua história e seu sistema de crenças e ideais. O sindicato se apresenta como representante, e não líder, ou seja, negando a possibilidade da tirania, ao mesmo tempo em que mantém o desejo de ocupar o poder. Mantém a sensação de minoria oprimida ao eleger o sistema capitalista como novo “tirano”, escolhendo uma orientação socialista. Através dessa postura, pode manter o ataque ao *status quo* atual, onde o poder não mais militarista, mas ainda é opressor (ao ver dos sindicalistas). Tal fato pode ser percebido na postura de oposição aos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Por exemplo, o jornal “O ideal”, do Sindjuse, nº 6, de 1994, afirma:

Por exemplo, na história do Brasil recente ocorreram alguns fatos, episódios ou movimentos de imensa empatia popular e força democrática. Foram eles: “Movimento pela Anistia e Fim da Ditadura”, “Diretas, Já”, “Fora, Collor” e “CPI do orçamento”. Qualquer candidato que não tenha participado desses movimentos ou que tenha até se posicionado contrariamente a eles, ou mesmo que tenha participado levando suas bandeiras mas hoje esteja coligado a outros que assim não procederam às épocas, já não merece, por razões óbvias, ser votado (Editorial do Jornal O Ideal, citado em (Silva L. d., 2002, p. 112).

Já a história da Fenajufe publicada em seu *site* marca que, visando

[Visando] defender o nosso direito a um reajuste salarial digno e combater as propostas de reformas do governo neoliberal de FHC, convocou a categoria à greve nacional, junto com os demais servidores federais em abril de 1996. (Fenajufe, História, 2012).

Do ponto de vista dos articuladores sindicais, entre o medo da ditadura e o desejo da revolução socialista, colocar-se como representante eleito a serviço do grupo pode ser uma estratégia intersubjetiva importante, que permite ao mesmo tempo desejar o lugar de poder e manter o tabu da liderança.

Oliveira observa este fenômeno na CUT e descreve os esforços para trabalhar a dicotomia que se impõe:

Apontou mais claramente para uma ruptura com o capitalismo, associando-a [a Central Única dos Trabalhadores] à referência [...] da democracia entendida como alargamento da participação (afirmada em termos independentes) das classes populares no processo político do país. Nesses termos conforma uma combinação (não sem certas tensões e imprecisões) entre as referências do socialismo e da democracia. De maneira geral, quanto à tradição socialista, opõe-se ao que nela identifica como autoritarismo e burocracia, elementos que considera em geral presentes nas diversas experiências de “socialismo real”. Quanto à questão democrática, opõe-se aos projetos que se limitam aos seus aspectos formais, que não vão além da sua conformação liberal, circunscritos que estão a uma natureza

burguesa. Orienta-se, com isso, para combinar um maior radicalismo no propósito estratégico (socialismo) com o radicalismo, que já vinha praticando, no plano da ação direta (democracia participativa). (Oliveira, 2002, p. 521)

Supusemos, no capítulo anterior, a democracia representativa como um mito de formação que atravessaria o vínculo social. Pensamos que tal mito marcará o entrevistado em nossa pesquisa, o que influenciará suas atitudes como representante, como analisaremos no próximo capítulo. Ao mesmo tempo, a circunstância histórica da formação sindical irá colocar esse modo particular de organização social em evidência.

A instância sócio-histórica

A instância sócio-histórica, para Enriquez, coloca em questão a função da ideologia nas organizações, cuja “função principal [é] ‘polir o social’ a fim de lhe dar a homogeneidade requerida” (Enriquez, 1997, p. 58). A ideologia cumpre, nas sociedades históricas, um papel ocupado puramente pelo mito, nas sociedades arcaicas e, assim como esses, ela se torna verdade e certeza, “tende a encerrar os fatos numa representação única que dá conta do real totalmente e exprime a *verdade* daquilo que ela revela” (p. 59). Para o autor, “a ideologia irá ter como função *exprimir* a homogeneidade e ocultar o conflito, afirmar o *povo-uno* e ocultar as relações de dominação⁴⁷” (p. 60).

Já Kaës trabalhará a ideologia como *posição, enquadre e mentalidade*. Como posição, afirma que “a ideologia é um sistema de ideias abstratas, impessoais, (pré)conscientes ou inconscientes, cuja função é perceber – eventualmente justificar – a relação com a realidade interna e externa, e da ação do homem e do grupo sobre essa realidade” (Kaës, 1980, pp. 35-36)⁴⁸. Ela funciona como produção de discursos sobre o ideal (“ideologia”, segundo o autor), de ídolos (“idologia”) e como um substituto ao líder personificado, de forma abstrata, controlável e, frequentemente, em recusa à realidade (p. 35).

⁴⁷ A ideologia em Enriquez, assim, atua como uma aliança, na teoria de Kaës, tendo a dupla função de unir pela homogeneidade e manter fora um determinado conteúdo, a saber, o conflito de poder que tem o potencial de desestabilizar o pacto social.

⁴⁸ Tradução por Robson Colósio.

Como enquadre, a ideologia

forma o plano de fundo implícito (de representação, de pensamento, de ação, de relações interpessoais e sociais) e limita o processo quando coloca em perigo o enquadre imutável, garantia da continuidade e da integridade de tipo simbiótico. Ela é também um processo de construção da realidade. (Kaës, 1980, p. 208)⁴⁹.

Fernandes acrescenta que

Como enquadramento (quadro) a ideologia assegura a continuidade – ou mantêm a sutura – quando há ameaça de rompimento do quadro. A continuidade é necessária ao estabelecimento do processo de criação que, por sua vez, e uma elaboração da descontinuidade. A sutura é da ordem da negação e da recusa. Pela negação, a ideologia garante um universo sem falhas. (Fernandes, 2005, p. 140)

Assim, para a autora, a ideologia estaria em um duplo registro: 1) dar condição ao processo criador e 2) impedir a manifestação das diferenças (p. 140). Fernandes também sugere que as ideologias podem fazer parte das alianças inconscientes: “se a própria aliança é recalcada ela pode servir e dar sustento a processos coletivos (inconscientes) embora tenha se formado, apoiada nos processos intersubjetivos” (Fernandes, 2005, p. 126).

Já como mentalidade, Kaës vê a ideologia como um suporte múltiplo situado no espaço intermediário entre psiquismo individual e os processos e estruturas grupais (pp. 43-44). É, assim, um organizador psíquico e sociocultural (p. 49)⁵⁰.

J. Barus-Michel vê a dimensão sócio-histórica como o primeiro elemento reconhecível de uma organização (2004, p. 133). É necessário, para ela, investigar a exterioridade e a anterioridade da organização, “o que a identifica e a caracteriza no sistema social” (p. 133), sua história e território, seu contexto ideológico, cultural, político. A autora marca que os eventos, crises e rupturas pelos quais passa a organização deixam vestígio e recuperar essa história é compreender o presente (p.

⁴⁹ Tradução por Robson Colósio.

⁵⁰ Nesse sentido, podemos levantar a hipótese do socialismo como ideologia, dentro dos grupos sindicais estudados, em especial na atuação dos partidos de extrema esquerda. É possível pensar as ideias socialistas tanto como enquadre quanto como aliança inconsciente, segundo a visão do entrevistado. Optamos, no entanto, por aprofundar a questão das ideias revolucionárias socialistas vistas como uma instituição que concretiza essa ideologia no sindicato e, por isso, elaboraremos melhor o assunto na instância institucional.

135). Da mesma forma, ela se insere num espaço e o lugar de sua implantação a afeta.

A autora assinala que há uma história formal e interna à organização, formada por estatutos, jornais, discursos, organogramas e arranjos espaciais. Há também algo que, mesmo informal, é manifesto: processos, condutas e comportamentos observáveis, que apontam complementaridades e contradições. O contexto atual externo (econômico, social, político) atuará em segundo plano, assim como pertencimentos transversais (como questões étnicas, de gênero, de filiação e de posicionamento ideológico) e relações grupais atuarão de forma implícita. Por fim, há algo do registro do não-dito: mecanismos de defesa, representações, afetos, pulsões e necessidades que são da ordem do inconsciente (Barus-Michel, 2004, pp. 133-145).

Para a autora:

Identidade, história e território correspondem ao que pode ser conhecido de fora, ao aspecto público da instituição. Entretanto, são objeto de desatenção ou esquecimento, suas ligações escapam. (p. 136)

A seguir, ressaltaremos alguns pontos que consideramos relevantes para se entender a trajetória das organizações sindicais pelas quais o entrevistado passou, já alertando para o intrincado jogo de unificações regionais e federativas que formam tal história. Para tanto, utilizaremos como base a teoria de Barus-Michel, buscando chamar atenção para os aspectos ideológicos que pudemos inferir.

O sindicato como instância sócio-histórica

As primeiras lutas operárias no Brasil (e, conseqüentemente, os primeiros núcleos de trabalhadores organizados) aconteceram à época da abolição da escravidão, em São Paulo e no Rio de Janeiro (Antunes, 1985, p. 48). Tais núcleos atuavam como associações mutualistas de auxílio material em épocas de dificuldades econômicas.

As Uniões Operárias, baseadas na lógica economicista das *Trade Unions*, cujas reivindicações eram puramente salariais, seguiram-se a essas associações

(Antunes, 1985, pp. 22-23). Em seguida, realizaram-se as primeiras greves (o autor aponta a greve dos tipógrafos de 1858 como a primeira no Brasil).

Em 1892 e 1902 aconteceram os dois primeiros Congressos Socialistas Brasileiros, que buscavam disseminar o socialismo no Brasil e fundar um Partido. “E foi nesse quadro que nasceram os sindicatos no Brasil”, afirma Antunes (1985, p. 49). Em seu primeiro momento, o movimento sindical brasileiro foi fortemente influenciado pelos anarquistas. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passou a influenciar o movimento dos trabalhadores. Meses depois, o PCB passou à ilegalidade, mas continuou atuando nos sindicatos.

Com a Revolução de 1930, assume o governo Getúlio Vargas, que buscando controlar o movimento sindical, “criou os pilares do sindicalismo no Brasil” (Antunes, 1985, p. 59). A Lei de Sindicalização (Decreto 19.770) “proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos” (p. 59).

Entre 1945 e 64, houve um reflorescimento das lutas sindicais no Brasil, com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no começo da década de 60, encontrando seu ápice, segundo Antunes (1985, pp. 75-76) na posse de João Goulart como presidente. Em 64, no entanto, o Golpe Militar viria a esmagar o movimento sindical.

No final da década de 70, uma série de greves organizadas por sindicatos de ABC paulista marcará o reflorescimento do movimento de trabalhadores, que continuará se fortalecendo até o final da década de 80 (Antunes, 1991, p. 15).

É importante notar que a legislação sindical permaneceu a mesma desde o governo Getúlio Vargas até o final da década de 80, quando entra em vigor a nova constituição. Em todo esse período, o funcionalismo público teve seu direito de sindicalização negado, devido à Lei da Sindicalização.

Gostaríamos de abordar, agora, as modificações ocorridas a partir da Constituição de 1988. Consideraremos, assim, o período exposto acima como uma

espécie de “pré-história” do movimento sindical que nos interessa: o do setor público. Dessa pré-história, gostaríamos de inferir três modelos sindicais que, ao nosso ver, atravessarão a identidade das organizações que serão citadas nesse trabalho: 1) o modelo **revolucionário**, ligado em geral a movimentos de esquerda e que acreditam ter como função a revolução comunista e o fim do capitalismo; 2) o modelo das **Union Trades**, com intenções basicamente econômicas e que, portanto, não estão preocupados com a derrubada do regime capitalista e 3) o modelo ‘**pelego**’, que “se referem aos sindicatos próximos ao governo ou que defendem a manutenção da estrutura sindical brasileira [proposta pelo Decreto 19.770]” (Souto Jr., 2005, p. 107) e que “amortecem as relações entre patrões, trabalhadores e Estado” (p. 108); ou seja, que tem função de manutenção do *status quo*.

A constituição de 1988 e o direito do servidor público à sindicalização

Antunes acredita que a constituição de 88 foi paradoxal em relação ao direito de sindicalização dos trabalhadores: “houve avanços efetivos, porém, em vários pontos, foram mantidos aspectos anteriores nefastos” (Antunes, 1991, p. 73). Uma das importantes mudanças foi ser “consagrado o direito de sindicalização aos funcionários públicos que vinham, desde fins da década de setenta, ampliando enormemente suas associações de classe, mas a quem era vetado o direito de criar sindicatos⁵¹” (p. 74).

De fato, Faria afirmará que

No Brasil, o reconhecimento do direito à greve e à organização sindical dos servidores públicos foi efetivado somente com a Constituição Federal de 1988. Antes disso, porém, a ausência de guarida legal não impediu [...] o desenrolar de inúmeros movimentos grevistas e o surgimento de organizações com caráter sindical desde os anos 70, ao mesmo tempo em que ganhava campo um processo vigoroso de ascensão das lutas dos trabalhadores. (Faria M. S., 2004, p. 1).

Aos servidores era permitido apenas a criação de associações de caráter recreativo, mutualista e cultural. Mas essas associações serão, muitas vezes, tomadas pelos servidores para possibilitar uma organização de classe em defesa de

⁵¹ Diz o inciso VI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988: “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical” (Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

seus direitos. Tais movimentos estariam, de acordo com Faria (p. 3), em constante tensão entre manter a estrutura e a função legitimada pela lei de associação ou adotar um viés sindical. Em 89, quando a promulgação da constituição permitiu a formação de sindicatos pelos servidores públicos, há um movimento bastante diversificado de formações de novas organizações e transformações de associações em sindicatos.

Nosso entrevistado refere-se a esse movimento que se deu em 1989. Ele conta:

Em 88, a Constituição estabelece a possibilidade da criação de sindicato no serviço público. E obviamente, esse pessoal muito antenado politicamente, não demorou... Esse foi um fenômeno curioso, porque não foi só conosco. [...] No mais tardar em 90 se criou o sindicato. Com certeza. Imagine! Em 2 anos! Deixa eu ver. Já havia o contexto de politização bem avançado. Em 2 anos se criou acho que mais de 80% dos sindicatos do Judiciário do país inteiro. O que não se criou, onde não se criou se converteu a associação, se dotou a associação de caráter sindical. Embora a legislação fosse muito clara. A legislação não permite associação em determinadas prerrogativas. Então, teve gente que manteve a associação por um pouco mais de tempo. Mas tomaram a associação ou criaram a associação. No período de 2 anos você teve uma efervescência enorme. Foi uma coisa meio conectada porque aconteceu isso aqui. Aqui tínhamos nós da Justiça Eleitoral, tinha um grupo na Justiça do Trabalho que já era ligado à Federação. Ou seja, a Associação da Justiça do Trabalho já tinha um caráter sindical. Então eles eram o primeiro setor que já nasce com o caráter sindical ou já assume o caráter sindical antes de 88. É na Justiça do Trabalho. E na Justiça Federal eu acho que demorou um pouquinho mais. Mas lá era uma associação de oficiais de justiça. Assumiu um caráter sindical e depois vai virar sindicato quase próximo da unificação também.

O primeiro sindicato do qual o entrevistado participou, o Sindjuse, foi formado em 1989 e tinha como “finalidade precípua a união, a defesa dos direitos e interesses dos Servidores Públicos Federais da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, a solidariedade e a participação na luta dos trabalhadores”⁵². Duas discussões importantes se travaram nessa época, entre os articuladores do sindicato: 1) se deviam ou não transformar a associação em sindicato e 2) se os servidores se incluíam na classe dos trabalhadores ou eram uma classe a parte.

1) Em seu ramo da Justiça, houve uma discussão se seria melhor ocupar a associação ou formar um sindicato partindo do zero.

⁵² Artigo 2º do Estatuto do Sindjuse, citado por Silva (2002). Este autor fez sua dissertação sobre os jornais do Sindicato e traz fotocópias dos jornais e entrevistas com os dirigentes, além da história vivenciada pelo próprio Silva, também atuante na organização. Assim, utilizaremos essa dissertação como fonte secundária de dados. A dissertação corrobora a história de que o sindicato não se apossou da associação, preferindo um caminho novo. O fato de que os servidores responsáveis pelo jornal *Atrevida* foram os articuladores do sindicato, da qual trataremos a seguir, também está descrita no trabalho de Silva.

Os caras tomavam as associações e transformavam em um aparelho sindical, embora não tinha as prerrogativas todas, no máximo podia ser substituto processual, tudo bem falho [...] Então tinha algumas categorias que já tinham passado por esse processo de transição, associações com caráter sindical. Esses setores, inclusive, conquistaram na constituição o direito a sindicalização, foi a briga deles que conseguiram. No caso da Eleitoral, essa turma, num primeiro momento - quando a gente senta e começa a pensar em ter o sindicato - a primeira ideia é foi tomar a Associação. Só que a gente percebeu que ia ser muito complicado, não valia a pena, porque, para você ter uma ideia, o diretor geral da justiça eleitoral era sócio eterno da Associação. E aí [...] a gente percebeu que era muito melhor para gente fundar mesmo o sindicato, inclusive porque surgiu como uma coisa de independência, a gente não se ia precisar compor com ninguém. Porque, na Associação, no mínimo, ia ter que ter uma composição para tomar a Associação, e ir contra o diretor geral, uma coisa totalmente inútil, porque não precisava. Então nesse primeiro momento surge essa ideia, inclusive algumas pessoas que vêm com essa iniciativa eram da direção da Associação. Então houve no começo uma política de boa vizinhança, mas aí a gente constrói um sindicato.

A questão por trás da primeira discussão era a do tipo de sindicalismo a ser adotado. Tomar a associação trazia vantagens financeiras, pois já tinha espaço para funcionamento e arrecadação dos associados. No entanto, significava “compor com a direção”, e tal escolha poderia solidificar uma tendência a um modelo que não questionasse as estruturas, correndo o risco de tornar-se pelego. Afirma Silva:

O sindicalismo defendido pelo Sindjuse-SP [quando de sua formação] é o chamado sindicalismo classista. Os dirigentes do sindicato não se conformam em lutar apenas contra a exploração a que são submetidos como categoria, mas têm a intenção de integrar um movimento maior, transformador, do qual o sindicato é agente.

A decisão de não assumir a associação é a decisão de seguir o modelo revolucionário sindical, questão muito importante para a identidade da organização e que marcaria a ruptura do grupo que articula o sindicato com a estrutura de poder vigente. O entrevistado conta:

Eu lembro de uma discussão em que se avaliou que não faria sentido ter uma briga enorme pra tomar a associação. O estatuto [da associação] era uma coisa fechada... E ela tinha um espaço de atuação que não era o espaço que a gente pretendia para o sindicato. Um dos argumentos foi justamente que a gente teria que fazer assistencialismo. E então acho que esse talvez tenha sido o ponto principal. [...] O nosso sindicato não será assistencialista.

2) A outra discussão marcante era sobre a questão de a categoria de servidores poder ser entendida como uma categoria de trabalhadores. O sujeito de nossa pesquisa lembra:

Houve debate se era servidor ou trabalhador. No nosso caso, foi servidor. Alguns sindicatos... Um pouco mais tarde, é que houve sindicato de trabalhador do poder judiciário. Eu lembro que houve essa discussão, porque alguns queriam que fosse sindicato de trabalhadores, mas venceu o de servidores, a mentalidade política, o pessoal, “não, nós somos servidores”. Porque vingava aquela tese, servidor não é exatamente trabalhador.

Ele busca fazer uma análise marxista dessa questão:

Ao discutir o regime político, a gente discute inclusive a nossa condição de trabalhador. Porque era o pessoal de esquerda, só que apesar do Marx não tratar essa questão e até onde tratou, havia, sei lá, o Estado era outra coisa na época do Marx, né? Então, ele até trata com um certo desdém em alguns textos... Só vi um, na verdade: ele faz uma leitura da burocracia então, os trabalhadores do Estado não são trabalhadores em massa. [...] Aí, primeiro a gente abre uma discussão sobre o caráter do que é ser trabalhador e do que é ser servidor. E a maior parte dos sindicatos opta por ser trabalhadores, mesmo. Parte consegue fazer essa discussão. No sindicato de São Paulo a gente não consegue chegar nesse assunto, continua sendo um sindicato de servidores. Quando unifica em São Paulo, já somos trabalhadores. A federação já nasce como federação de trabalhadores. Sendo que na federação abre uma dúvida se ela seria uma federação de associações e sindicatos ou se seria uma federação de trabalhadores. Eu até nem me lembro como que ela foi fundada, mas eu sei que depois, logo depois, ela tem um caráter claramente sindical e classista.

Silva, que estudou os processos de comunicação nesse sindicato, também aborda essa questão:

Eis uma grande questão: sendo o sindicalismo praticado pela CUT aquele que privilegia o conflito, isto é, ‘pela via do conflito que chega à negociação’⁵³, é fundamental saber como se enquadram os servidores nesse contexto, considerando dois problemas: 1) o novo sindicalismo surge associado a uma onda grevista, em que o prejudicado com o movimento deve ser o capitalista, dentro de um conflito de interesses configurado na relação capital-trabalho. No caso do serviço público, não é o capitalista penalizado, mas o público usuário dos serviços. Não há o capitalista na relação de trabalho dos servidores; portanto, inexistente, por assim dizer, o conflito capital *versus* trabalho; 2) a luta dos servidores, no caso de greves por demandas salariais, é a mesma dos demais trabalhadores, porém sempre é vista como apenas uma tentativa de aumento de poder político e dos privilégios, uma vez ‘inexistente’ o conflito capital-trabalho. (Silva L. d., 2002, pp. 27-28)

Silva acredita que essa confusão no posicionamento dos servidores é estimulada pelo governo, que contestará, por exemplo, direitos de negociação coletiva dos sindicatos de servidores. Essas interferências do Executivo são “maneiras de dizer: vocês não são trabalhadores e o Estado não é patrão, logo, vocês não tem os mesmos direitos e o Estado não tem as mesmas obrigações” (Silva L. d., 2002, pp.

⁵³ Rodrigues apud Silva, 2002, p. 27.

30-31). Tem como função, na opinião desse autor, dividir os trabalhadores para enfraquecer o movimento:

Essas situações apenas tentam reforçar, no próprio imaginário dos servidores, sua condição de 'diferentes', dentro de um universo de 'iguais'. Ao passo que os sindicatos de servidores trabalham a ideia de uma consciência de classe de trabalhadores, o governo interfere na organização sindical dos servidores, cassando direitos conflitantes com a existência da administração pública, [...] estabelecendo regras claramente intervencionistas e que visam a desarticulação dos servidores como uma classe de trabalhadores. (Silva L. d., 2002, pp. 34-35)

Federação, unificação, partidarização

Em 1991, de acordo com o entrevistado, foi criada uma federação nacional que agregava os sindicatos de servidores da justiça eleitoral. Essa entidade durou cerca de um ano⁵⁴. Em 1992, no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal, foi fundada a Fenajufe, federação nacional que congregará os sindicatos e associações ligados a esses servidores.

Nessa época, há uma grande pressão pela unificação dos sindicatos. Essa pressão tinha um cunho ideológico: a esquerda sindical acreditava que não havia sentido na fragmentação dos sindicatos e federações. A unificação fortaleceria a luta sindical e o sentimento de união dos trabalhadores (Antunes, 1985, p. 38).

Exemplo disso é que a V Plenária Nacional realizada em 1993 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao qual a Fenajufe se ligou desde a sua constituição, tomou como uma de suas estratégias: “ações junto aos sindicatos e estruturas verticais visando estabelecer processos de unificação por ramo e por base territorial mais abrangente que o município” (Oliveira, 2002, p. 201).

Havia, então, três entidades separadas em São Paulo⁵⁵, representando os trabalhadores da justiça eleitoral (Sindjuse), federal e militar (Sinjusfem) e trabalhista

⁵⁴ O entrevistado não dá ênfase à essa entidade na pesquisa, posto que não teve participação expressiva nela.

⁵⁵ Há também um sindicato da justiça do trabalho em Campinas, que se mantém separado.

(Sintrajus). A federação então começa a pressionar pela unificação desses três sindicatos. Afirma o entrevistado:

Só depois que você constrói a federação é que aí vai ficando insustentável a existência de 3 sindicatos na mesma base. [...] Quando unifica a federação a pressão sobre o Sindicato de São Paulo e outros sindicatos, começa a ficar muito grande.

Há, no entanto, disputas de poder e questões patrimoniais que dificultam a união desses sindicatos. O entrevistado conta:

Uma das discussões que surgiu, de parte a parte, é que o nosso sindicato era o mais pobre. Os outros sindicatos tinham estrutura, tinham patrimônio. Essa condição que ganhou quase a categoria [da justiça eleitoral], né? A maior polêmica da categoria foi essa, patrimonial. Coisa incrível, né? Para as direções era a divisão de poder. Você tem 100% de poder na mão que você vai ter que dividir, esse poder.

Quando o entrevistado levanta que a questão patrimonial “ganhou a categoria”, ele está se remetendo ao fato de que as dificuldades financeiras eram grandes no Sindjuse e provavelmente levariam à sua extinção. A unificação foi, assim, uma possibilidade de continuação de atuação para os sindicalistas.

E aí, acontece o seguinte, o sindicato do eleitoral ia fechar as portas porque tinha pouca arrecadação e também porque não tinha renovação de quadros. Então, chegou um momento em que os diretores não tinham mais condições de construir, não queriam. Porque uma parte da direção, inclusive, não tinha essa vocação, digamos assim, para liderança sindical. Eram pessoas que queriam cuidar da vida.

Até então, o Sindjuse não era um forte alvo dos partidos políticos de extrema esquerda, por uma condição única: devido ao artigo 366 do código eleitoral, datado de 1965 e ainda válido, “Os funcionários de qualquer órgão da Justiça Eleitoral não poderão pertencer a diretório de partido político ou exercer qualquer atividade partidária, sob pena de demissão” (Brasil, 1965). Segundo o entrevistado, para tomar posse de um cargo na justiça eleitoral, é necessário “*entregar uma carta dizendo que você não é filiado a partido político*”⁵⁶.

Assim, nenhum dos integrantes da entidade era filiada a partidos políticos, apesar de alguns deles, em especial os fundadores, terem uma atuação ‘clandestina’

⁵⁶ O que pode ser comprovado ao se ver a lista de documentos para posse constante do site do TRE-SP, no endereço <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-concurso-publico-2012-documentos-para-posse>, que exige “certidão negativa de filiação partidária”, hoje obtida eletronicamente no site do TRE-SP.

em um partido de esquerda⁵⁷. De certa forma, a legislação manteve a atuação partidária a uma certa distância do Sindjuse, não podendo ocupar o primeiro plano, como em outros sindicatos. Além disso, sua relevância era pequena tanto em termos financeiros quanto em termos de tamanho da base de afiliados. O Sindjuse manteve-se numa “bolha” apartidária durante sua existência.

Para o entrevistado, a ausência de partidos políticos deu condições ao Sindjuse de se tornar um sindicato mais cidadão⁵⁸. A unificação dos três sindicatos, em 1995, irá transformar essa situação, já que os outros setores da Justiça Federal não tinham o mesmo impedimento de afiliação partidária. O contato com os partidos políticos, no entanto, foi um choque para a forma de ver a atuação sindical dos membros do Sindjuse. Na percepção do entrevistado:

Quando entram os partidos o debate se nivela muito por baixo. A coisa se mediatiza muito. E em contrapartida também o sindicato afasta um pouco as pessoas que tinham... os livre-pensadores. Então há uma queda também na qualidade das intervenções em assembleias. Porque o cara não está... as pessoas não querem estar disputando. Nem todo mundo vai pra uma assembleia disputar posição. [...] Agora com a politização, com a partidização, tudo é disputa. Não há espaço para as ideias circularem, na boa. Por exemplo, com a partidização somem as pessoas que questionam o papel dos sindicatos.

Para ele, com a entrada dos partidos, o foco do sindicato passa a ser fora da categoria:

Eu acho que muda o papel do indivíduo no grupo. [...] Tem um cara [líder] que é solto⁵⁹. Onde é que está o centro desse indivíduo? Ele pode estar na categoria ou pode estar fora dela. Então, por exemplo, antes de entrar os partidos, o centro estava dentro. Por que como costuma ser o trabalho? Com o partido e sem o partido? Sem o

⁵⁷ O entrevistado refere-se à atuação desses sindicalistas como ‘clandestina admitida’, como é possível constatar no seguinte depoimento: “Já eram [Partido de Esquerda] assumidos, declarados. Então isso foi um negócio curioso, porque isso era clandestino, mas todo mundo sabia. Era um clandestino admitido, porque todo mundo votava no [Partido de Esquerda].”

⁵⁸ Sindicato cidadão é usado, aqui, na perspectiva de Oliveira, que o identifica como aquele cuja atuação se volta, principalmente, para três campos: “[1] o das lutas em defesa dos direitos; [2] o da participação institucional, aliada ao esforço de influir sobre políticas públicas; e [3] o da execução de políticas públicas, desenvolvimento de projetos cooperativos e oferta de serviços” (Oliveira, 2002, p. 430).

⁵⁹ O entrevistado havia definido, anteriormente, que acredita existir alguns tipos de liderança sindical, sendo o tipo “independente” (que aqui ele chama de “solto”) o que é formado dentro da categoria, tem disposição para liderar, mas por um objetivo comum. Esse líder não estará ligado a partidos. O entrevistado se identifica com esse tipo, que descreve da seguinte forma:

São formadas no meio, [...] têm a disposição de liderança, mas sem ter um projeto [pessoal] mesmo. Tem propósito mas é um propósito comum, digamos assim. [Ri.] É porque esse mais ou menos sou eu, não consigo teorizar sobre mim, né? Mas assim, eu não tinha um partido por trás né? Mas, desde moleque, eu tenho essa coisa de meio que liderar, tenho uma tendência de aglutinar.

partido você dialoga com todos e você tenta convencer a todos e todos votam. E ganha quem convencer mais pessoas. O partido muda isso. Porque ele coopta as pessoas. Então ele bloca antes. O bloco é formado antes das votações. Então você tem uma hegemonia, você tem uma condição política prévia. Então vamos supor que você traz um debate do partido, só que você não tem nem tempo de interagir com a realidade, com as outras pessoas. Se a liderança estiver descuidada, ela vai manter uma posição prévia e as pessoas votam em bloco. E aí perdem o debate. Não existe debate mais. Existe... como é que chama? Confrontação de força. [...] No caso de não haver os partidos, é claro que os indivíduos se destacam mais. [...] Então antes eram indivíduos interagindo entre si. Depois muda. Você tem um viés que, por exemplo, as pessoas, os indivíduos desses partidos já não tem tanta liberdade de propor coisas. Por exemplo, já aconteceu situações em que as pessoas suspendem uma discussão pra ir consultar o partido. Isso nunca aconteceu na época em que a gente funda os sindicatos. Não existe isso. O que tem aqui se decide aqui mesmo. Ou no máximo você marca um novo debate. Tudo bem. Marca. Mas por necessidade do grupo. Não por uma necessidade externa. [...]

O entrevistado acredita que o Sindjuse era uma organização mais independente em seu princípio, que aceitava mais a pluralidade.

Agora eu tenho impressão que durou pouco assim. Foi muito legal o período da independência, mas durou pouco. Porque você não conseguiu construir um ambiente democrático. Quando chegam os partidos você não tem os indivíduos com consciência suficiente. Nesse sentido acho que há uma perda. Porque o indivíduo ele vai se deparar com a organização. Então você tem pessoas que são tratoradas em assembleias, de forma constrangedora, simplesmente porque não são capazes de fazer uma exposição clara. Às vezes, têm ideias até razoáveis que podem ser aproveitadas. Ah, sim, uma diferença. Na época em que os independentes prevaleciam a gente tentava permanentemente compor. [...] Você tenta buscar uma unidade. Não é? Com os partidos já não. O que mais me revoltou desse processo assim era isso. Os caras trabalhavam sempre com os pressupostos. Então chegava uma hora que não se dialogava mais. 'Eu defendo isso. Você defende isso. Acabou.' Não há espaço para convergência". Então isso assim... atrapalhou muito o fortalecimento da consciência de classe. Porque é uma coisa curiosa. Embora se pregue a primazia da base, não é isso que se defende. Porque pra mim o que significa a primazia da base? Você tem uma ideia, se elas não são contraditórias você tem que buscar um meio termo. É possível um meio termo.

Acreditamos que, na passagem do Sindjuse para o Sintrajud, existem duas crises:

1) o choque de ideologias que permeiam a questão sindical, que o entrevistado descreve da seguinte maneira:

Agora da parte nossa, que era minoritária, o que houve foi uma crítica à política de certa forma colaboracionista da articulação central, dos setores próximos da [ala do Partido de Esquerda]. Então, não havia isenção de verdade. Eu achava que o pessoal ligado a direção da CUT tinha uma prevenção maior que a nossa, mas hoje revendo a história, acho que não havia. Não havia só isso, eu acho que também tinha lá, não queriam simplesmente dividir o poder, eles queriam chegar e também ditar o rumo.

Então, era uma disputa de poder e por conta disso o sonho [da unificação] fica [estagnado].

2) a ruptura da identidade de grupo que existia. Trataremos dessa segunda questão no próximo capítulo. Em relação à questão ideológica, notaremos que a ideologia do Sindjuse, conforme relatada pelo entrevistado, parece se distanciar da ideologia sindical *stricto sensu*.

Vejamos que, segundo Antunes, a presença dos partidos dentro dos sindicatos devem ser incentivadas:

As relações entre o Sindicato e o Partido são fundamentais e indispensáveis para o avanço da classe operária. É dever de todo operário comunista, diz Lênin, atuar e trabalhar efetivamente nos sindicatos que, dada a sua abrangência, aglutinam todas as categorias de operários e colocam-se como locais fundamentais para que o Partido possa exercer sua influência junto às massas.” (Antunes, 1985, p. 44).

No entanto, o Sindjuse é um sindicato onde os partidos não podem atuar explicitamente, onde a categoria não se identifica plenamente com a classe trabalhadora por sua posição de servidores públicos (como discutimos acima) numa classe que se sente ligada à democracia por defender a lisura das eleições. Seus articuladores participavam de movimentos de esquerda e acreditavam numa revolução socialista, ao mesmo tempo em que defendiam a ideia de que a entidade deve resguardar a democracia e estar à disposição da categoria.

No Sintrajud, a atuação partidária e a instituição sindicato entram em um conflito não necessariamente explicitado que tem facetas diversas. Uma delas é o ritual dos planos de carreira.

Planos de cargos e salários versus planos de carreira

A luta econômica do Sintrajud (e seus aspectos contraditórios) pode ser contada através da história de seus Planos de Cargos e Salários⁶⁰.

⁶⁰ Iremos nos basear, nesse tópico, nos fatos como narrados, pois sua visão nos é essencial para que possamos entender como ele foi afetado, em sua subjetividade, pelos acontecimentos vividos.

Segundo o entrevistado, em 1989, ocorreu o segundo congresso unificado da categoria dos servidores da justiça federal, em Brasília, concomitantemente com a criação do Sindjuse. Ele não era um dos membros da diretoria do sindicato, mas se ofereceu para ir ao congresso:

Eu fui a primeira pessoa de São Paulo que saiu sozinha para uma atividade coletiva, que era o II Congresso dos Funcionários Públicos. Deve ter sido em 89 [...]. Mas tem um congresso dos servidores federais, era o II Congresso Nacional. E ninguém queria ir. Todo mundo falou: “- não, precisamos ir”, “- ah quem vai?” Ninguém... E o babaca aqui foi. A legitimidade [de sua participação] foi isso: disponibilidade. Primeiro que eu me dispunha, para mim tudo era muito novo, né?

Desse congresso que participa, forma sua opinião sobre as prioridades da atuação sindical:

Naquele congresso saem 2 temas: as prioridades da categoria do servidor público eram carreira e regime jurídico. O regime jurídico, nós conquistamos em novembro. O regime jurídico, ele é, na concepção do estado democrático de direito, uma perspectiva... Na época, era uma coisa que estava dada. [...] E aconteceu uma coisa curiosa, que aí eu até hoje não parei para explicar, porque o poder constituído se esquivou de fazer plano de carreira? Eu não entendo. Os militares funcionam com carreira. As duas estruturas mais antigas da civilização ocidental, militares e religiosos, trabalham com ideia de carreira, e porque o Estado não trabalha? Eu não sei te explicar por que, mas ficou claro para a categoria - servidores públicos federais - ficou claro que o plano de carreira era um eixo estrutural, ou estruturante, e em algum momento ficou claro para o poder constituído que não poderiam fazer plano de carreira. Eu acho que a história começa aí, embora eu consiga enxergar isso hoje, na época eu não fazia a menor ideia. Eu entrei por voluntarismo na história. Mas aí tinha essa coisa, é coletivo, eu levo para baixo. Então eu virei o, como é que chama? Bom, eu cheguei em (São Paulo), cheguei falando, “regime político e plano de carreira. Não, gente, a lei é essa, nossa trilha é isso aqui”. Tinha uma coisa paralela que é a unificação, tinha bandeiras secundárias... Tinha pautas secundárias, mas as pautas prioritárias, ali, eram essas.

Começa, assim, a discussão sobre as carreiras no judiciário federal, com a percepção de que carreira é algo maior do que um plano de cargos e salários. Para o entrevistado, a discussão de carreira está relacionada à organização do trabalho, enquanto cargos e salários é uma questão puramente econômica.

Para facilitar a compreensão da linha histórica deste capítulo, a lista abaixo traz algumas datas importantes para mostrar a relação entre o entrevistado e os planos de cargos e salários:

- 1989 - Segundo congresso nacional de servidores federais decide que as duas grandes bandeiras do movimento sindical devem ser o regime jurídico de trabalho e o plano de carreira.
- 1992 - Entrevistado é eleito como um dos três coordenadores gerais da **Fenajufe**.
- 1995 - Entrevistado é eleito como um dos seis coordenadores executivos da **Fenajufe**.
- 1996 - Aprovação do primeiro Plano de Cargos e Salários (**PCS I**).
- 1998 - Nova eleição da **Fenajufe**, entrevistado não participa da chapa eleita.
- 2001 - Entrevistado é eleito um dos dois coordenadores financeiros da **Fenajufe**, em nova chapa.
- 2002 - Aprovação do segundo Plano de Cargos e Salários (**PCS II**).
- 2004 - Entrevistado assume suplência da coordenação da **Fenajufe**
- 2006 - Aprovação do terceiro Plano de Cargos e Salários (**PCS III**)
- 2007 - Entrevistado não participa da direção da **Fenajufe**
- 2010 - Entrevistado não participa da direção da **Fenajufe**

Ainda em 1989, o Supremo Tribunal Federal (STF) envia um projeto de lei ao Congresso Nacional com proposta de plano de cargos e salários para o judiciário, mas a proposta não é discutida pelos servidores.

Em 89, o [Supremo] Tribunal Federal manda um projeto de plano de carreira para o congresso, que era 4.212, de 89. Só que o plano de carreira deles era um plano de cargos e salários... E mudava o nome e nem lembro se ele mexia no enquadramento da tabela, eu acho que nem isso. Era uma mudança cosmética.

É só em 1994, já com a Fenajufe, que os sindicalistas voltarão a discutir a questão dos cargos e salários de forma unificada. Ao mesmo tempo, explica o entrevistado que o Supremo Tribunal da Justiça (STJ) enviou ao congresso uma proposta de carreira que, segundo o entrevistado, era bastante avançada. A federação, no entanto, decide não apoiá-la por haver divergências ideológicas, e enviou um terceiro projeto (posto que o projeto do STF, de 1989, ainda estava sendo avaliado). Começaram, então, negociações com o STJ em relação ao plano de carreiras, mas havia muitas divergências entre as propostas.

Após um ano de negociações, a federação faz uma reunião e decide que a questão da carreira deveria ser retirada de sua proposta. Havia necessidade de

rediscutir a natureza e as atribuições dos cargos e lutar por reajustes salariais. Segundo o entrevistado:

Aí, foi essa a solução mágica nossa: tirar a carreira da parada. [...] Na verdade, a nossa discussão era salarial, no fim das contas. Resumiu. Vamos discutir salário. Então o nosso foco era na tabela [salarial].

Há, assim, um adiamento da discussão sobre carreira:

A conversa [com o STJ] não era uma conversa hostil. Era uma conversa técnica, no limite era técnica, e politicamente técnica inclusive. [O representante do STJ] falava: “- não, isso aqui a magistratura não vai aceitar nunca!” [...] Então nesse sentido, era técnica, não era o [representante] falar “não”. Não era uma posição, digamos assim, ideológica do interlocutor. Era uma posição ideológica nossa, e ele entendia a nossa perspectiva, porque era especialista na área. [...] Mas era um diálogo franco, legal. Então eu acho que, na época, a gente se iludiu um pouco com isso. Todos nós. Eu, todo mundo. Não foram os outros que erraram, eu errei. Foi um erro. A gente achou, que: tudo bem, vamos fazer. E aí, no próximo - aliás, isso ficou meio que acertado com o [presidente do STJ], vamos fazer o PCS e depois vamos discutir carreira. Saiu da reunião isso. Então já que a carreira vai gerar conflito, então vamos discutir o PCS, depois a gente retorna, porque a lei que estava lá era menos que o PCS, então havia um ganho. O que acontece, depois, aí sim é responsabilidade direta das vanguardas de uma forma geral, que é: foi tão fácil discutir o PCS que virou uma muleta. Então, e aí você vai ter erro de todo lado. Aí os polos se atraem, o setor mais conciliador e a ultra esquerda, se unem. Como Marx já advertia: a questão do economicista não pode ser norteadora, ela é importante, mas não pode ser...

Esse fato é confirmado por Matos, no estudo que realizou sobre o Fenajufe:

Não obstante a pressão por um plano de carreira (que inclui o plano de cargos e salários) fosse bem anterior, somente em 1995 conseguiu-se fazer acontecer as primeiras reuniões com as administrações dos tribunais superiores para que formulassem uma proposta de plano de carreira e enviassem-na para o Congresso Nacional. Trabalhou-se, inicialmente, com a ideia de elaborar um plano de carreira, a qual logo foi abandonada dado o nível de complexidade, de divergência e de pressa que o assunto ganhou a partir de junho de 1995. (Matos, 2002, p. 164).

O PCS I (primeiro plano de cargos e salários) foi aprovado em 1996 e considerado uma vitória, em termos salariais. A disparidade entre os aumentos para os carreiristas e as funções comissionadas, no entanto, acabou direcionando as lutas do PCS II. O entrevistado conta:

[No PCS I] a função [comissionada] teve 400% de aumento, de 200% a 400%, e o salário, 80%. Então... E isso ficou muito ruim para a categoria e ajudou a desvirtuar depois. Porque o que aconteceu? O PCS II congela a FC e só dá aumento para a carreira. E nós conseguimos aprovar. Então o segundo PCS foi quase tão fácil quanto o primeiro.

O PCS II foi aprovado em 2002. A presença de partidos políticos de extrema esquerda, na opinião do entrevistado, é parte das razões para que esse projeto fosse puramente financeiro:

Bom, nesse período, você tem a mudança de composição política. No PCS I, a composição era baseada em critérios de regionalidade, de ramos da justiça [...]. [No segundo PCS] o [Partido de Extrema Esquerda 1]⁶¹ já está dentro aqui de São Paulo, como o [Partido de Extrema Esquerda 1]. Então, você tem uma mudança na composição política na vanguarda. Nesse sentido a categoria perde a capacidade de dirigir, perde a primazia da direção política. Porque aí a direção política passa a concorrer, o interesse político da categoria passa a concorrer com o interesse político das forças. Aí isso começa a trazer problemas. No começo menos, mas hoje a gente está colhendo frutos desse erro. Porque como o interesse é preservar o poder, é natural você procurar o caminho mais curto né? E o caminho mais curto é dialogar com as maiorias. E a maioria quer grana⁶².

Interessa-nos notar, agora, em termos históricos, que o debate de carreira fica ausente da primeira década da Fenajufe, enquanto o piso salarial da categoria sobe substancialmente. Também no terceiro Plano de Cargos e Salários (PCS III), mais uma vez, o plano de carreiras acabou preterido pela questão salarial.

Então foi uma coisa fantástica, que no PCS III, a gente conseguiu retomar o debate de carreira. Porque isso significa que a gente conseguiu mobilizar uma parcela da categoria que tinha o acúmulo, mas que tinha engolido dois PCS e que não queria engolir o terceiro. Não, mas isso não foi todo mundo, não. Foram só alguns estados, o que impôs mesmo foi agora no quarto. No quarto que, na verdade, a gente conseguiu convencer todo mundo. Mas ainda assim, na hora do vamos ver, volta a questão salarial e derruba-se tudo.

Para o entrevistado, a grande vitória do PCS III é “não perder”. Ao mesmo tempo, com esse plano, a categoria alcança o piso salarial proposto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

⁶¹ A pedido do entrevistado, não utilizaremos as siglas dos dois partidos de extrema esquerda citados por ele, substituindo essas siglas por Partido de Esquerda e Partidos de Extrema Esquerda 1 e 2.

⁶² Aqui, é possível notar, também, a influência da lógica capitalista em relação ao deslocamento do desejo da massa para o acúmulo financeiro.

Percebe-se que o capitalismo instala antes um modo de vida do que um modo de produção. A relação entre interesse e capacidade é transferida, pelo individualismo e pelo consumismo, para a esfera privada. Remeter à esfera privada o reconhecimento de interesses e capacidades encobre desigualdades e opressões. Os efeitos desse deslocamento fazem com que todas as questões a serem discutidas no âmbito do Estado passem a ser referidas somente à esfera privada. Dessa forma, os verdadeiros problemas se tornam invisíveis e as soluções apresentadas são enganosas. (Fernandes, Negatividade e vínculo: mestiçagem como ideologia, 2005, p. 38).

Tais transferências que ‘privatizam’ as questões de interesse social também colocam a atuação sindical em xeque.

*A gente tinha, por exemplo, o parâmetro do DIEESE como o piso. [...] A gente levou tempo, acho que só no terceiro plano de cargos e salários a gente conseguiu fazer uma discussão que balizasse com os índices do DIEESE, que a distância era muito grande. É claro que oscilou um pouco, mas enfim a gente levou um tempo pra alcançar o piso do DIEESE como piso da carreira. Eu não sei se ainda é porque mudou, mas teve um momento que a gente alcançou o piso do DIEESE com o piso da carreira, ou seja, o faxineiro ganhava o piso do DIEESE.*⁶³

O entrevistado afirmou que, em 2004, o Sintrajud havia elaborado uma proposta de carreira para o PCS III, com auxílio de uma assessoria e com ele mesmo como maior responsável por sua elaboração. No entanto, essa proposta é derrotada na Fenajufe. Mas, para o entrevistado, essa derrota fará com que a discussão de carreira seja colocada na pauta do próximo plano:

Nós fomos derrotados em quase tudo que era fundamental para nós. A gente já tinha proposto conselho de gestão [...], [o projeto apresentado] já tinha instrumentos avançados de gestão de carreira. Nós fomos derrotados em todos, de uma forma sumária. Fizeram uma votação: “- Nós vamos discutir PCS ou carreira? –Ah, PCS. – Então, não tem carreira.” Jogaram no lixo toda a nossa proposta de 2004. Mas o impacto, o preço político que pagaram para derrotar a nossa proposta, foi [que] eles tiveram que assumir o compromisso de que, a partir dali, iam discutir carreira em nível nacional. Então a gente foi derrotado taticamente mas estrategicamente, a gente foi vitorioso. Aí, você começa devagar as discussões. Eu acho que o PCS III foi aprovado em 2006.

Com a aprovação do novo plano de cargos e salários, retoma-se, mais uma vez, a discussão de plano de carreira:

Em 2007, retoma a discussão. Então, você tinha 3 projetos principais: o nosso, que era o da ‘Luta Fenajufe’, de São Paulo, [com apoio de] Maranhão, Alagoas e Mato Grosso; o da Bahia, que também foi o do Rio Grande do Sul; e o de Brasília. Então você tinha 3 propostas. E a Fenajufe monta uma comissão para discutir a questão. E eu faço parte da comissão e eu que esquematizo. [...] A gente tenta fazer uma sistematização, tenta construir aí as sínteses possíveis, e enquanto eles estavam acuados e a esquerda não se preocupou com o conteúdo, a gente levou tudo numa boa, e estávamos ganhando. Não havia argumento contra nós, nas reuniões. [...] O outro lado não tinha nem condição para disputar, né? Obviamente, ele ia contar com a formação numérica [número de pessoas votando em bloco], porque em termos de conteúdo não tinha como [discutir]. Só que isso já é divergência interna...

O entrevistado sistematiza os projetos de carreira de São Paulo e da federação. Sua proposta busca, além de reajustes salariais, tocar em questões como a democratização dos espaços de trabalho, o fim do nepotismo, critérios de promoção

⁶³ Para se ter a base de comparação, em junho de 2006, quando da aprovação do PCS III, enquanto o salário mínimo era de R\$ 350,00, o piso salarial do DIEESE era R\$ 1.447,58.

e gestão do trabalho. O sindicato paulista contratou uma assessoria, no final de 2008, para auxiliar na rediscussão de sua proposta, composta por especialistas em carreira e em psicologia do trabalho⁶⁴. A nova proposta, chamada de Plano de Carreira, Cargos, Salários dos Servidores Públicos do Poder Judiciário, tinha como principais pontos: 1) instituição de Conselho Nacional de Gestão do Trabalho, Carreiras e Competências, com finalidade de “garantir a inter-relação entre o exercício das competências nos órgãos do Poder Judiciário Federal e o interesse público geral” (Projeto de Lei, 2009) e composto por representantes da administração dos tribunais e da Fenajufe; 2) proposta de requisitos técnicos para provimento de Cargos em Comissão e Funções Comissionadas, e veto à recondução sucessiva; 3) proposta de padrões de vencimento a partir de projeto de capacitação; 4) divisão da progressão por tempo e por capacitação (vinculada à participação em cursos do Programa Permanente de Capacitação da Carreira Judiciária) e, para tanto, instituição de uma Escola de Formação; 5) possibilidade de gratificação a partir de avaliação funcional; 6) medidas contra o assédio moral, cabendo ao Conselho Nacional de Gestão do Trabalho, Carreiras e Competências acompanhamento e fiscalização dos processos de assédio moral (Projeto de Lei, 2009).

A proposta criada pelo entrevistado foi aprovada na íntegra pela direção do Sintrajud e encaminhada para a Fenajufe. Ele, então, seguiu para apresentá-la na federação. No entanto, para ele, os coordenadores não haviam avaliado a proposta antes de aprová-la e a própria direção do sindicato de São Paulo, ao se preparar para o congresso nacional, a refutou:

São Paulo tinha avaliação de desempenho. Estava escrito lá. Só que as pessoas não leram. Não se deram ao trabalho de ler. E era uma coisa que estava aí há 3 anos. Então as pessoas não leram. É outro mal da esquerda. Não liam as coisas. Estava aí há 3 anos. Ninguém nunca tinha prestado atenção. Aí, para preparar para o evento nacional, as pessoas leram e se assustaram, “não. Mas como assim?”. Então surge uma primeira divergência aqui.

De volta a São Paulo, os membros do sindicato convocaram uma assembleia para que o entrevistado explicasse melhor os pontos da proposta. Estávamos

⁶⁴ Fizemos parte dessa assessoria, como especialistas em psicologia do trabalho, com objetivo de “superar a ideia dos planos de cargos e salários para discutir os reflexos da organização do trabalho e seus impactos na qualidade de vida e no desenvolvimento humano, tanto dos trabalhadores da Justiça Federal quanto da sociedade como um todo” (Galery & Branchini, 2008).

presentes a essa reunião e pudemos presenciar um dos diretores ligados a um partido de extrema esquerda levantar-se, após a sua explanação, e afirmar que o sindicato deveria se ater, mais uma vez, a uma proposta de cargos e salários.

O PCS IV ainda está em discussão. Em 2010, houve nova eleição para a direção do Sintrajud. Pela primeira vez, desde sua criação em 1995, o entrevistado não fez parte da diretoria eleita⁶⁵.

Com isso, fechamos as questões sócio-históricas que julgamos importantes apresentar para o entendimento da história do entrevistado. Quisemos abordar os seguintes aspectos, nessa parte: 1) que o sindicato nasceu em circunstâncias específicas, onde a ideia de democracia atravessava o momento social; 2) que o entrevistado pensa que a entrada dos partidos no movimento sindical, a partir da unificação, teve um impacto negativo na questão da representatividade do sindical diante de sua categoria; 3) que a elaboração de planos de carreira, na ocasião das aprovações de cada novo plano de cargos e salários, tornou-se um ritual do Sintrajud e da Fenajufe: preparava-se todo um projeto de carreira, que era amplamente debatido mas que, no momento de ser aprovado, era derrubado em prol de um novo plano de cargos e salários, mais simples e com ênfase no ganho salarial.

Tentaremos agora refletir sobre como os objetivos revolucionários dos sindicatos dos quais o entrevistado participou podem ser percebidos como uma instituição.

A instância institucional

A instância institucional é onde se expressam “os fenômenos de *poder* com seus corolários: as leis escritas e as normas explícitas ou implícitas de conduta” (Enriquez, p. 71). As instituições tem função estruturante na sociedade, atuando como reguladora do nível político e social. “Visa a estabelecer um modo de regulação e tem por objetivo manter um estado, fazê-lo durar e assegurar a sua transmissão” (p. 71). Ao criar e ser criada pelas ideologias, as instituições mascaram os conflitos ao “garantir uma ordem e um certo estado de equilíbrio social” (p. 73). São, assim, “o

⁶⁵ Retomaremos esse assunto com mais detalhes no próximo capítulo.

lugar onde o poder se exercita, e tem como função assegurar uma regulação e um consenso social” (p. 73). Para Enriquez, a instituição constitui um *eidos* ao mesmo tempo político e psíquico, “porquanto inscreve o projeto político no próprio seio do inconsciente das pessoas” (p. 79). Ao recuperar a teoria institucionalista, Enriquez conclui: “a instituição é, portanto, a *cristalização* de um movimento instituinte (social, histórico), que não quer se reconhecer pelo que ela é: o produto de uma história” (p. 80).

Kaës considera as instituições como pertencentes ao campo do ideal, opondo-se às imposições da natureza por ser fundamentalmente formações da sociedade e da cultura (Kaës, 1991, p. 25).

A instituição é o conjunto das formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe a nós; ela se inscreve na permanência. Cada instituição é dotada de uma finalidade que a identifica e a distingue. (p. 25).

Como formação social, a instituição também “realiza funções psíquicas múltiplas”:

Ela mobiliza investimentos e representações que contribuem para a regulamentação endopsíquica e que asseguram as bases da identificação do sujeito com o conjunto social; elas constituem [...] o fundo da vida psíquica no qual podem estar depositadas e contidas algumas das partes da psique que escapam à realidade psíquica; [...] [servem como] funções meta-defensivas (p. 27).

A instituição é, para esse autor, parte da constituição de nossa psique, transmitida de geração em geração, e que funda “a possibilidade de espaços psíquicos comuns e compartilhados” que, através de um aparelho psíquico grupal, intrapsíquico & intersubjetivo, vão permitir o estabelecimento das alianças entre os membros do grupo (pp. 28-29). “A instituição liga, une e gerencia formações e processos heterogêneos quer sejam sociais, políticos, culturais, econômicos, psíquicos” (p. 30).

Kaës relembra que G. Dumézil reconhece três funções para as instituições: jurídico-religiosas, defensivas e de ataque, e produtoras-reprodutoras. A instituição sindicato teria, então, a suposta função de ser defesa e ataque: defesa de uma determinada classe; ataque àquilo que a ameaça, seja o patrão, o capital ou o Estado. Assume, assim, a função psíquica do grupo de irmãos de *Totem e tabu*, instituição

originária da sociedade humana (p. 28). No entanto, suas práticas podem levar a uma reprodução permanente de um conflito que não se desenvolve, porque tem como pilar aquilo que já está instituído. Será, nesse momento, pura compulsão à repetição.

A. Lévy propõe que as instituições podem ser definidas como um “conjunto de regras e dos valores que definem a ordem social, das obrigações que se impõem a cada um e que tornam possíveis as transações e trocas” (Levy, 2001, p. 132). Tais regras e valores servem como uma referência social estável e idealizada, compartilhada pelos membros de uma comunidade. São, de acordo com J. Barus-Michel, um modelo simbólico forte o suficiente para tornar-se subordinante, impregnando os modos de relação de forma a torná-las sociais. “As relações sociais são as relações definidas por instituições” (Barus-Michel, O sujeito social, 2004, p. 84). As instituições fariam parte, então, do contrato social; seriam o corpo dos valores sociais, servindo como referência e aval para que uma relação se torne social. Sua força é tal que Barus-Michel afirma: “A instituição pertence ao registro da lei” (p. 88).

Para Barus-Michel, as relações pessoais passam a ser sociais porque são atravessadas pelas instituições, sendo que 1) as pessoas investirão nas instituições afetos e representações, **cada um à sua maneira** (p. 85) e 2) os atores sociais que delas compartilham provavelmente **irão distorcê-las em seu proveito** (p. 84), manipulando-as para a obtenção de poder.

Retomando Enriquez, a instituição se fundamenta num saber que se apresenta como lei e verdade, interioriza-se em comportamentos concretos que regem a vida e visa “a fazer durar, a reproduzir os mesmos homens e os mesmos comportamentos segundo uma ‘forma’ dada de uma vez por todas” (Enriquez, 1997, p. 73)

Ao mesmo tempo, ela tem a função de mascarar conflitos e renunciar às pulsões, muitas vezes utilizada de forma coerciva para garantir uma harmonia totalitária. “As instituições aparecem ao mesmo tempo como o lugar da existência e da perenidade de uma sociedade que deseja viver enquanto comunidade e como lugar de opressão e norma” (p. 72).

Essa concepção da instituição como lugar possível da supressão dos conflitos também aparece em Lourau (1975, p. 91). Ao discutir as teorias de Cardan, afirma que, em última instância, instituições são

Um circuito simbólico, sancionado socialmente, no qual se combinam, em proporções e relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário.⁶⁶

Lourau trabalhará com três instâncias das instituições: 1) objetiva, em que a instituição aparece como “coisa” exterior e universal; 2) imaginária, na medida que encarna a repressão num nível particular; e 3) simbólica, síntese singular dos dois primeiros momentos, atualizando as interiorizações do conteúdo externo nas interações entre sujeito e vida social (Lourau, 1975)⁶⁷.

A revolução como instituição nos sindicatos

São diversas as instituições que atravessam as organizações estudadas, dentre as quais podemos citar: o serviço público, a justiça, o poder econômico, o movimento sindical, entre outras. No entanto, gostaríamos de focar nossa análise na questão da luta de classe vista como instituição.

Os sindicatos são parte importante da teoria socialista. Marx e Engels afirmam: “Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas a sua radical emancipação” (Marx & Engels, 1980, p. 14). Para esses autores, os sindicatos devem superar a luta por condições de trabalho e assumir a função de organizar e unir os trabalhadores, pois “na luta política de classe contra classe, a organização é a arma mais importante” (p. 42).

Já Lênin afirma que “a luta econômica pode levar a uma substancial melhora da situação das massas operárias e a um reforçamento de sua verdadeira organização de classe, unicamente sob a condição de combinar com acerto a luta econômica e a luta política do proletariado” (Lênin, 1979, p. 104). Assim, o sindicato também aparece como um organizador e a luta econômica e grevista como um meio (e não um fim) para possibilitar a revolução. É, nesse sentido, uma escola: “é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui” (p. 191). Lênin entende,

⁶⁶ Tradução nossa.

⁶⁷ Da mesma forma, Barus-Michel abordará a instituição considerando dimensões objetivas (ligadas à práxis), imaginária e simbólica.

ainda, que é papel do sindicato nas sociedades socialistas “fortalecer o Estado proletário e o poder do Estado proletário de classe, mediante a luta contra as deformações burocráticas neste Estado, contra seus defeitos e erros” (p. 215).

Por fim, para não nos estendermos mais que o necessário, vejamos rapidamente as considerações de Trotsky sobre os sindicatos. Para esse autor, o sindicato é um meio para que os partidos comunistas ganhem influência sobre a classe operária: “Os sindicatos não são um fim em si mesmo, são apenas meios que devem ser empregados na marcha em direção à revolução proletária” (Trotsky, 1978, p. 91). Os sindicatos teriam, nesse contexto, a função de “educação revolucionária de amplos setores operários e [...] o recrutamento dos operários mais avançados [para o Partido]” (Trotsky, 1978, p. 68).

Os quatro autores citados (Marx e Engels, Lênin e Trotsky⁶⁸) afirmam que os sindicatos devem buscar a unificação, de forma a ser representante de uma massa cada vez maior de trabalhadores. Podemos depreender desses autores que os sindicatos são organizações cuja função é, imediatamente, lutar por condições de trabalho e salariais e, futuramente, fortalecer a revolução ao educar e organizar a massa proletária⁶⁹. Esses autores também alertarão para o papel dos sindicatos em realizar as greves, instrumentos importantes para a revolução.

Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital.

Mas a “escola de guerra” ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns operários (e alguns socialistas) começam a pensar que a classe operária pode limitar-se às greves e às caixas ou sociedades de

⁶⁸ Esses quatro autores estão, também, no centro do discurso revolucionário que ouvimos durante nossa assessoria no sindicato (e nas entrevistas com o líder sindical).

⁶⁹ Se bem que Trotsky e Lênin terão visões diferentes sobre o futuro do sindicato, o primeiro acreditando que ele deva ser absorvido pelo partido e o segundo defendendo sua continuidade no Estado proletário. Antunes explica a diferença dessas concepções: “Enquanto Trotsky defendia a necessidade de estatizar os sindicatos, isto é, torná-los órgãos estatais, Lênin demonstrou que os sindicatos, mesmo sob o socialismo, ainda deveriam manter-se como órgão de defesa dos interesses materiais dos trabalhadores na luta pela democracia proletária” (Antunes, 1985, p. 31).

resistência, que apenas com as greves a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. (Lênin, 1979, pp. 41-42)

Acreditamos que podemos caracterizar assim algumas das crenças que fazem parte da instituição “sindicalismo comunista”⁷⁰: 1) tem a luta salarial como principal função imediata; 2) tem a greve como principal instrumento; 3) é, ele próprio, instrumento a ser utilizado por partidos que se pretendem revolucionários.

Os sindicatos não necessariamente atuam como dispositivos analisadores do contexto social. Podem estar marcadas pela compulsão à repetição da pulsão de morte enriqueziana⁷¹ e, nesse sentido, serem forças instituídas, cujo discurso revolucionário esconde uma vontade de manter um estado, fazê-lo durar e assegurar sua transmissão. Pelo simples fato de estar institucionalizado, o movimento revolucionário já carrega a contradição em si e necessitará de certo trabalho defensivo na subjetividade para manter a contradição negada. Em nossa análise, o Sintrajud parece ter lidado com a angústia advinda dessa contradição isolando a discussão econômica através do ritual do plano de carreira.

As instâncias organizacional e pulsional

A organização é a “modalidade específica e transitória de *estruturação* e de *encarnação* da instituição” (Enriquez, p. 81). Para Lévy, “as instituições, apesar de serem simbólicas e imaginárias, precisavam sempre ser representadas material e concretamente, de maneira a torná-las visíveis” (2001, p. 133). Esta realidade concreta das instituições são as organizações. Lévy diz que uma organização pode ser compreendida como

uma modalidade particular de associação entre as pessoas e os grupos que o compõe, sendo que ele [esse tipo de formação social] é, sem dúvida, baseado em um projeto de *ação* e não em um projeto de *vida*, mas é, ainda assim, um ambiente de relações sociais e de trabalho, um sistema social e cultural ou, até mesmo, uma comunidade restrita. (Levy, 2001, p. 130)

⁷⁰ Para usar a expressão de Antunes (1985, pp. 29-30).

⁷¹ Voltaremos ao tema da pulsão de morte nas organizações para Enriquez abaixo.

Para Barus-Michel, a organização é a dimensão funcional da instituição, “uma atualização pragmática [dessa instituição], ainda que normativa. Põe em prática o instituído, mas o trai e o reduz, limitando-se aos seus fins concretos” (Barus-Michel, O sujeito social, 2004, p. 146).

Analisar a instância organizacional é, portanto, investigar a instituição colocada em prática, concretizada pelas tecnologias, pelos organogramas, pelos sistemas de autoridade e pelas estratégias cotidianas dos atores. Ao concretizar e racionalizar a convivência humana, a organização tem por objetivo lutar contra as angústias fundamentais do ser humano e, por essa razão, tornam-se

O lugar privilegiado da ‘compulsão à repetição’ [...] e da manifestação de condutas perversas de tipo sadomasoquista, que são as únicas a serem adequadas a um mundo criado para funcionar segundo um modelo determinado e não segundo um processo vivo (Enriquez, p. 87).

Ou seja, a organização é um ambiente objetivamente voltado para a produção, atravessado pelas interações intelectuais e afetivas, por ideologias e subjetividades e inseridas em uma história coletiva. As instituições estariam no mundo do simbólico, do imaginário e da idealização, enquanto as organizações estão intrinsecamente ligadas a elas no mundo real.

A função psíquica da organização é, portanto, organizar o informe. Lutar contra o caos. Proteger do desconhecido, recorrendo, para isso, à burocrática e à compulsão à repetição (Enriquez, 1997, pp. 85-86).

Já a instância pulsional se refere a um processo dinâmico que faz as organizações tenderem à pulsão de vida ou de morte. A pulsão de vida, ou *Eros*, “no que diz respeito ao domínio humano, está na origem do reconhecimento do outro enquanto outro, quer dizer, na condição de sujeito que visa à autonomia e tem desejos próprios (reconhecimento de alteridade)” (p. 124). Citando Kaës, Enriquez vai definir a pulsão de vida nas organizações como “um processo de transformação, de ruptura e de criação”. A pulsão de morte, por outro lado, refere-se à tendência da organização à repetição, em reduzir suas tensões à zero, através de “processos de fragmentação, vacilação, desorganização, autodestruição, desinvestimento e tentativa de fazer silenciar [no indivíduo] todo desejo de viver” (p. 126).

A organização no Sintrajud

Já abordamos as características mais importantes da organização sindical ao discutir seu caráter histórico, acima. Ressaltamos, com intuito de síntese, que tal organização, no caso do Sintrajud, reflete o projeto político institucional dos sindicatos que o fundaram, o que não se dá sem conflitos:

1) Em termos de estrutura organizacional, o Sintrajud tem uma diretoria executiva eleita trienalmente, que conta com dezessete membros, sendo três coordenadores gerais, três financeiros e onze executivos, vinculados às seguintes pastas: Sócio Cultural, Formação, Organização e Política Sindical, Jurídico, Comunicação e Interior. A coordenação geral deve escolher um de seus membros ao qual “caberá a centralização das atividades administrativas do SINTRAJUD e o encaminhamento das resoluções das instâncias deliberativas” (Sintrajud, 2006).

Para o entrevistado, essa estrutura, que busca fugir à centralização de poder em uma só pessoa, acaba, na prática, sendo ‘presidencialista’:

Porque a gente desconstruiu o presidencialismo no sindicato. Só que pra alguns essa desconstrução era pro forma. [...] Porque quando as forças, digamos assim, mais rebeldes assumem o poder no sindicato de expressão, há um discurso antipresidencialista e há uma composição e direção colegiada. Só que a prática é de feudo. Aí, há uma caracterização curiosa que eu acho que merece estudo algum dia... Porque você implanta um colegiado, na forma, mas na prática ele tem intervenção presidencial. Você na verdade tem três presidentes e não três coordenadorias gerais. Eu falava isso o pessoal ficava puto! Quer dizer, o que se fez foi criar três presidentes ao invés de um. Porque cada um quer mandar mais do que o outro. E se você deixar um realmente assume. Ou seja, essa experiência de coordenações no movimento sindical pode ser que em alguns lugares tenha dado certo, mas para mim, pelo menos no judiciário, ainda não amadureceu. Você continua... E às vezes acontece do cara que, para tomar o poder, o que é que ele faz? Ele subordina os outros. Então, você tem que ter escolhido três coordenadores, só que um é o presidente do coordenadores. Então, ele subordina os outros dois. Então, tem essas coisas, isso existe ainda.

O Sintrajud ainda conta com uma diretoria de base, um conselho fiscal e um conselho de base. Para assegurar a participação e a submissão do sindicato à categoria, o estatuto assegura uma ordem de deliberação em que a diretoria aparece como quarta instância. A primeira é o Congresso Estadual, que se reúne a cada três anos; a segunda é a assembleia geral, que se reúne anualmente e a terceira é o

conselho de base. O conselho de base é uma estrutura que se encontra acima da diretoria executiva e abaixo da assembleia geral, “com estrutura composta pelos Diretores de Base, Representantes dos Aposentados e pela Diretoria Executiva” (Sintrajud, 2006) que tem, entre suas atribuições, “discutir os rumos políticos do Sindicato elaborando estratégias e plano de lutas” (Sintrajud, 2006). Pelo estatuto, a decisão sobre realização de greves cabe à Assembleia Geral.

O *site* do sindicato elenca 5 campanhas de atuação: a) plano de cargos e salários (PCS); b) assédio moral; c) plano de carreira⁷²; d) saúde no trabalho e e) recadastramento dos sindicalizados. Cada uma dessas campanhas conta com comissão ou grupo de estudo próprio.

Aparece, na entrevista, que a organização sindical estudada é, todo o tempo, intermediada pela questão do poder. Não só o sindicato aparece como uma entidade em busca de poder, como existem agrupamentos internos em constante tensão política dentro da diretoria. A burocracia ocupará um lugar especialmente importante devido, ao ver do entrevistado, ao fato do sindicato estar ligado à justiça. Ele afirma:

E era uma categoria ligada ao direito, então obviamente tinha a turma das formalidades, então fazer o estatuto, registrar em cartório, dar legalidade. [...]

No entanto, não nos arriscaríamos a fazer uma hipótese mais elaborada sobre o trabalho de repetição e morte dentro do sindicato, pois extrapolaria os dados obtidos.

Instituições e organizações são complementares, sendo as segundas concretizações instáveis garantidas pelas estruturas predominantemente imutáveis da primeira. E, na base da formação dessas duas noções, está o grupo, que permite a vinculação das pessoas e a construção de sistemas culturais, simbólicos e ideológicos comuns (Enriquez, 1997), a construção de projetos comuns e o atravessamento das instituições na organização.

⁷² Note-se que plano de cargos e salários e plano de carreira aparecem como campanhas diferentes.

As instâncias individual e grupal

A instância individual, de acordo com Enriquez, faz-se importante para firmar o papel do sujeito na dinâmica social, como ator de sua própria vida, que busca falar em seu próprio nome, contrapondo-o com o indivíduo, “totalmente inserido no tecido social e que, por esse fato, enuncia somente o discurso da ordem social à que ele se refere e à qual pertence” (Enriquez, 1997, p. 107). O autor chama atenção para o fato de que nenhuma pessoa será puramente autônoma ou heterônoma, mas que a busca pela autonomia “é um processo sem fim e uma conquista” (p. 108) e coloca, como uma das finalidades da intervenção, atuar nesse processo de passagem do indivíduo para o sujeito (e de grupo objeto para grupo sujeito).

Por outro lado, ele defende que há que se pensar, ao focar o indivíduo nas organizações, “[no] papel e [n]o impacto da conduta patológica de certas pessoas” (p. 113). Defendendo que certa “anormalidade” é essencial para o processo de autonomia, Enriquez afirma ser necessário refletir sobre o papel de “certas características patológicas menores” na manutenção do sistema social. Além disso, sugere que se deve observar o papel das patologias nos líderes, citando, em especial, o megalomaniaco-paranoico, o manipulador-perverso e o sedutor histérico.

Resumindo, a instância individual se ocupa de uma dimensão em que os dois extremos são: os loucos pelo poder e os hipernormais.

Para analisar a instância grupal, Enriquez se concentrará na formação do vínculo grupal entre os membros de um grupo, a partir de um projeto comum. Já discutimos essa teoria acima, no capítulo 2, ao discutir a importância do vínculo para a teoria da democracia no grupo.

No próximo capítulo, com o intuito de nos aprofundarmos nessas duas instâncias, apresentaremos a história de vida do sujeito pesquisado, buscando enfatizar sua participação políticas nos grupos.

CAPÍTULO III. Um representante sindical: entrevista de história de vida

Para o presente estudo, escolhemos, como metodologia, a entrevista de *história de vida* do líder sindical que participou da história dos sindicatos ligados à justiça federal no estado de São Paulo. Escolhemos tal método por acreditar que ele possa contribuir com nosso objetivo de refletir sobre as relações entre os membros de um grupo e seu representante e como essas relações podem marcar esse último. Tomamos a justificativa usada por A. Lévy, em um de seus estudos, para também justificarmo-nos:

Por isso, decidíamos adotar, para este estudo, uma *démarche* ao mesmo tempo histórica e personalizada, centrada nos dirigentes. O que procurávamos essencialmente compreender e descrever não era a história real, “objetiva”, da empresa. Para isso, seria necessário interrogar, na medida do possível, todos seus atores sociais, presentes ou passados e, também, basear-se em outros dados, de ordem institucional e econômica. O que queríamos apreender era a maneira pela qual a história da empresa tinha ou poderia ter sido conjugada com a de seus dirigentes, até que ponto estas “histórias” estavam identificadas uma à outra, como elas se tinham separado e diferenciado, através de quais acontecimentos, quais mutações, quais dificuldades. (Levy, 2001, p. 102)

Ainda assim, buscaremos remeter a outras fontes, sempre que possível. Utilizaremos as informações disponíveis em documentos (em especial, os publicados pelas entidades sindicais das quais o entrevistado fez parte) e outros estudos acadêmicos sobre as organizações das quais o entrevistado participou, a saber: (Silva L. d., 2002), (Oliveira, 2002) e (Matos, 2002)⁷³.

Exporemos, nesse capítulo, o que foi levantado nas sete entrevistas realizadas com o sujeito de pesquisa. Antes, apresentaremos um breve resumo do método usado.

A. História oral e entrevista de história de vida

A metodologia de história de vida faz parte do campo da história oral, no estudo da História. Como método, é especialmente interessante, em nosso caso, pois quando aplicada a membros de grupos que participam ou participaram de movimentos sociais,

⁷³ Procuramos, principalmente, as informações relativas à participação do entrevistados em três entidades - Sindjuse, Fenajufe e Sintrajud - por serem as organizações que nos interessam para esse trabalho. Entendemos que, em relação a outras organizações citadas por ele durante as entrevistas (como os movimentos eclesiais e o grupo de música), sua citação interessa mais pelas marcas que deixaram no sujeito do que pela veracidade dos fatos.

abre espaço para uma narrativa mítica grupal que, como define Portelli, “não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo” (2006, p. 123). A partir da história oral pode-se atingir o que esse autor denominou de “memória dividida” pelo grupo, aquela memória que não marca apenas o que é coletivo, mas também “a pluralidade fragmentada de diferentes memórias” (p. 128).

Le Ven⁷⁴ aponta sobre esse método:

A metodologia [...] de ‘história oral de vida’ permite esclarecer fatos e, sobretudo, produzir sentidos individuais e coletivos, psíquicos e sociais, pessoais e históricos. A história oral assim se faz acontecimento, se faz também literatura porque ela revela o universal no individual, o humano no histórico! A história oral trabalha com a memória. Ela diz, refaz, reescreve o passado no presente (Le Ven, 2005, p. 24)

Embora haja certa discussão sobre o *status* da história oral, ela será aqui utilizada na perspectiva de método, como defendido por Amado e Ferreira (2006), para obtenção dos discursos que serão analisados, mais tarde, através das teorias expostas nos capítulos anteriores.

As fontes de dados da história oral, como método, são os discursos orais, obtidos por métodos e técnicas precisas (Lozano, 2006, p. 16). Tais discursos podem ser obtidos a partir de uma *fonte oral*, definida por Voldman como o “material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir” (2006, p. 36).

Para estruturar o método de pesquisa, seguiremos o roteiro de Silva, Carvalhais Jr e Motta (1998), que postulam que as pesquisas com fonte oral seguem duas etapas:

- a) Produção de fontes orais (escolha dos depoentes, contato exploratório, construção do roteiro, entrevistas)
- b) Análise das fontes orais (transcrição das gravações, edição das entrevistas, análise).

⁷⁴ Michel Marie Le Ven, aliás, é um dos fundadores do Núcleo de Psicossociologia e Sociologia Clínica de Minas Gerais, junto com José Newton Garcia de Araújo e outros professores da Universidade Federal de Minas Gerais, núcleo esse que estudava as interfaces entre a história oral, psicossociologia e sociologia clínica.

Tourtier-Bonazzi (2006, p. 233) chama a atenção que pelo menos três questões são essenciais na fase de produção das fontes orais: a seleção da testemunha, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista.

Essas foram as fases e questões propostas na escolha das fontes orais registradas. Para realizar a presente pesquisa, escolhemos como sujeito um representante com quem, de alguma forma, convivemos nos anos de 2008 a 2011, profissionalmente. A parte de sua história que acompanhamos nos mostrou o potencial para explorar o problema de pesquisa proposto. Cremos ter criado com ele um positivo laço que envolve um mútuo respeito, de forma que acreditamos que as entrevistas permitiriam o fluir de suas memórias, lembrando os ensinamentos de Ecléa Bosi para o jovem pesquisador:

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera. [...] Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista. Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro (Bosi, 2003, pp. 60-61)

A escolha do sujeito que participou da pesquisa tem como base o método sugerido por Alberti: “a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa” (Alberti, 1989, p. 14). O que direciona a escolha do campo não pode ser simplesmente a disponibilidade da pessoa, mas o fato dela poder contribuir, através de sua história, para a compreensão do assunto. “Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a *pertinência* da pergunta ‘como os entrevistados viam e veem o tema em questão?’. Ou: o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?” (Alberti, 1989, p. 13).

Nesse sentido, a escolha dos entrevistados é consequência dos objetivos de pesquisa e do conhecimento prévio sobre o campo. Afirma Alberti (1989, p. 14):

Escolher essas ‘unidades qualitativas’ [os entrevistados em sua relação qualitativa com o campo pesquisado] entre os integrantes de uma determinada categoria de pessoas requer, antes de tudo, um conhecimento prévio do objeto de estudo. É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participaram ou que o testemunharam e as pessoas que, nestes grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam os mais representativos em função da questão que se pretende investigar – aqueles atores e/ou testemunhas que, por sua biografia, por sua participação no tema estudado, justifiquem os investimentos que os tornará em entrevistados no decorrer da pesquisa.

Para a autora, também faz parte da escolha do entrevistado considerar sua disponibilidade para falar sobre o assunto e compartilhar sua história de vida. “É preferível que se possa escolher entrevistados que se dispõem a revelar sua experiência em diálogo franco e aberto” (Alberti, 1989, p. 16).

Assim, a autora considera essencial levar em consideração, para a escolha dos sujeitos de pesquisa:

- a) a possibilidade de entrevistá-los (sua disponibilidade tanto pessoal quanto física);
- b) os objetivos propostos para a pesquisa;
- c) a necessidade de tratar os dados de forma qualitativa, justificando a escolha do método da história oral; e
- d) o conhecimento prévio do objeto e do campo da pesquisa.

Nosso envolvimento profissional com o projeto de plano de carreira (já citado no capítulo anterior) foi ao mesmo tempo um ponto de apoio para a hipótese de pesquisa e um ponto de partida para a investigação que se seguiria. Fazia-se necessário, para nós, que a história de vida tivesse o viés de um representante eleito. Sua memória tornava-se, aqui, importante, pela ênfase da pesquisa na forma com que a posição diferenciada no grupo pode marcar um sujeito. Ao focar tais sujeitos destacados no grupo, retomamos a perspectiva de D'Araújo (1994), ao entrevistar militares que ocuparam cargos de importância durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Também os militares sentiram o peso da posição que ocuparam, o que foi determinante para sua saída do poder, de acordo com a autora. Ela afirma, ao final de seu trabalho:

Embora não haja um consenso entre os entrevistados quanto à forma como essa passagem [do governo militar para o civil, em 1985] deveria ser efetivada, há entre eles um ponto de concordância: os militares perderam prestígio social, sofreram um processo de desvalorização junto à sociedade e ao governo, e sofreram traumas inusitados que só o acesso direto e constante ao poder poderia ter provocado (D'Araújo, 1994, pp. 153-154).

Se fica claro, durante o artigo, que o que leva os militares ao golpe é a ambição por poder (ambição que também foi motivo de clivagens entre os militares, de acordo

com a autora), aparece um desejo de se colocar, ao tomar o poder, em 1964, como aqueles que poderiam “fazer diferente”. Os entrevistados são quase unânimes em afirmar que “houve um ‘chamamento da sociedade’” (D'Araújo, 1994, p. 155) para que eles assumissem o poder. Mas o papel salvacionista a que se propõe fracassa no plano econômico e no plano do direito. Completa o quadro o fato dos entrevistados se colocarem, no momento das entrevistas, como “injustiçados” pela sociedade, que os conclama ao poder e depois os “traí”.

Não pretendemos realizar aqui uma análise ideológica ou política do discurso dos militares, mas gostaríamos de chamar atenção – e por isso fazemos aqui essa longa citação do texto de D'Araújo – para o fato de que a história oral, nesse contexto, levantou uma história do caminhar da liderança que se assemelha à apresentada no capítulo 2, vista na percepção do líder que ocupa esse espaço: conclamado pela sociedade (pelo menos em sua própria percepção) a assumir o papel de Ideal de Eu, os militares mostram seu lado tirânico até deixarem o poder. E, se esse afastamento não acontece no contexto de um conflito aberto e generalizado, ele decorre também, na visão dos entrevistados, do fato da sociedade já não investir, neles, suas esperanças. A autora arremata o potencial do método da história oral nesse caso (que coincide com nosso interesse):

Esse capítulo dos governos militares merece uma análise à parte. O que nos interessa resgatar aqui são visões e sentimentos elaborados *a posteriori* mas que nos ajudarão a recompor um quadro de expectativas e percepções acerca da instituição. Estamos aqui abrindo um espaço para que atores relevantes expressem de que forma se sentem pessoalmente atingidos e de que maneira visualizam os efeitos, antecipados ou não, de sua estada no poder. Nesse sentido, estamos chamando a atenção, nessa parte do trabalho, para um aspecto até aqui pouco explorado pelos analistas [históricos]: o de que predomina entre os militares (pelo menos entre os nossos entrevistados) um sentimento de incompreensão e de mágoa (D'Araújo, 1994, p. 159).

A escolha, em nossa pesquisa, por estudar o fenômeno do representante nos grupos remetia a um método capaz de registrar o discurso histórico a partir do lugar do próprio representante. Tal decisão nos levou a considerar a entrevista de história de vida como método.

A escolha do método

Afirma Bosi (2003, p. 13), que “a história que aprendemos na escola [...] afasta, como se fossem de menor importância, os aspectos do cotidiano, os microcomportamentos, que são fundamentais para a Psicologia Social”. Para a autora, os testemunhos vivos de uma época auxiliam o pesquisador não só a levantar informações de como os fatos históricos marcam as memórias individuais e coletivas, mas também a “fazer emergir uma visão do mundo” (p. 19), carregada de ideologias e mitos de classes e grupos.

A escolha de um método de pesquisa que privilegia a memória e a história parece-nos válida para o presente trabalho, posto considerarmos que existe uma forte influência de uma instância sócio-histórica na constituição dos sujeitos, grupos e na cultura das organizações. A entrevista de história de vida, utilizada como método, mostra afinidades tanto com o uso da teoria psicanalítica quanto com a proposta de análise psicossociológica.

Thompson (1992) dedica um capítulo de seu livro *A voz do passado*, intitulado *A memória e o Eu*, para aproximar a história oral e a psicanálise. “Refletir a respeito das implicações da psicanálise tem, sem dúvida, proporcionado, ao longo dos últimos dez anos, um importante estímulo para o progresso de nossa compreensão da memória oral como evidência”, postula o autor (Thompson, 1992, p. 198).

Dacorso (2007), ao refletir sobre o enquadre psicanalítico para uma intervenção comunitária, opta pela fonte oral e pela entrevista de trajetória de vida quando a atuação foge ao *setting* psicanalítico:

A história oral é uma técnica que pode ser utilizada em qualquer ramo, reunindo diferentes especialidades, envolvendo profissionais de diversas áreas. [...] A breve abordagem da história oral possibilita confirmar o caminho da interdisciplinaridade na tentativa de um enquadre para a psicanálise que atenda à particularidade deste ofício “sem divã”. [...] Na psicanálise, o método e instrumento de investigação caminham juntos. O enquadre, fora do *setting*, não se iguala às sessões de análise, por isso o nosso instrumento de pesquisa foi a entrevista [de história de vida].

Esses dois autores argumentam, assim, que o método de história de vida é compatível com o uso da psicanálise como fonte teórica em pesquisas.

Já o Vocabulário de Psicossociologia, organizado por J. Barus-Michel, traz, entre os verbetes ligados a abordagens e práticas da psicossociologia, um texto de Le Grand sobre o método. Para esse autor, a história de vida é “uma maneira de fazer (re)viver simbolicamente um momento passado [...], de comunicá-la, de inscrevê-la num universo relacional e social” (Le Grand, 2002, p. 361)⁷⁵. Nesse sentido, avós contaram uma “história de vida” a seus netos para assegurar a transmissão de sua cultura: “A importância e a necessidade antropológica da história de vida são derivadas da vida cotidiana e se traduzem amplamente de diversas formas culturais reconhecidas por uma dada comunidade” (p. 361)⁷⁶. O autor concebe a história de vida como “no cruzamento do individual, da interacional e do social-histórico [...] O trabalho de história de vida se situa, naturalmente, na articulação do espaço-tempo individual de uma pessoa e sua inscrição no campo sócio-histórico” (p. 362)⁷⁷. Ao buscarmos um método para estudar as inter-relações que surgem entre o sujeito *representante* e o grupo *sindicato*, a história oral, por abrir esse campo interacional, nos pareceu uma boa técnica.

Em síntese, a história oral de vida nos pareceu um método de coleta de dados conveniente, por suas características de reconstrução qualitativa da história, seu potencial de levantamento de dados do ponto de vista da subjetividade e por ser um método compatível com o uso da psicanálise de Kaës e da psicossociologia de Enriquez como marco teórico.

As entrevistas realizadas

As sete entrevistas foram realizadas na casa do sujeito de pesquisa e aos sábados, para maior conveniência do entrevistado, que na época trabalhava durante o dia e fazia faculdade à noite. Foram entrevistas longas, em geral com cerca de duas horas de duração, que renderam 15 horas e 23 minutos de material bruto.

⁷⁵ Tradução nossa.

⁷⁶ Tradução nossa.

⁷⁷ Tradução nossa.

As entrevistas foram abertas, sem roteiro rígido, porém temáticas, conforme lista abaixo:

1ª entrevista: Entrada e primeiros anos como servidor no TRE (Tribunal Regional Eleitoral);

2ª entrevista: Vida anterior à entrada no TRE (infância, adolescência) com enfoque nos grupos dos quais fez parte;

3ª entrevista: Formação do Sindjuse;

4ª entrevista: Formação da Fenajufe e Sintrajud;

5ª entrevista: 1º e 2º PCS (Planos de Cargos e Salários);

6ª entrevista: 3º e 4º PCS;

7ª entrevista: Últimos anos (de 2009 a 2013) e fim da atuação sindical.

A primeira etapa da análise das entrevistas, anterior à transcrição, foi a de mapeamento do conteúdo em áudio. Nessa etapa, foram assinalados em uma planilha os fatos narrados, o marco no áudio (*timming* inicial e final)⁷⁸, o ano em que aconteceram e a idade do entrevistado na época. Chamaremos essa etapa de decupagem do material. Com isso, foi possível definir uma linha de vida dos principais fatos marcantes da vida do entrevistado. Uma segunda planilha foi feita para registrar os pontos de vista do entrevistado que não se ligavam diretamente a um fato histórico. Essa fase correspondeu à edição das entrevistas proposta por Silva, Carvalhais Jr e Motta (1998). Para a edição, enfatizamos os momentos em que o entrevistado aborda tópicos relevantes para o objetivo da nossa pesquisa, como veremos abaixo, em “A história do representante”. Tais tópicos são os relativos às questões de democracia e representação dentro do sindicato, assim como o contexto a partir do qual o entrevistado toma suas decisões como representante. Após a edição e a decupagem foi feita a transcrição das gravações.

⁷⁸ Os *timings* foram definidos no próprio arquivo de áudio, através de *software* específico.

Passaremos agora a apresentar os principais pontos da entrevista de história de vida com o sujeito de pesquisa. Para tanto, optaremos por uma abordagem onde grupo e sujeito sejam apresentados como algo contínuo, intimamente relacionados e construindo uma história única. Se a história do sujeito, através de suas palavras, é nosso fio condutor, ela será contada considerando os grupos aos quais se afiliou.

Assim, iremos nos concentrar, durante a análise, nas partes de seu discurso que consideramos mais relevantes à questão de como o sujeito construiu sua identidade como representante e os reflexos dessa construção em sua atuação política e nos conflitos que surgiram dessa construção. Marcaremos, sempre que pertinente, os conteúdos conflituosos, contraditórios emergentes de sua fala, sem, no entanto, arriscarmo-nos a uma interpretação psicanalítica de seu discurso, *stricto sensu*. Iremos nos apoiar, aqui, na discussão feita no capítulo anterior (na teoria que desenvolvemos sobre as diferenças entre o líder e o representante e sua participação nas alianças formadas) para buscar refletir sobre como o mito democrático, as circunstâncias sócio-históricas e o contexto institucional perpassam as alianças constituídas e a assunção de papéis pelo entrevistado dentro dos sindicatos.

B. A história do representante

Para descrever a história do entrevistado estudado, abordaremos os grupos dos quais participou. Destacaremos alguns momentos particularmente importantes para sua história (e para nosso objetivo):

1. A história familiar;
2. Os grupos ligados à música e ao movimento eclesial, dos quais participou na adolescência;
3. A entrada no Tribunal Regional Eleitoral e sua participação no Jornal Atrevida;
4. A formação e a participação no Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo – Sindijuse;

5. A fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores da Justiça Federal – Fenajufe;
6. A unificação dos sindicatos paulistas ligados à Justiça Federal, incluindo a atuação do entrevistado na construção dos planos de carreira elaborados por essa entidade;
7. Sua saída do movimento sindical.

A história familiar

O entrevistado nasceu em 1965, na cidade de São Paulo, num bairro da periferia. A família parece ser de origem portuguesa, mas o entrevistado conclui tal fato apenas pelos sobrenomes. Ele diz:

Podem ser descendentes, eu nunca parei para perguntar, me parece que em algum momento há uma descendência portuguesa.

O núcleo familiar é formado por ele, seu pai, sua mãe e uma irmã, cerca de dois anos mais velha. Quando nasceu, apenas sua avó paterna ainda era viva, mas ele aborda pouco a seu respeito durante as entrevistas. Afirma que ela era benzedeira e que fez parte de sua criação.

Eu tinha contato com a minha avó, a única que estava viva ainda que eu me lembro, mas ela era do interior de São Paulo. [...] Era gostoso, eu tenho boas memórias, boas lembranças da minha avó, mas nada muito forte, muito claro. Tem fotos. Mas não chegou, que eu me lembre, não fez parte da minha criação, embora ela tenha me criado. Minha mãe trabalhava, então eu acho que a gente convivia razoavelmente na primeira infância.

O entrevistado não entra em muitos detalhes em relação à convivência com a avó que, segundo ele, morreu quando ele era adolescente. Embora ela morasse no interior, parece ter auxiliado a tomar conta dele quando era criança. No entanto, ele afirma não ter maiores recordações dela por sua tenra idade durante o período da convivência (“na primeira infância”). Tem recordação, no entanto, dela exercer atividade de benzedeira:

Não havia um contato aí, mas ela era benzedeira. Essa é a definição, ela era benzedeira.

Tal fato pode ter influenciado o interesse que tanto o entrevistado quanto seu pai manifestarem por questões esotéricas.

Em relação à sua mãe, conta que era professora alfabetizadora de uma escola municipal. Ela era bastante reconhecida na região, onde era chamada pelo sobrenome da família paterna, numa época em que, segundo o entrevistado, a profissão de professor era símbolo de *status*:

Minha mãe era, de certa forma... Eu ainda pego a fase em que professor e servidor público eram coisas [que] tinha um destaque social importante e tal.

Havia um aspecto de autoridade. A minha mãe era reconhecida, ali no bairro, como uma boa professora. [...] A minha mãe era uma professora famosa no bairro. Em São Miguel, Vila Mara, Parque Paulistano, Jardim Helena, ela era conhecida. Eu era conhecido como o filho da [sobrenome da mãe]. “Esse menino é filho da [sobrenome da mãe]”. Ela era muito brava, mas ela era respeitada, pelas professoras, inclusive. Pelas ex-alunas... Tem uma foto que as ex-alunas fazem uma dedicatória a ela, muito emotiva...

Seu pai era padeiro e confeitoiro. Durante as entrevistas, as falas do entrevistado em relação ao pai aparecem, usualmente, como comparações à mãe:

E minha mãe gostava muito de livros. Meu pai também gostava.

Minha mãe que era formada. Meu pai não tinha formação superior, era um padeiro, confeitoiro. E minha mãe tinha faculdade de pedagogia, alguma coisa assim.

Durante essas comparações, a mãe, em geral, aparece como ocupando o papel dos valores positivos, enquanto o pai ocupa um papel secundário (expressos na forma de “minha mãe possuía um valor, meu pai também”) ou negativo. Apesar de ele afirmar que o pai ocupava uma certa ‘chefia formal’, parece-nos possível entender que, para o entrevistado, sua mãe também ocupava um lugar de poder. É possível depreender de seu discurso a hipótese de que a mãe era bastante autoritária. O seguinte depoimento reforça tais hipóteses:

Minha mãe não era autoritária no sentido político. O autoritarismo era cultural [...] da família, aquela estrutura... Havia a situação, por exemplo: minha mãe era estável, empregada do estado paga, depois ela passou a dar aula para a prefeitura. Ela tinha um emprego. Meu pai, nem sempre. Então o chefe formal da família não necessariamente era quem sustentava a família. E aí, alcoolismo né? Meu pai tinha problema com alcoolismo [...]. Então era aquela coisa tradicional e a autoridade do professor, e isso servia em casa também. [...] Não dava para dizer que era um lar muito afetoso. Era um lar, comparando com as famílias vizinhas, até com alguns amigos, era um lar razoavelmente harmônico e tal, mas estava muito longe do que hoje a gente

entende como um lar saudável, no sentido próprio de afeto. Tudo isso para dizer que não havia autoritarismo no sentido no regime político e tal, mas havia um autoritarismo que era inerente à cultura suburbana, periférica, do modelo tradicional de família, e da estrutura social: o pai que, às vezes, ficava desempregado, e às vezes sofria no trabalho, e em casa explodia. A mãe com dupla jornada, né? Que acabava também tendo... Isso tem consequências, embora nesse sentido minha mãe era muito dedicada, muito dedicada. Meu pai era razoavelmente dedicado também, mas era machista, né? Uma cultura machista, que aliás, as mulheres eram machistas. Na periferia isso é uma merda. Quem forma os pequenos machistas são as mulheres, as mães, que ficam em casa, que criam os filhos, dizendo que homem não chora... E em casa não tinha isso de homem não chora, mas nos vizinhos tinha, e isso é uma coisa que eu percebia, né?

Gostaríamos de chamar atenção para algumas questões presentes nesse trecho de seu depoimento. Em primeiro lugar, o sujeito divide os papéis, nesse momento, entre a estabilidade, marcada tanto no sentido financeiro quanto da “dedicação”, papel ocupado pela mãe (apesar do pai também aparecer num papel secundário – “meu pai também”), e a instabilidade paterna, caracterizada pela questão do desemprego, da violência doméstica, do alcoolismo.

Em segundo lugar, pode-se notar que, mesmo com essa atribuição de valores positivos à mãe, ele percebe o machismo como relacionado a esse lugar (“quem forma os pequenos machistas são as mulheres, as mães”). Ainda assim, ele dissocia o valor percebido como negativo de sua mãe, através de uma generalização: não é *sua* mãe que é machista, são “as mulheres, as mães”.

Também o fato de ser autoritária, que aparece no trecho anterior, é vista com certa complacência, associando essas características com a boa performance como professora (“Ela era muito brava, mas ela era respeitada”).

Outro depoimento que mostra sua complacência com os valores negativos da mãe relaciona-se ao racismo, que o entrevistado associa à seguinte história:

Que a minha formação é machista e é racista. Eu lembro uma vez que eu tinha amigos que eram negros, e eu não me lembro em que circunstância exatamente, o meu melhor amigo era negro, de infância. [...] Isso durante uns 10 anos da infância, mais ou menos. E assim, a família dele era negra, negros de olhos verdes, eu sei lá, da região de Recife. Tinham essa herança genética. Então, eu me lembro de um momento da minha mãe que, sabe... Tinha a irmã dele que era negra e tal, eu não me lembro se eu falei de namorar ela, alguma coisa, mas a minha mãe falou uma frase que no princípio eu não entendi, “não, mas você não foi educado para isso”. E aí eu senti um estranhamento, primeiro porque aquela frase não parecia da minha mãe, e segundo, que aí eu perguntei, “mas como assim?”, e ela, não sei como ela verbalizou isso... que a questão era que ela é negra. Isso para mim foi chocante.

Podemos notar que, nessa situação, o entrevistado reconhece a mensagem preconceituosa, mas estranha o posicionamento da mãe (“aquela frase não parecia da minha mãe”). Aqui, também, ele confirma sua percepção de que teve uma formação machista. Como vimos anteriormente, ele relaciona a educação machista às mães.

Dessa forma, ele parece querer manter sua mãe no papel dos valores positivos, do ponto de vista social, o que entra em conflito com a percepção de que era autoritária, racista e machista.

O pai, por outro lado, aparece frequentemente no lugar dos valores a serem negados: da violência, do alcoolismo, da instabilidade. Podemos levantar a hipótese de que o pai é visto como ameaça de ruptura à estrutura da família. Ao final do presente tópico, essa identificação do pai com a violência desagregadora reaparecerá num momento da relação do entrevistado com o filho, como veremos.

Há momentos em que o entrevistado parece mostrar uma identificação com o pai, como no caso da astrologia. O depoimento abaixo traz dois exemplos interessantes: o interesse pela astrologia e uma situação específica em que o pai fez um bolo em forma de livro.

Convívio com livros, por exemplo, era uma coisa muito... Livro em casa era uma coisa muito presente. Minha mãe dava aula para crianças e também ela fez um ciclo pra adultos. Mas não era Mobral. Chamava Supletivo. E minha mãe gostava muito de livros. Meu pai também gostava. Eu descobri uma vez que... tinha um baú em casa. Eu descobri lá uma coleção do Omar Cardoso, de Astrologia. Foi quando eu estudei Astrologia. Deve ser 81, 82, quando eu comecei a estudar Astrologia. Era do meu pai. Eu não sabia. Uma coleção, mas era do meu pai. Nem sei onde... acho que eu perdi. Chamava O Romance da Astrologia. Então não era só minha mãe que tinha livro. Eu lembro que meu pai era padeiro, mas era confeitoiro também. Eu lembro que, uma vez, para esse curso de adultos da minha mãe, ele fez um bolo em formato de livro. E escreveu um poema com... Aquela cobertura [de bolo]. Um barato. Fantástico.

Três hipóteses nos ocorrem sobre esse depoimento: em primeiro lugar, o entrevistado não fala, em nenhum momento da entrevista, que seu pai se interessa por astrologia. Mesmo no trecho acima, ele conta o fato para colocar o pai num lugar secundário (“E minha mãe gostava muito de livros. Meu pai também gostava”) a respeito da leitura. Como veremos abaixo, o entrevistado parece identificar seu interesse pelo esoterismo como relacionado à sua amizade com um músico espanhol, não citando nem o pai, nem a avó benzedeira.

Em segundo lugar, o entrevistado parece achar particularmente interessante o fato do pai ter feito um bolo mais ‘artístico’ (em formato de livro, com um poema escrito com cobertura), o que pode remeter, desde aqui, a uma sensibilidade artística, tema ao qual voltaremos abaixo.

Em terceiro lugar, como já apontamos, o pai parece ser colocado mais uma vez na comparação com a mãe (“então não era só minha mãe que tinha livro”). Mas, apesar de reconhecer que o pai tivesse livros, o entrevistado afirma que:

O gosto pela leitura, o gosto pelo conhecimento, veio da minha mãe.

Ao mesmo tempo em que tem gosto pelo conhecimento, o entrevistado se afasta do ensino superior, no que parece se identificar com o pai, que “não tinha formação superior”:

Eu encontrei esse grupo do LBA [Legião Brasileira da Assistência] e eu passei parte do congresso [de servidores públicos, em 1989] com eles. E eu me lembro de ter gente falando: “Você tem que fazer [o curso de diplomacia no Instituto] Rio Branco”. [...] Para fazer diplomacia. Mas quase me convenceram. No bom sentido. Quase. Só que eu já tinha um problema com a academia. Eu não fui fazer Rio Branco porque eu não queria fazer faculdade. Sério. Eles me convenceram a fazer Rio Branco. Eu só não fui fazer porque eu falei: “Eu não vou fazer faculdade”. Medo. O estranhamento com a academia era maior do que o desejo.

Diante do exposto, parece uma hipótese razoável a de que o entrevistado se aproxime mais da mãe do que do pai, embora reconheça nela valores que não compartilha, como o autoritarismo, o machismo e o racismo. Talvez essa seja uma das razões que o faz buscar referências fora da família, especialmente na adolescência, como veremos no próximo tópico. Antes, no entanto, gostaríamos de abordar três outras questões: a reserva da família em relação às questões políticas, sua relação com a irmã e a entrada da música em sua infância.

Em relação à ordem política vigente, seus pais eram reservados, durante a sua infância. Lembra-se de duas citações a esse respeito, uma sobre a revolução paulista

de 1932 e uma sobre a morte do guerrilheiro e poeta Carlos Marighella, que aconteceu em 1969⁷⁹.

O meu pai, uma, duas vezes ele chegou a mencionar questões políticas. Uma vez foi falando da Revolução de 32. Na verdade, falando da Força Pública, que a Força Pública de São Paulo tinha um poderio militar superior ao exército como um todo, e, em 32, foi preciso unir vários estados, porque um ou outro estado não dava conta de barrar. O exército não dava conta de barrar São Paulo por conta do poderio da Força Pública.

E a menção mais clara, a única vez que houve uma menção a qualquer coisa relacionada à ditadura, foi por conta de uma pergunta que eu fiz à ele, a partir de uma entrevista do [Gilberto] Gil. O Gil estava relatando que, em uma música, a censura confunde aquela onomatopeia que ele costuma fazer nas músicas e tal, confundiu com ele tendo dito a palavra Marighella. E eu fui perguntar para o meu pai o que era Marighella, e a única resposta que ele me deu foi que era um cara que atirava muito bem. Na verdade eu não me lembro, ele deve ter dito algo mais, porque não faria sentido essa resposta [...] mas, eu não lembro porquê, o que me chamou a atenção na resposta dele foi essa questão⁸⁰.

Em sua opinião, há uma atitude contrária à ditadura, pelos pais ou, pelo menos, ele coloca que “*não havia defesa do regime*”. Ao comentar sobre a o fato de a mãe levá-los para assistir aos desfiles de Sete de Setembro, ele conclui:

No 7 de setembro, a percepção que eu tenho [é que] não era tanto pelo civismo. Havia algum civismo, mas uma coisa que eu não decifro muito bem. Mas nem sempre o civismo, naquela época, vai ao encontro da ditadura. Havia um civismo que... A esquerda, no Brasil, comete alguns erros, dentre eles esquecer a ideia de identidade. O civismo é a identidade, a expressão de identidade. [...] Mas não havia civismo como apelo a status quo, embora o reforço ao status quo fosse algo natural, quando você não se contrapõe a ele. Quando você não se contrapõe a ele, de certa forma, você o reforça, você permite a existência.

Assim, seu desejo de atuar politicamente não parece nascer das relações familiares. Nossa hipótese é que ela aparecerá em sua adolescência, a partir de sua entrada num grupo de música, o que abordaremos abaixo.

A música, aliás, é uma parte extremamente importante da vida do entrevistado. Ele começa a estudar aos oito anos, por influência dos pais:

Quem me leva para a música é meu pai e minha mãe. É o típico caso de que o pai e a mãe são músicos frustrados: “ah, então meus filhos vão ser músicos”. Mas foi

⁷⁹ O relato do pai acontecerá anos mais tarde, quando o entrevistado já tem por volta de 10 anos.

⁸⁰ Durante esse depoimento, o entrevistado faz uma longa digressão sobre Gandhi e a violência, que poderia ser tratada como um conteúdo emergente em seu discurso. No entanto, optamos por apresentar sua opinião a respeito no próximo tópico, ao abordarmos o esoterismo na sua adolescência.

bem aceito. A minha irmã estudou piano. Eu estudei violão. Mas no meu caso eu assimilo isso; mas minha irmã não quis muito; mas eu, não, eu gostei. Eu trabalhei a vocação para a música.

A relação com a música nos dá pistas das relações familiares, como é possível notar no seguinte depoimento:

[Os pais] colocaram minha irmã para tocar piano, aprender piano e eu para aprender violão. Em algum momento, antes dos oito anos já havia essa intenção, sobretudo da minha mãe, mas ela era mais metódica. Meu pai gostava muito de violão. Inclusive me colocava para tocar no vizinho. Eu detestava porque era obrigado a tocar e, às vezes, eu lembro de ficar muito puto com isso, principalmente porque as vezes em que ele estava mais efusivo é porque tinha bebido. Então, para mim, era insuportável. Minha irmã já gostava. Era parceira dele. Aliás, minha irmã bebia junto desde criança, era chegada, ela gosta e tal. E eu já não gostava. Então talvez eu não tivesse essa coisa da festividade etílica.

A relação entre o entrevistado e a irmã aparece pouco durante as entrevistas, mas de forma significativa, fazendo uma espécie de triangulação entre o pai, a irmã e o entrevistado. Há também outra menção a ela, quando ele decide fazer o curso de decoração.

A primeira vez que eu fiz o colégio [técnico] eu fiz [o curso de] decoração. Porque a minha irmã fez decoração. Eu tinha um pouco... Persegui um pouco a minha irmã. Mas ela tem aptidão pra isso. Eu não tenho. A parte manual, desenhar com papel vegetal e tal, nanquim era uma desastre. Nossa. Uma coisa... e eu não tenho essa habilidade manual. Mas foi legal, foi interessante. Eu acho que eu estudei um ou dois anos. Mas daí fui reprovado inclusive.

Gostaríamos de chamar a atenção para uma hipótese a partir das escolhas que o entrevistado faz durante sua adolescência: música e decoração. São atividades ligadas às artes, o que possibilita pensar que ele tem uma sensibilidade artística. O próprio entrevistado entenderá que essa sensibilidade influenciará sua atuação política, como veremos abaixo.

No entanto, ele não obtém sucesso no curso de decoração (“eu não tenho essa habilidade manual”). Após desistir desse curso, ele começa a fazer um de técnico em patologia clínica, que abandona quando seu pai falece:

E aí mudei para patologia. Foi uma loucura. E aí eu já gostava. Gostava muito de Biologia. Isso eu tinha 14 anos. Por aí. 13, 14 anos. Aí o meu pai faleceu. Eu estudava na Penha, num colégio pago. Eu acabei parando de estudar. Não tinha mais condições de pagar. E aí... eu tenho “fugimentopatia” também (risos). As coisas mudaram drasticamente. Eu fiquei muito tempo sem estudar. Aí eu voltei a estudar já bem mais tarde. E fui fazer contabilidade.

O entrevistado vai fazer curso técnico de contabilidade já com 18 anos, logo antes de prestar concurso para o tribunal. Ele se formou no ensino profissionalizante, mas não pensaria tão cedo em fazer curso superior.

Assim, muitas das decisões que o entrevistado toma, nesse período, se aproximam da visão que tinha de seu pai: a falta de vontade de fazer um curso superior, o gosto pela música e a escolha do violão como instrumento, a aproximação com o esoterismo.

Para finalizar o presente tópico, é importante citar que, na época da entrevista, o entrevistado tinha uma relação estável de cerca de dez anos e um filho adotivo com 5 anos. Esse filho o fez reconsiderar algumas de suas posições. Por um lado, há um retorno de sua identificação com a mãe, no desejo de ser um “pai professor” e de cursar faculdade. O trecho a seguir mostra por que ele tomou tal decisão:

Em algum momento [...] eu imaginei o seguinte: seria legal o meu filho ter um pai professor. Eu sou filho de mãe professora... Porque eu não queria fazer faculdade. Por 20 anos, eu relutei em fazer faculdade. [...]. Mas aí eu falei, eu pensei: Não, seria legal ser professor e tal. Essa coisa do “eu quis ser um pai professor” foi uma coisa curiosa, singela, mas curiosa; foi muito forte. Mas aí, o que aconteceu, eu achei que tinha que estudar.

Por outro lado, o lugar paterno retorna como lugar de violência e o entrevistado busca negá-lo. Um fato que relata nos leva a essa hipótese:

E nesse processo, quando eu saio do hospital [após sofrer um enfarto]⁸¹, eu já estou em um processo de depressão. Só que até então eu não tinha procurado ajuda. Até o dia em que eu gritei com o meu filho. [...] E como tem um histórico de violência doméstica em casa, meu pai e tal, quando eu percebi que eu estava indo em direção, [...] que eu estava gritando com ele, e ia com a intenção de bater, opa! Parei, comecei a chorar, dei as costas e fui embora. E voltei, subi aqui, estava aqui na sacada já, subi e vim para cá. Fiquei chorando, porque jamais esse negócio de bater em filho! Não é dar tapinha, eu ia bater mesmo, entendeu? Aí, eu fui falar para a [Esposa]: “Eu vou procurar ajuda”. Aí, eu comecei a ir no psiquiatra, fui fazer análise e tal. [...] Mas enfim, esse foi o processo de como se instala o mal estar.

Por fim, gostaríamos de atentar para o fato de que o entrevistado constrói uma sensibilidade diferenciada daquela que ele perceberá como a cultura “machista e

⁸¹ Retomaremos esse assunto no final do presente capítulo.

racista” da periferia. Ele remete à religiosidade mas, principalmente, à música, essa sensibilidade:

Eu acho que o que me facilitou entender a questão da classe, em algum aspecto, talvez tenha sido a educação religiosa no passado, uma questão de ética humana. Por outro lado, uma tendência artística, que aí ao contrário da questão religiosa, tem a questão do despojamento, do não ter preconceito, da tolerância. É uma coisa curiosa: eu acho que a igreja de uma certa forma é uma instituição que menos estimula a tolerância, apesar de ter um discurso de tolerância. Mas, na questão da arte, por exemplo, a diversidade, não só diversidade... A diversidade humana, entender que as pessoas são diferentes, eu acho que isso vem da questão artística.

Tanto a religião quanto a arte marcaram sua vida, em especial durante sua adolescência, formando o terreno histórico que o levaria ao sindicato e a seu posicionamento diferenciado como representante. Abordaremos essas questões a seguir.

A adolescência: música e religião como instâncias políticas

Boa parte da adolescência do entrevistado foi dedicada a movimentos sociais ligados à Igreja Católica, com a qual teve contato ao ser selecionado para fazer parte do coral de uma paróquia. A mãe do entrevistado foi a responsável por sua aproximação com a igreja e o coral. Ele conta:

A família não [ia à missa aos domingos], minha mãe talvez fosse mais próxima disso, mas não era.. Na verdade, ela nos levou para a igreja, no sentido de ir para o coral. Por conta de ir para o coral e da relação próxima, a gente fez primeira comunhão e tal. Eu lembro que crisma eu já não fiz, estava puto já, foi uma ruptura. Mas primeira comunhão eu fiz.

Sobre a entrada no coral, ele lembra que foi fazer a seleção e, advertidamente, sentou-se no lugar da regente:

A minha irmã vai para o coral, e ela é 2 anos mais velha, ela tinha um pouco mais de noção do que estava acontecendo. Eu me lembro que, na primeira vez que eu fui no coral, tinha uma cadeira de frente para o coral. Estava o coral postado e eu sentei na cadeira de frente e fiquei lá. Aí eu lembro da [Regente], engraçado que eu lembro dessa cena, ela falou: “olha, senta ali”. Foi meio profético, porque depois eu estava à frente do coral, do que veio a ser o coral.

Quando diz que estaria à frente do que veio a ser o coral, ele se refere ao grupo de música que o coral se tornará mais tarde (voltaremos a esse assunto abaixo). Ele atribui sua primeira experiência política à sua participação nesse grupo.

Esse grupo de música que eu fazia parte, ele começou como coral da igreja católica. E eram dois espanhóis que coordenavam. E a minha primeira noção de política começa aí. O pai deles era comunista. E eu nem sabia. Não fazia ideia. Fui descobrir... Foi a descoberta do mundo novo depois. Ele era comunista. Comunista quase anarquista. Adorava Cuba... E [os coordenadores] eram um casal. Um rapaz e uma moça. Eles vieram para o Brasil, tal. E tinha esse... eram produtores culturais, na verdade. Na época, eu não fazia nem ideia disso, mas hoje eu percebo. E eles não eram exatamente esquerda. Mas tinham uma visão progressista.

Essa família de espanhóis terá uma grande influência na vida do entrevistado. O rapaz espanhol aparecerá como uma figura importante para ele, já na primeira entrevista que fizemos, quando o entrevistado se refere à sua morte:

Eram dois espanhóis, [Nome do Rapaz] e [Nome da Moça] e a mãe deles chamava [mesmo nome da moça] e o pai chamava [mesmo nome do rapaz]. Então era [Nomes] Pai e [Nomes] Filhos... Aí muda. [O espanhol] era um cara de uma mentalidade fantástica. Há uma suspeita que ele morreu de Aids. Ninguém falou na época. Eu fiquei muito chocado. Ele era meu irmão mais velho.

Ele reforça que ambos foram referência, mas em campos diferentes:

Tinha [a Regente], que era música, e tinha o [Espanhol] que era política e cultura. Foram os dois marcos próximos.

O entrevistado entra para o coral em 1975. Depois de sua entrada, o grupo fica dois anos atuando dentro da igreja, até que decide se afastar dela e tornar-se autônomo:

Porque o grupo teve que sair da igreja por divergência política do coral. Por divergência política com os padres.

Em algum momento, eu não vou saber identificar exatamente o que houve, mas houve uma divergência entre [Espanhol], principalmente [o Espanhol], e o padre. Eu não tenho clareza disso, mas isso levou a sair o coral da igreja. O coral rompeu com a igreja, o que foi a melhor coisa que nos aconteceu, porque a gente ampliou o repertório de um jeito fenomenal, a gente até então cantava música em português, espanhol, mas música religiosa de natal. Aí é que a gente passa a ter contato com a cultura né? [...] E não sei o quanto esse momento me influenciou, mas eu lembro que a minha postura em relação a igreja muito cedo foi crítica.

O entrevistado, no entanto, não rompe completamente com a igreja, nessa ocasião. Continua fazendo projetos na Pastoral da Juventude. Ele conta:

Depois disso, inclusive, eu já tinha alguma autonomia, que eu não rompi totalmente com a igreja. A gente não rompeu com a igreja. Houve a saída do coral, mas havia ainda uma relação com os padres, e eu lembro de ter feito um projeto educativo com a igreja [ensinando Kung Fu], na adolescência, e inclusive o [Espanhol] não tinha muito envolvimento nisso. Eu acho que ele não estava envolvido...

Numa rápida síntese de acontecimentos, podemos resumir: em 1975, o entrevistado entra para o coral; em seguida, passa a participar dos movimentos sociais da igreja; dois anos depois, o coral rompe com essa paróquia e se torna um grupo de música autônomo, mas o entrevistado ainda continuaria a atuar nos movimentos eclesiais por alguns anos.

Influenciado pelos espanhóis, há três mudanças significativas e interligadas na atuação social do entrevistado, durante os seis anos seguintes (dos 12 aos 18 anos de idade, aproximadamente). 1) começa a ouvir músicas de protesto; 2) aprofunda seu interesse pelo esoterismo e 3) participa de movimentos eclesiais. Apresentamos algumas considerações sobre essas três mudanças:

1) Ele começa a ouvir e estudar a música de protesto latino-americana, o que tem impacto sobre sua percepção política:

Por um tempo, a gente trabalhou com pasodoble, música andaluz, mas, muito rapidamente, a gente pegou Daniel Viglietti, uruguaio, que cantava Rafael Alberti, que é um poeta da resistência espanhola; Mario Benedetti, e aí muito na cola, Víctor Jara, Mercedes Sosa, Violeta Parra... Ou seja, de 13 para 15 anos na minha vida há uma abertura política brutal.

Quando questionado sobre como a política entrou em sua vida, ele responde:

A porta de entrada foi a música, foram os autores. Eu lembro... eu não vou lembrar... Ah, Atahualpa Yupanqui! Atahualpa tem uma música [...] chamada Camino del Indio que conta a história, o lamento, de um índio sobre o extermínio né? Essa é a primeira música que eu me lembro hoje, pensando sem pensar muito, a primeira música que eu lembro que já fala sobre a questão a opressão sobre a América Espanhola. Muito rapidamente a ideia de Pátria Grande⁸² fazia sentido para mim.

⁸² Tese do argentino Manuel Ugarte que defendia a unificação dos países da América Latina

Unámonos, unámonos a tiempo; que todos nuestros corazones palpiten como si fueran uno solo y así, unidos, nuestras veinte capitales se trocarán en otros tantos centinelas que, al divisar al orgulloso enemigo, cuando éste les pregunte: ¿quien

2) Aprofunda seu interesse por esoterismo, passando do estudo da astrologia para autores mais politizados, como Castaneda, Gandhi e Lao Tsé:

O [Espanhol] tinha uma leitura esotérica muito próxima à minha, ou eu absorvi a dele.

O esoterismo de Gandhi e Lao Tsé tem uma influência em sua posição política, no começo da adolescência:

Com 13 anos, foi que eu, de fato, comecei a botar os olhos para dentro da questão política. Não no sentido formal, ou militante, mas no sentido de interpretar que havia um problema político no país. E eu tinha já uma noção clara de esquerda e direita. Eu me achava de centro na época. Mas isso tem a ver com o pensamento oriental, aquela história do caminho do meio.

Uma interpretação sua sobre Gandhi é peculiar e irá refletir na forma com que fará política, mais tarde:

Pouca coisa era mais agressiva aos ingleses do que a atitude do Gandhi. Porque era uma política não armada, uma política civilizada, e recorria à violência. Eu acho que, talvez, uma das maiores vitórias do Gandhi foi ter exposto o caráter real da polícia inglesa, da mentalidade colonial inglesa. Porque era uma mentalidade que se dizia civilizada e pacífica, e ele conseguiu fazer o civilizado meter o cacete no povo. Então foi bem violento, eu acho que isso, para a fleuma inglesa, foi uma provocação eu acho que insuportável.

O Espanhol também o leva para um grupo de estudos esotéricos. Ao contar esse fato, ele reafirma a importância que esse sujeito teve em sua vida política e intelectual:

Uma vez, eu acho que eu falei isso para você, que havia um grupo de estudo, e eu era o único não acadêmico, te falei isso? Eram psicólogos, era mais de um psicólogo, o [Espanhol] era geógrafo, eram todos professores, e [Espanhol] me chamou para esse grupo, era um grupo esotérico, embora tivesse um cético no meio e tal. O [Espanhol] me chamou, e o pretexto que ele me chamou foi porque eu estudava astrologia. Ele usou isso como pretexto... Parte da minha habilidade com relação à própria política, à trânsito político e pessoal tem a ver com ele... Eu não sei nem porque ele me chamou, obviamente eu destoava, porque era todo mundo com formação acadêmica, [...] tudo acima de 35 e eu com 18. Então essas coisas foram pavimentando... o que quer que tenha sido a minha construção enquanto indivíduo foi pavimentada ali, de forma que eu não me lembro de ter tido grandes desafios no sindicato. Tive que trabalhar muito, mas não houve grandes surpresas, nem política,

vive?, les respondan unánimes, con toda la fuerza de los pulmones: la América Latina... (Ugarte, citado por (Ferraro, 2011)).

nem teórica, e com certeza, não foi da escola que veio a minha disposição teórica, para eu estudar carreira, por exemplo. Embora fosse um tema totalmente novo, para mim foi muito fácil. É claro que tem a minha mãe também na história, a leitura, o gosto da leitura, o gosto pelo conhecimento veio da minha mãe. Mas com o [Espanhol] isso adquire um outro status.

3) Ele começa a participar politicamente dos movimentos eclesiais de esquerda na igreja (o que começa antes do rompimento entre o coral e a paróquia):

E aí, as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base]. Na igreja tinha as CEBs. Tinha um ambiente político. Tinha a PAJU, Pastoral da Juventude. Eu tive um contato com a Pastoral da Juventude e aí foi um dos problemas. Minha primeira relação com a esquerda foi tumultuada.

Ele afirma que sua relação com a esquerda foi tumultuada porque os partidos de oposição, em especial um importante partido de esquerda, atuavam nos movimentos eclesiais, mas com objetivos diferentes dos dele. Tal fato transparece quando o entrevistado conta que fez um projeto a partir de um vídeo chamado “Zé Povinho”, para falar de atuação política nas escolas do bairro:

Eu lembro que [em nosso bairro] tinha um Centro de Comunicação e Formação; e tinha um vídeo. Era a estória do Zé Povinho. O Zé Povinho era um vídeo de conscientização política. Do cara que está indo para o trabalho no ônibus. Aí ele bota o rádio e fica só ele e o rádio ali. Não se comunica com ninguém. E a gente foi levar para as escolas. Então, a gente fez uma aula. A gente montou uma aula sobre conscientização política. [...] Era um vídeo sobre cidadania. Relativamente rudimentar aquilo, pelo menos para o padrão de hoje. Mas para época, era um negócio fantástico. E a gente procurou as escolas. Obviamente, com o cartão de visitas da igreja, a coisa foi bem mais fácil. Mas era um vídeo de esquerda. Conscientização para cidadania, ou seja... A ditadura ainda estava num período final, nos estertores, ali. E a gente foi levar essa discussão. Então havia uma discussão progressista. Olha que loucura. Eu já tinha formação. Porque eu me lembro que eu dialogava muito bem com o vídeo. Eu era uma das pessoas que expos. Aliás, fora os padres e os seminaristas, eu acho que eu era o único que pautava. O resto dava suporte. E eu lembro que a gente fez vários debates muito interessantes em algumas. Fizemos acho que em três escolas próximas à igreja. Então esse talvez tenha sido o meu primeiro contato mais direto com a questão da política. [...] E a gente falava da alienação. Mas alienação num sentido mais primário. O cara que não se envolvia. Brecht, analfabeto político. [...] Era um a proposta para as pessoas se conscientizarem. Por conta disso, um setor da Pastoral da Juventude, ligado ao [Partido de Esquerda], inclusive, tentou emplacar um projeto alternativo - ou mais arrojado. Na verdade era um projeto pra tentar puxar voto para o [Partido de Esquerda]. Concretamente era isso. Fazia a coisa uma pouco mais explícita. E a partir daí tentar criar um grupo de resistência com os estudantes e tal. Eu lembro que eu tive um embate com esse grupo num primeiro momento.

O entrevistado, então, entrou em atrito com esse grupo ligado a esse importante partido de esquerda, baseado em sua percepção de política, que era influenciada pelo espanhol regente do grupo de música, enquanto os [filiados do Partido de Esquerda] tinham estratégias mais agressivas:

Porque esse cara espanhol, se chamava [Nome do Espanhol]. O lance dele era mais para Maquiavel, num bom sentido inclusive. Eu lembro que eu acabei me tornando um discípulo nessa história, porque eu falei para os caras: “Escuta, mas de repente como é que você chega na escola? Se chega na escola com pau e pedra, a diretoria não vai te receber bem. Tu tem que chegar na boa”. Eu sei que não gostaram. [...] Então ali foi o primeiro contato. Ou seja, a minha primeira relação com a política era uma relação negativa, pejorativa

A relação com a igreja e o grupo partidário e seus estudos sobre o esoterismo o levam a questionar a centralização do poder político:

Houve uma discussão, no meio da Pastoral da Juventude que eu era próximo, sobre [um popular líder da esquerda] e sobre as lideranças do [Partido de Esquerda]. E eu me lembro que houve um debate político. Não era um debate. Um bate papo político. E as pessoas falando sobre o [Presidente do Partido de Esquerda] ou sobre o [Partido de Esquerda] e tal. Só que a igreja tem aquela problema da mitificação e da mistificação, exaltando o líder, a liderança, como se ela fosse... “é o que há!” E uma liderança pode ser questionada. Porque a minha relação com a igreja também era assim. Nessa época, eu já estava me afastando da igreja. [...] Então eu já tinha uma crítica à autoridade. Aos modelo de autoridade. E eu me lembro que eu fiz uma crítica. Falei assim, “Não. Você não tem que seguir cegamente líder nenhum”. O líder é importante. Agora você... era basicamente o seguinte. Cada um é um ator político. Você não tem que se submeter totalmente a quem é liderança.

A respeito de seu questionamento com a igreja, ele conta a seguinte história:

A gente foi fazer o catecismo, junto com a coisa do coral. E eu me lembro muito pouco do catecismo, eu tenho a impressão que eu achava uma coisa chata, embora eu estudasse. Eu me lembro, que eu quando fui para o colégio a primeira vez, com 14 anos, eu tinha lido a bíblia razoavelmente. Eu lembro de uma passagem: era um colégio de freiras, ali na Penha, em São Vicente de Paula, e eu tinha aula de religião. E aí eu não lembro, hoje eu já não lembro bem se foi para esnobar... Deve ter sido para esnobar. Em uma das primeiras aulas de religião, eu tasquei uma pergunta no professor, que era padre, eu falei, “escuta, quem escreveu o pentateuco foi Moisés ou não?” Eu acho que foi para esnobar, e foi foda, porque o cara fez uma cara, ele literalmente não acreditava no que estava ouvindo. Porque eu lia. Eu não só lia a bíblia, mas eu lia livros sobre a bíblia, né? Eu lia coisas, então eu já tinha crítica, uma ligeira crítica, crítica literária e tal, mais do que a interpretação teológica, mas assim, eu já tinha noção do que era a bíblia. Mas assim, quando eu fiz essa pergunta, ele não acreditou. Ele ficou assustado mesmo. E eu não lembro da resposta dele, porque deve ter sido tão saborosa a expressão dele, que eu não lembro nem o que ele respondeu.

A passagem mostra bem sua atitude questionadora não só em relação à religião, mas à autoridade (no caso, do professor).

Retomando sua trajetória nos movimentos eclesiais, além do projeto do Zé Povinho, o entrevistado também participou de uma rádio comunitária dentro da igreja, o que o levou a atritos com o padre da paróquia.

A gente fez um projeto de rádio popular, que não era rádio, era um sistema de autofalantes da igreja. E nesse, eu era uma das pessoas que centralizava. Era um trabalho do grupo de jovens, não sei se ligado à Pastoral da Juventude, não me lembro. E eu fiz uma programação, em que eu discutia história da música. [...] Uma parte da comunidade reclamava do sistema de autofalante, não gostava disso. Porque eles falavam que era um som, durante uma ou duas horas no fim de semana, que incomodava, invadia a vida das pessoas. E era tudo jovem, então você tinha de tudo. Imagina que tinha programação: eu; o cara tocava música de jovem mesmo, música tipicamente da indústria cultural; outro falava bobagem... [...] Mas aí, com essa história de reclamarem, o padre estava lá ditando a história que ele queria que a rádio fosse mais religiosa. Bom, aí nós temos uma briga. [...] Depois a gente teve uma reunião de avaliação, porque ele interrompeu o trabalho da rádio, e a rádio descontinuou.

Esse mesmo padre seria responsável pela saída do coral da Igreja. O entrevistado acredita que ele foi enviado para aquela paróquia com a missão de desarticular os movimentos sociais que lá aconteciam:

E foi uma briga dura, e houve uma briga da comunidade com esse padre, que eu não sei classificar, porque eu sei que o [Espanhol] brigava tanto com a direita quanto com a esquerda da igreja. Esse aparentemente era da direita, não sei, não dá para eu afirmar. Aí, esse foi um momento superforte. E eu me lembro que quando esse padre tinha chegado na igreja, houve um problema. Não sei quantas vezes a igreja tentou implantar a história de ministérios, que era a questão dos leigos cuidarem, assumirem mais, uma parte da igreja. E eu me lembro que, com a chegada desse padre, houve uma desarticulação desse sistema. Ou seja, era uma investida de direita. Por mais que ele, não sei se ele era de direita, mas era uma investida de direita, porque ele foi lá para atacar o projeto CEBs que é o centro, é o cerne da comunidade, é o cerne da politização da igreja, a comunidade de base. Então ele foi lá para desarticular isso, eu acho que foi mandado nesse sentido.

Assim, podemos perceber que, ao mesmo tempo em que aprofundava a sua atuação política, o entrevista questionava continuamente as autoridades eclesiais. Essa posição era bem diferente da assumida dentro do grupo de música, onde buscava se unir aos líderes, identificava-se com eles e os copiava.

O convívio com a família espanhola são essenciais para que o entrevistado construa uma forma de entrar nos grupos dos quais fará parte mais tarde, a partir de

um lugar “sem destaque”. Ele se sentirá, no grupo de música, como um terceiro incluído:

Há um momento no grupo, em que o grupo, passa por várias formações. Muita gente sai, então há um fluxo de pessoas, bem grande, e em algum momento eu me dou conta de que eu era o único que não mudava, eu era o único que permaneceu por todo o tempo. Então há um momento em que eu percebo que eu era o terceiro. Tinha a [regente] e o [regente], aí chega um momento que eu percebo. Um momento em que eu percebo isso, talvez de forma mais clara, é quando o grupo vai se formalizar. [...] A gente vai transformar o grupo em uma entidade. E eu sou uma das pessoas que para, para ler o estatuto, para tentar redigir. Eu lembro de eu redigir coisas no estatuto [...]. Então ali não é um momento público, digamos assim. Mas naquele momento ali, naquele grupo, naquele momento foi um momento que eu percebi que eu era liderança, que eu era... Foi um momento de descoberta de um papel para liderança. Embora não no sentido que eu atribuo hoje, mas digamos no meio social.

Há três particularidades que gostaríamos de ressaltar nesse fato narrado: 1) que o entrevistado se coloca como alguém que passou por uma transição da posição de “membros” para a de “líderes”, a partir de um processo onde se aproxima dos primeiros e se destaca dos segundos (nesse caso, através de sua permanência); 2) que o entrevistado vivencia isso como uma posição de exterior que se torna parte, chamada por ele de “terceiro”, dando, ao mesmo tempo, uma historicidade ao fato (aquilo que vem depois) e 3) que a questão burocrática (aqui, a elaboração de um estatuto para o grupo) está vinculada ao processo de passagem entre o papel de membro e o papel de destaque.

Em 1984, o amigo espanhol faleceu. O fato o levou a se afastar do grupo:

O [Espanhol] adoece, provavelmente AIDS. Ele era homossexual. Nós estamos falando (pausa) talvez 85... Talvez um pouco antes. Tanto é que não havia clareza... É, deveria ser bem por ali, porque não havia muita certeza e o diagnóstico foi ocultado. Mas ele era homossexual, e eu me lembro do parceiro dele - isso era velado, não era uma coisa explícita - ele ficou muito preocupado, de estar com problema também. Mas eu acabei reconhecendo pelos sintomas, pela forma como aconteceu, a forma como ele definhou, quer dizer... Ele ficou doente, aí acontece (pausa), então, é uma história longa porque isso eu vou remoer. Quando ele morre, no dia em que ele morre... Bom eu tinha visitado ele no hospital, mas no que ele morre, eu não vou ao enterro. Eu fiquei, talvez, mais de um ano sem ver ninguém. Fiquei trancado em casa, não ia encontrar ninguém do grupo. Eu não sei o que acontece com o grupo, inclusive, nesse período. [...] Mas eu me lembro que o pessoal marca um reencontro, e a gente realmente faz, um ano ou dois depois da morte do [Espanhol] um último show, em homenagem a ele. E a gente monta mesmo, como fazíamos antes, na verdade a gente conclui o último espetáculo que a gente tinha montado. [...] [Durante uma apresentação] o [Espanhol, quando vivo], antes ou depois da música, ele fazia um

histórico, ele contava a história do autor, contava a história da música, a história do acontecimento. [...] No último show, eu fui a pessoa que fez essa apresentação também. Mas acaba assim, com a morte dele, de forma meio abrupta.

As relações estabelecidas com o Espanhol nos levam a levantar a hipótese de que o entrevistado, durante sua adolescência, o busca como uma nova figura masculina com o qual pudesse tentar elaborar o vínculo de filiação com seu pai, marcado por uma sensação de violência e instabilidade. No entanto, o Espanhol não ocupará, para ele, o lugar de pai (que se manterá, portanto, interditado) e sim o lugar de “irmão mais velho”. É possível perceber que ele busca ser o “terceiro” do casal de irmãos espanhóis, visto por ele como o lugar de uma forma de poder diferenciada daquela percebida na igreja ou nos partidos.

É desse período, de suas experiências com a igreja e o grupo de música, que ele tece sua teoria sobre a necessidade das lideranças estarem próximas à sua base:

A liderança, ela é produto também. O líder não é produto de si, somente. Ele tem a sua história, e aliás, no meu balanço sobre a minha atuação política, a minha decepção maior e, por outro lado, o que me ajuda a não ter desmontado totalmente, passa por isso. [...] Olha, eu me coloco um passo adiante da minha base. Mas não me coloco dois, querendo dizer: a liderança que se distancia... É uma crítica, na verdade, ao vanguardismo. Eu acho que a liderança ideal tende a caminhar para o vanguardismo. Porque a experiência do líder... E quanto maior o líder, mais claro isso fica. A experiência do líder se desloca da sua categoria. Então, muito cedo, eu [vou] perceber [...] que há algum tipo de deslocamento de classe no dirigente. Eu estou falando com base na nossa história.

A morte do Espanhol foi, como colocamos acima, insuportável para o entrevistado. Nesse quesito, o Espanhol remete ao pai, que havia falecido, cerca de 4 anos antes. O entrevistado, então, se afasta abruptamente do grupo de música (como vimos acima) e se concentra em estudar contabilidade. Em 1986, ainda cursando o ensino profissionalizante, prestou concurso para o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A Justiça Eleitoral Federal e o jornal Atrevida

O entrevistado assumiu o cargo de atendente de judiciário em 1987, após passar em concurso público. Ele conta que preferia o serviço público ao privado:

O que me atraiu no serviço público em princípio foi mesmo a ideia de você... embora não fosse muito consciente disso, mas era o lance de não ser uma coisa tão produtivista. Quer dizer, inclusive isso me ajudou um pouco na discussão da carreira porque eu acho que existem dois perfis básicos no serviço público entre os trabalhadores. Tem aquele que quer fazer carreira. Quer crescer, quer desenvolver, quer virar chefe, quer virar doutor e quer se especializar naquela área. Agora o serviço público tem uma característica também: ele precisa de braços. Ele precisa de trabalhadores gerais e na área burocrática. Não é? Eu sou esse segundo perfil. A minha finalidade de vida nunca foi ser servidor judiciário. Mas isso me possibilitava, dava uma margem de manobra para ter outras coisas. Então era ganha-pão mesmo. Eu estava trabalhando na contabilidade [de um supermercado]. [...] Aí eu passei no concurso do TRE. Ia ganhar menos. Trabalhar uma hora a menos também. Eu lembro que o chefe da contabilidade me chamou. Eu fui lá comunicar a ele e tal. Ele falou: “Como é que é? Você vai sair para ganhar menos?”; Eu falei: “É”. Na frente de todos. Eu não lembro o que eu expliquei pra ele. Eu acho que eu dei alguma explicação. Mas eu fui porque para mim era uma tranquilidade. Era o lance da estabilidade. Isso em 87, em março. Então a razão principal: era uma coisa que me permitia uma inércia⁸³, uma situação inercial em relação ao trabalho que me permitiria que eu pudesse me dedicar a música.

O entrevistado fez, portanto, uma opção pela estabilidade em relação à sua escolha profissional, questão que remete, mais uma vez, à uma aproximação com a posição ocupada por sua mãe.

No tribunal, o cargo de atendente envolvia a distribuição de correspondência para os funcionários, o que deu a ele, segundo conta, uma posição diferenciada, apesar do baixo *status* da função.

O cargo, quando eu entrei, era atendente de judiciário. Era o segundo menor cargo. O primeiro era agente de portaria. [...] Então o trabalho era de contínuo. Era isso. Eu trabalhava num setor que chamavam de portaria. Recebia correspondência. Era uma espécie de mensageiro lá dentro. Tanto interno quanto para fora. [...] E também teve um aspecto que me ajudou muito. O Tribunal recebia correspondência dos funcionários. Então o funcionário botava o Tribunal como endereço. Então: carta de banco... Eu lembro que chegava carta. E a gente tinha lá a relação de nome de todo mundo. Então eu lembro que em muito pouco tempo eu conhecia todo mundo pelo nome. Isso é um barato. Me agradava essa ideia. Poder conhecer, saber onde trabalhava.

⁸³ Supomos que o entrevistado se refere ao ócio, pois retomará essa questão mais tarde:

A música não é possessiva, mas ela te obriga ao ócio. Você não consegue fazer arte sem ócio. Não tem jeito. E eu estou comprovando isso na faculdade. Quer dizer, se um artista consegue viver sem ócio é porque ele é uma máquina de fazer arte, é um computador, uma coisa assim.

Para o entrevistado, a questão de conhecer todos pelo nome parecer ter importância por colocá-lo em uma situação diferenciada. Ele retomará a importância desse tema ao falar da sua entrada no sindicato (retomaremos esse tema abaixo).

O entrevistado passou cerca de 3 anos nessa posição de atendente. Formou-se como técnico em contabilidade, fez concurso interno e passou a ocupar uma função técnica, no setor de licitações, fazendo cotação de preços.

Ao entrar para o tribunal, sua impressão é que há uma contradição entre a função dessa organização, de assegurar o processo eleitoral, e a falta de democracia que imperava nas relações de trabalho. Ele descreve a justiça eleitoral da seguinte forma:

A Justiça eleitoral é muito atípica. É uma magistratura estadual e é uma justiça atípica. É uma justiça logística. O trabalho principal da Justiça Eleitoral não é a atividade de justiça. É logística. Você tem que articular... Bom. Na eleição pura e simplesmente você tem que recepcionar 100% da população votante do país. Então esse já é um problema estrutural sério no Judiciário. Que a Justiça eleitoral tem variáveis muito diferentes. E a magistratura já tem problemas com a gestão. Na Justiça Eleitoral isso é elevado a um número aberrante. O que funciona é voluntário. É voluntarismo. O que é bom é voluntarismo. Claro que mudou com o tempo. Privatizaram a parte da informática e tal. Mas isso mudou um pouco. Tem algumas coisas que caíram, no mundo dos magistrados. Mas ainda assim o modelo de exercício de poder é arcaico.

As primeiras contradições são flagrantes demais. O Tribunal que alimenta a democracia era um dos menos democráticos. Isso é um aprendizado muito rápido, muito rico e relativamente intenso. Eu tenho a impressão que a relação Democracia - Justiça Eleitoral é mais aberrante do que a relação Justiça do Trabalho – Trabalhador.

O entrevistado parece assumir, portanto, uma posição contrária à do autoritarismo do ambiente de trabalho. Ele retoma sua posição de contestação, assim como nos movimentos eclesiais, o que, podemos imaginar, influenciou em sua decisão de ter uma atuação política, que começa com a participação no Jornal *Atrevida*.

Ainda em 1987, ele conhece os responsáveis por esse jornal, que será o núcleo da formação do sindicato da justiça eleitoral. O entrevistado afirmava que, desde sua participação no grupo de música dos irmãos espanhóis, já gostava de escrever. Foi isso que o levou a se aproximar do trio que publicava o jornal do Tribunal Regional Eleitoral, que se chamava *Atrevida*, um jogo de palavras entre A TRE Vida (a vida do

tribunal) e o atrevimento, no sentido de ousar falar de política (Silva L. d., 2002)⁸⁴. O primeiro contato do entrevistado com o trio se deu ainda pelo trânsito que tinha através do setor de correspondência. Em suas palavras:

No Tribunal, esse grupo tinha um jornalzinho. Chamava Atrevida. Bom, Eu conheço primeiro porque eu percorri o Tribunal inteiro. Eu conhecia... A gente conhecia... Éramos o único setor que tinha... não. O setor de Contas e o de pessoal também conhecia. Mas a gente bem mais. Porque você via e relacionava pessoa e nome todos os dias. Então você sabia onde trabalhava, o que fazia. Então eu conhecia todo mundo no Tribunal. Todo mundo. 100% das pessoas. Eu me lembro que uns 2 ou 3 anos depois de eu sair do setor eu ainda conhecia todo mundo pelo nome. [...] No começo do sindicato, inclusive, eu era um dos poucos que conhecia toda a categoria pelo nome. Aí conheci esses caras. Eles tinham um jornal. [...] Era uma trincheirazinha que juntava humor e crítica. Era um jornal meio crítico, mas feito pela estrutura. O diretor geral participava do jornal. Era ligado a Associação Beneficente que tem no Tribunal. Tem até hoje. E eles usavam pra fazer... esses três caras, dois deles tinham uma noção de jornalismo. O outro estava fazendo História. Então de vez em quando eles usavam um jornalzinho - que era um jornal de cultura - para fazer crítica política à administração. Ou fazer algumas ponderações políticas, já que o diretor geral era da turma que redigia (ele era da associação). Mas eles usavam. Havia um espaço democrático, que é curioso. Que o Tribunal chegava a tolerar a crítica.

Esses caras escreviam esse jornal e foi meio natural eu me aproximar deles porque eu me lembro assim: o primeiro apelo de aproximação foi cultural mesmo. Como eu tinha uma relação com a música, um deles era poeta, que foi o meu principal parceiro político no começo do sindicato. Foi meu melhor mentor inclusive, embora eu tenha aprendido com quase todos. [...] E muito pouco tempo depois aquilo virou o embrião do sindicato. Um jornalzinho virou o embrião de uma resistência. [...] Em 88 já. Logo depois que eu entrei. Em 87 eu entro. Em 88 eu já estava engajado.

Segundo entrevistas concedidas a Silva (2002), os fundadores do jornal o criaram em 1986. Sua criação uniu um ativista, que atuava clandestinamente em um grande partido de esquerda⁸⁵ e um escritor. Apesar de ter uma tendência esquerdista, os fundadores buscaram compor com os setores mais reacionários do tribunal. O jornal mesclava assuntos diversos (fofocas, receitas, piadas) com textos mais contestadores. Os criadores pediam contribuições de pessoas que consideravam mais reacionárias, para as colunas de fofocas e afins, de forma a legitimar o jornal no tribunal. Um dos fundadores diz a Silva:

A gente conseguiu esse equilíbrio de deixar esse pessoal, oficializou o jornalzinho e ao mesmo tempo ele foi a base do futuro Sindjuse-SP. O jornal era consentido, na verdade. (Silva L. d., 2002, p. 123).

⁸⁴ Utilizaremos, no presente trecho, referências complementares retiradas da dissertação de L. S. Silva (2002), sobre os jornais de caráter sindical publicados no período de 1989 a 1995 no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

⁸⁵ Pois a legislação proíbe que os funcionários da Justiça Eleitoral estejam filiados a partidos políticos.

Esta variedade de assuntos reflete a diferença entre os objetivos dos fundadores do jornal: um deles buscava uma atuação política; o outro, um canal de expressão cultural e democrático. Iremos nos referir a eles como Partidário e Escritor, respectivamente. O fundador Partidário conta a Silva:

Então o surgimento do jornal foi muito mais uma coincidência de pessoas, uma afinidade de pessoas do que propriamente uma idéia fortemente política. Naquele primeiro momento no surgimento do jornal, não se vislumbrava alguma coisa muito mais para frente. A gente tinha ideias básicas. Inclusive, o [outro fundador] não era um [filialdo do Partido de Esquerda]. O [Escritor] é uma pessoa democrata, uma pessoa, digamos, com uma certa afinidade com a esquerda, mas não queria e nem quer uma vinculação partidária. Então minha cabeça puxava um pouco mais para a questão política. O [Escritor] tinha qualidade e dom de escrever bem... (Silva L. d., 2002, p. 122).

Para o Escritor, também em depoimento à Silva, o começo do jornal foi marcado pelo contexto social de autoritarismo:

Ele [o jornal] demorou a atingir uma periodicidade mínima aceitável, porque a gente começou bem clandestinamente, não porque a gente tivesse conteúdos muito revolucionários nem nada, mas em função da realidade aqui no início dos anos 80. Era muito diferente do que é hoje no sentido da repressão, de medo, de uma hierarquia muito rígida. As pessoas não falavam, as pessoas tinham medo dos diretores, dos chefes, uma coisa muito forte, repressão muito forte. (Silva L. d., 2002, pp. 144-145)

Para esse fundador, a importância do jornal foi dar voz:

Vamos tentar falar os assuntos comuns e à medida que as pessoas falarem já vai estar se rompendo essa coisa que é o silêncio. Você ficava quieto, agora já vai falar. E à medida que as pessoas falassem e tivessem liberdade para falar a gente estaria pelo menos estabelecendo um campo em que se pudesse atacar e na medida do possível colocar nossas ideias e fazer florescer sentimentos democráticos, enfim, todo mundo se expressar, liberdade de expressão. (Silva L. d., 2002, p. 146).

Para o Escritor, as amenidades do jornal eram importantes para que as pessoas se interessassem e se apropriassem do veículo de comunicação: “Mostrar que a comunicação é uma coisa delas [das pessoas]” (p. 147).

Um terceiro participante, que já havia sido coordenador sindical em trabalho anterior, passaria a contribuir para o jornal. Iremos nos referir a ele como Sindicalista. Ele conta a Silva sua primeira impressão sobre o Atrevida:

Eu comecei a ler o jornal. Achei o jornal atrasado, pois saía receita de bolo, receita de pão, mas tinha algumas questões, era um jornalzinho bem feito, tinha alguns toques que o jornal dava, mas através de outra linguagem. Não era uma linguagem panfletária – a experiência que eu tinha no movimento sindical era de uma linguagem

panfletária -, esse jornal já era mais elaborado no sentido literário. As palavras tinham um significado mais profundo. A primeira visão que eu tive do jornal não foi uma visão pelega, mas uma visão que eu achava que podia estar dando recados de maneira mais contundente e ampla. (Silva L. d., 2002, p. 136).

De acordo com o depoimento do Sindicalista a Silva, começam a aparecer atritos entre a questão sindical e a questão literária já nesse momento, com o Sindicalista influenciando a pauta do jornal.

O Escritor também se recorda dessas diferenças e cita as discussões que tinha com o Sindicalista. Na sua visão, o próprio texto do jornal precisa convidar a reflexão, ou corre o risco de se tornar autoritário. Ele diz em seu depoimento à Silva:

A imprensa sindical é uma comunicação primária... Eu estou falando do texto. O texto é impositivo. "O imperialismo econômico assola os povos do terceiro mundo". É isso! Eu não estou dizendo por que, eu não estou explicando, eu não estou dando oportunidade para você discordar! [...] Também tinha aquele negócio dos bancários, [o jornal sindical] a Folha Bancária, aquelas coisas, aquelas manchetes, aquela coisa da linguagem sindical que vinha forte, vinha determinante, vinha ditatorial, mesmo! [...] [A linguagem] é um sistema e, como todo sistema, ele pode ser opressivo! [...] E eu tinha essa obsessão, porque eu sempre fui mais da linguagem do que do sindicato. (Silva L. d., 2002, p. 157)

Esses três sujeitos – o Partidário, o Escritor e o Sindicalista - formam o núcleo que fundará o sindicato da justiça eleitoral, sendo que o Entrevistado já atuava informalmente na confecção do jornal e nas ações, mas ainda não fazia, efetivamente, parte desse núcleo. O entrevistado fala sobre sua relação inicial com esse grupo e, em especial, com o Escritor, que será seu mentor no sindicato:

Bom então, é claro que são três básicos, mas o que eu falei, por exemplo, o caso que eu citei era o [Escritor] que foi o meu mentor. Então você tinha lá o [Sindicalista], o [Partidário] e o [Escritor]. E o [Escritor] foi o cara que eu mais me aproximei. É um poeta, né? E a gente se aproximou pela afinidade artística. Só que na minha opinião, ele era o melhor dos três (nem me insiro ainda, porque eles foram os que alavancaram). O melhor, mas aí é que está, ele não era... ele tinha conteúdo político, mas não era o mais politizado no sentido do fazer política. Nesse sentido, ele era o 'menos bom'. O menos capacitado.

Como citamos anteriormente, o entrevistado só passará a fazer parte da direção sindical na segunda diretoria, mas sua participação informal já é grande, a ponto de ser o representante do Sindjuse no II Congresso Nacional dos Servidores Públicos, que aconteceria em 1989.

Teve esse congresso... Foi o segundo congresso dos servidores públicos. [...] Mas logo no segundo congresso dessa iniciativa, eu fui representante de São Paulo. Tínhamos recém criado o sindicato. E eu não tinha cargo na primeira gestão.

Assim como no grupo de música, o entrevistado vai, aos poucos, se destacando para fazer parte da direção do sindicato. Nesse caso, sua entrada foi facilitada pela proximidade que tinha com os editores do jornal *Atrevida*. Ele então passa a frequentar reuniões para a formação de uma federação nacional da justiça eleitoral, como representante do sindicato. Em 1991, tal federação foi fundada, mas substituída no ano seguinte pela federação unificada (que será discutida abaixo). O Partidário queria ser presidente dessa federação e tentou dar um “golpe”, afirmando que renunciaria ao seu cargo no sindicato caso não fosse indicado como presidente. O entrevistado, por outro lado, afirmava que não tinha intenção de se candidatar ao cargo. Mas foi ele o eleito presidente. Ele relembra esse momento:

Houve um momento que se fundou a federação do eleitoral, e houve uma polêmica porque o presidente no nosso sindicato aqui de São Paulo queria ser o presidente da federação. Só que ele não ia muito às reuniões, e era uma das pessoas que mais tinha a característica de comportamento de política personalista. E ele blefou. Não sei se blefou, mas ele disse, “se eu não for presidente da federação eu saio do sindicato”. Mas aí o que o pessoal dos outros estados falou: “Não, tem dois caras que a gente conhece, que é o [Escritor] e o [Entrevistado]”. Sendo que eu, de todo mundo no país inteiro, era o cara que mais tinha ido à reunião. E eu tenho um pouco essa característica, sou meio CDF nesse sentido. Então eu acabei virando presidente um pouco por essa característica, porque eu era o único cara que tinha estado em todas as reuniões que aconteceram. [...] Eu jamais disputaria numa federação do eleitoral, não. Acho que eu comentei o que o cara falou, “eu tenho que ser presidente senão renuncio do sindicato”. Eu jamais faria isso porque pra mim cargo não existia.

Depois desse incidente, o Partidário se afastou da atividade sindical. Foi o ápice de uma cisão interna que aumentava na cúpula do Sindjuse. Afirma o Partidário, em depoimento a Silva:

A gente tinha diferenças muito grandes dentro da diretoria do sindicato e do jornal. Quanto mais a gente foi se aprofundando, quanto mais a gente foi se politizando, as diferenças foram aparecendo mais, né? Aí, começou a criar os grupinhos: eu e o [Sindicalista] de um lado, o [Escritor] e o [Entrevistado] de outro lado, começou a criar uma barreira, começou a ficar tudo complicado. Eram diferenças que num primeiro momento não aparecem, claro, temos um objetivo comum, vamos lá e tal, mas conforme vai passando o tempo e você tem que explicar melhor suas ideias, as diferenças vão aparecendo. (Silva L. d., 2002, p. 132)

O Escritor gradativamente diminuiu sua participação no movimento sindical, embora tenha sido eleito como diretor de base em eleições seguintes. O Entrevistado

o coloca como um dos independentes que saiu do sindicato no movimento de partidarização que ocorre com a criação do sindicato unificado. Para ele, o Escritor preferiu cuidar de projetos pessoais. O Entrevistado conta que, na época, optou por tentar se adaptar à entrada dos partidos e que isso gerou atritos em suas relações com o Escritor:

Quando entram os partidos, eu tenho que aprender a conviver com eles, eu não posso ficar brigando com eles o tempo todo. A minha forma de ser independente muda. Então os antigos independentes, alguns deles me repudiam, o que eu virei. Teve um amigo que chegou a dizer, meu amigo... o [Escritor] era o meu melhor amigo naquele momento. Teve um dia que ele me acusou de ser profissional da política, profissional do sindicato. Me magoou profundamente. Eu escrevi, devo ter escrito umas cinco páginas e ele me pediu desculpas depois; porque a gente compartilhava uma mesma concepção em relação aos partidos, a atuação dos partidos, a mesma crítica. Só que ele não estava lá, eu joguei isso na cara dele. Falei "Só que você não estava aqui para encarar o rojão, você foi cuidar do seu projeto pessoal e eu não". Mas eu não me beneficieei de nada, eu continuo do mesmo jeito que estava.

O Sindicalista participou da primeira gestão da Fenajufe, juntamente com o Entrevistado. Depois disso, não participou mais de chapas eleitas, nem da federação, nem do sindicato unificado de São Paulo.

Assim, pode-se perceber que, enquanto o entrevistado aumentou sua participação nas novas organizações (Fenajufe e Sintrajud), os três fundadores do Sindjuse perderam espaço e/ou se afastaram da política sindical. O entrevistado, por outro lado, se manteve nela até 2012.

Desse primeiro núcleo sindical, é possível notar que as contradições entre o papel do sindicato, o modelo que seguiriam e a questão da democracia aparecem como conflituosas para o grupo. A cisão entre a dupla com uma visão mais tradicional dos sindicatos (o Partidário e o Sindicalista) e da dupla mais ligada à arte e à visão democrática do movimento social (o Escritor e o Entrevistado) aparecem como exemplo dessas dificuldades.

No sindicato da justiça eleitoral

Voltemos um pouco na história para ver a formação do Sindicato da Justiça Eleitoral. Como salientamos acima, o núcleo de formação é o jornal Atrevida e a circunstância histórica é o contexto de redemocratização e liberdade de sindicalização

obtido pela constituição de 88. Vejamos agora como foi a participação do entrevistado nessa organização.

A forma com que o entrevistado buscava participar do núcleo de poder fica clara no seguinte depoimento:

É claro que tinha o nucleozinho, que eu passei a fazer parte. Os quatro mosqueteiros, ali, mais algumas pessoas que estão por perto. Sendo que eu me considero parte, mas eu só fui ser reconhecido um pouco depois. Mas eu andava sempre - eu tinha essa característica - eu andava colado, eu sou uma pessoa que agrego e fico junto. [...] Eu entrei por voluntarismo na história. Mas aí tinha essa coisa, é coletivo, eu levo para baixo [para o sindicato].

Assim, em relação ao sindicato, repete-se seu esquema anterior de se posicionar frente aos grupos, por um lado destacando-se entre os membros para participar do grupo de poder (o quarto mosqueteiro, assim como havia sido o terceiro no grupo de música) e, por outro, unindo-se ao líder com quem mais se identifica e tomando uma posição questionadora frente àqueles que considera mais autoritários. A questão do poder, no entanto, está presente para o entrevistado, o que é possível notar quando ele reflete sobre seu desejo de ser um representante sindical:

A ideia de fazer parte do sindicato atende, lá em 89, uma série de desejos. Tinha a questão da relação com o poder. Tinha a questão do desafio intelectual. Tinha a questão da relação humana e hoje, eu percebo que havia também uma questão de vaidade, que era maior do que eu imaginava que fosse. Não era uma vaidade de eu passar por cima das pessoas e tal. Mas o lance do elogio, esse lance de ser autoridade me envaidecia muito. Inclusive, o reconhecimento da capacidade, tanto de liderança quanto de formulações, isso cumpria um papel importante na questão da vaidade. No comecinho, havia até um lance de vaidade, pouco pessoal, mais no sentido de que, "Pô, é legal"... Eu acho que a coisa começa como amizade, mesmo. Um grupo de pessoas fazendo uma coisa legal. E muito cedo, aí vem a coisa do poder. Peraí, isso aqui tem relação com poder, e não é um poder abstrato. É um poder bem imediato.

Levantamos a hipótese de que relação com o poder, e a forma com que o entrevistado irá se contrapor a um certo poder formal, como temos visto, por exemplo, em sua recusa de aceitar que queria ser presidente da Federação, fazem um paralelo à relação que estabelece com seu pai. Se essa hipótese estiver correta, para o entrevistado, o poder é percebido como uma certa forma de violência e até arbitrariedade e submissão (já que a mãe era subjugada pela violência doméstica).

Já o desafio intelectual a que se refere no trecho acima parece remeter à sua relação com a mãe e o Espanhol (como vimos, ele afirma: "O gosto da leitura, o gosto

pelo conhecimento veio da minha mãe. Mas com o [Espanhol] isso adquire um outro status”).

Ele coloca a questão da vaidade ligada à questão do elogio, de ser reconhecido, como líder e autoridade. O reconhecimento como autoridade mais uma vez parece remeter à relação com a mãe, lembrando que ele afirma, a respeito dela: “Havia um aspecto de autoridade. A minha mãe era reconhecida, ali no bairro, como uma boa professora”.

Uma das fonte de prazer que o entrevistado retiraria da posição de destaque é ao se negar a participar do poder formal e se deixar ser cooptado. Esse fato fica claro quando ele conta que o diretor do TRE tentou seduzi-los para que não tirassem licença sindical. Ele conta:

Quando o diretor geral oferece que a gente não tirasse licença pra ficar trabalhando lá e ele nos liberava [internamente], essa tentativa de cooptação é tremendamente envaidecedora porque pô! Inclusive a gente diz não! Você quer melhor do que isso? Você tem que estar, quer dizer, o poder tentar te conquistar e você poder dizer não. E agora, eu percebo isso agora. Quer dizer, o que mudou na minha percepção foram as intensidades. Eu não achava que era tanto. Mas me dava muito prazer resistir a cooptação. Muito prazer. Eu adorava. Era uma das coisas que mais me entusiasmava. Conseguir estar no meio de um espaço tão importante e não me cooptar.

Retomemos sua trajetória: como vimos acima, o entrevistado não tinha cargo oficial na primeira diretoria do sindicato. Sua primeira função, ainda informal, foi a de contador. Começa, assim, a sentir satisfação em estar trabalhando dentro da organização, exatamente por essa posição informal, aquele que se destaca do grupo de iguais para participar do grupo de poder.

Eu não entrei na primeira chapa, acho que o estatuto falava em três anos no cargo, e acho que eu tinha dois, era uma coisa assim. Então eu não podia ser direção, mas eu assumi efetivamente a tesouraria [...] Quando eu cuidava das contas do sindicato, eu não era diretor, mas era o tesoureiro de fato. E isso para mim já foi um primeiro momento. Eu falei, “pô, legal, nem sou diretor e estou aqui assumindo”. No dia a dia acontecia alguns momentos em que havia essa satisfação da militância. É claro, tudo isso em função de saber que você está ali trabalhando para um coletivo, para um grupo, para além da própria direção.

A satisfação de trabalhar para o coletivo terá grande importância na forma com que ele concebe o sindicato e o levará a atritos com os partidos e os líderes que tem

o que ele qualifica como projetos externos ao grupo. Ele tenta teorizar a respeito das lideranças:

Eu acho que existem, pelo menos, dois tipos de liderança, pelo menos das que eu conheço no sindicato. Você tem o cara que está no lugar certo e na hora certa, mas é “guindado”. E dos caras que buscam, você tem dois tipos, o cara que tem um projeto pessoal, ou um projeto que não é do grupo, mas ele usa o grupo. E tem um outro cara que tem a liderança. Eu fiz a primeira separação: o autoritarismo e o não-autoritarismo. O cara que é guindado, que é um panaca e tal, e é guindado ao posto, ele vai acabar se tornando autoritário, autoritário sem pecha, uma coisa assim... Na minha concepção, você não é líder se você não tiver um grau de autoritarismo. Se você não tiver alguma intenção... Sem propósito. Eu acho que você não vive ali sem um propósito, porque o desgaste é muito grande, em qualquer processo de liderança. Então, se você não tem propósito, você acaba deixando de ser [líder]. Eu tenho amigos no sindicato, que eu não entendia, pessoas capacitadas, mas que queriam recusar a liderança. Mas pessoas muito capacitadas. E hoje estão fora, e aí em alguns momentos elas quase que repudiam a liderança. [...] Do que eu conheço de história de liderança, no judiciário pelo menos, você tem esses 3 tipos. Não estou querendo fazer uma radiografia do meio, mas pelo menos no nosso meio, você tem pessoas que foram guindadas, que não tem aptidão, não eram líderes natos, digamos assim, não tinha pré-condições para liderança, que são guindados. Você tem aquelas pessoas que tem projetos políticos, pessoais e tal, e aí, em geral, elas subordinam o coletivo ao projeto, ou norteiam intervenções, e tem aquelas que são formadas no meio, que têm a disposição de liderança, mas sem ter um projeto mesmo, tem propósito mas é um propósito comum. É porque esse mais ou menos sou eu... Não consigo teorizar sobre mim né? Mas assim, eu não tinha um partido por trás. Mas tinha, desde moleque eu tenho essa coisa de meio que liderar mesmo, tenho uma tendência a aglutinar. [...] Desde o cara que não tinha vocação, e acaba não conseguindo se realizar como um líder e deixa de ser, até o cara que tem características de liderança, mas ele pode perder, ou porque ele é impermeável demais, ou porque é democrático demais, as duas coisas, né? Se ele não consegue estabelecer uma relação, ele também perde a legitimidade. Então isso é um ponto, a questão da legitimidade, eu acho que é um elemento fundamental nessa construção. Exceto no cara que já tem projetos políticos, porque aí esse cara vai construir a legitimidade dele, ele pega o projeto dele e tenta fazer uma adequação com projetos coletivos.

O entrevistado se coloca, explicitamente, como um líder comprometido com os projetos coletivos. Ainda assim, admite que todo líder (portanto também ele) é minimamente autoritário ou não sobreviverá ao processo de liderança. Essa construção é interessante pois nos permite refletir sobre a forma com que ele tenta lidar com o conflito interno entre a busca por poder (o desejo de onipotência) e o desejo de reconhecimento (buscar ocupar o lugar de Ideal do Eu para o grupo, através de se adequar aos projetos coletivos).

Voltemos ao seu caminhar dentro do Sindjuse. Na segunda diretoria, o entrevistado participou como diretor. Nessa época, foi aprovada a licença classista⁸⁶. Ele ficará a maior parte dos próximos 20 anos licenciado por participar das diretorias da Federação ou do Sindicato. Assim, é possível afirmar que a atividade laboral do entrevistado era a atuação sindical, muito além do serviço público na justiça federal. Esse fato é importante na medida em que o trabalho é constituinte da identidade⁸⁷ e definirá a afiliação do entrevistado. Como afirma Fernandes:

Entendemos que o trabalho se converte em instituição. Enquanto instituição e pelo seu papel no conjunto das relações sociais instala, psiquicamente, um elemento organizador e estruturante do sujeito em sua relação com o mundo. É o trabalho, portanto, mais do que um regulador das relações entre os indivíduos de uma sociedade, uma condição fundamental para a sua estruturação psíquica. (Fernandes, 1999, p. 41).

Roussillon afirmará que “os homens colocam em comum nas instituições, mecanismos de defesa contra as angústias inerentes à vida individual e grupal. Esse procedimento psíquico encontra-se na origem do investimento das estruturas sociais e institucionais. Assegura também um apoio externo à identidade, que aumenta, reforça ou problematiza o apoio interno.” (Roussillon, 1991, p. 134). Assim, o investimento psíquico que o entrevistado não parece ter feito ao tornar-se funcionário público (como vimos acima) pode ter acontecido na identificação que faz com o sindicato tanto como estrutura social quanto como trabalho.

Como diretor do Sindjuse, o entrevistado tenta reafirmar o papel que entende como o de líder, cuja função é respeitar o que quer a maioria, mesmo quando é contrário ao desejo próprio. Ele conta um fato para ilustrar o pensamento:

O primeiro momento que assim, sem pensar muito, que me vem à cabeça em relação a papel de direção, é um exemplo negativo. Nos primeiros momentos em que

⁸⁶ Conferir artigo 92 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Brasil, Lei n. 8.112. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais., 1990), notando-se que, num primeiro momento, a lei dizia que “poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três), por entidade”. O Sindjuse pôde licenciar dois coordenadores sindicais. Em 1997, a lei 9.527 (Brasil, Lei n. 9.527. Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências., 1997) disciplinará a quantidade de representantes pelo número de representados.

⁸⁷ A. B. T. Moraes faz uma pesquisa bibliográfica de artigos que tratam a relação entre trabalho e identidade, que a leva a afirmar que “O trabalho é um elemento importante na constituição da identidade em nossa sociedade atual” (Moraes, 2009, p. 1)

eu me senti na direção foi quando a gente faz uma greve e o tribunal nos pede para suspender a paralização. E não só nos pede, como o diretor geral [do Tribunal] desce na assembleia e convence a categoria a suspender o movimento. E nós, na direção [do sindicato], somos contra. Ele não ofereceu nada, ele falou: “deem um voto de confiança”. E a gente: “não, você não sai de uma negociação, de uma paralização dando voto de confiança” [...]. E a categoria deu o voto de confiança. Foi uma derrota da direção [do sindicato] naquele momento. O diretor geral [do tribunal] derrotou a direção do sindicato na assembleia. Só para tentar nos dar o contexto: havia uma reivindicação da categoria, e que dependia da posição do presidente [do Tribunal], e o diretor geral desce na assembleia [...] e sugere que, se nós suspendêssemos o movimento, o presidente iria nos conceder a reivindicação. Ele não diz isso, mas a categoria quer entender isso, e entende isso. E a direção do sindicato, que éramos nós, diz, [...] “ele não está oferecendo concretamente nada”. E, de fato, o presidente nega a reivindicação da categoria.

E aí nós fazemos um boletim dizendo “traição do tribunal para a categoria!” Para a nossa surpresa, na assembleia seguinte, a categoria desanca a direção do sindicato, dizendo que não deveria ter dito isso. Ali [...] foi um ensinamento importante sobre o papel da liderança. Porque é bem rico esse exemplo: você adverte sobre o risco da derrota, é contrariado pela categoria, ou seja, democraticamente você é derrotado. Você acerta, você estava certo, e quando você diz que você estava certo - mas não reivindica, você fala, “tá vendo? Olha o que aconteceu” - você ainda é cobrado por isso. Então isso me ensinou muito sobre o papel da direção. Que você às vezes está certo e foda-se, a categoria não quer saber. Por que isso talvez passe pela necessidade de as pessoas estarem bem, de não buscar a resposta negativa, de tentar fugir da verdade. Então isso foi uma lembrança, um dos elementos que marcou.

O papel da liderança sindical seria, para ele, o de guiar, dar informação, fazer refletir mas, acima de tudo, respeitar o desejo da maioria. Ele caracteriza sua forma de liderar como proveniente de um “comunismo cristão”, com um estilo paternal e que prega a colaboração.

Minha concepção de liderança já era outra assim, era diluída, então isso na verdade vai definir minha situação de líder no começo. Não era líder político, era um líder num grupo, era um líder social, digamos assim. E aí o caráter já é diferente. Existe autoridade, mas autoridade num grupo social, nesse caso, não era uma autoridade que subordina. Ela é executiva, digamos assim, ela não tem ascensão direta e imediata sobre as pessoas. [...] Então, eu chego muito com essa visão muito paternal, digamos assim, muito colaboracionista. [...] É aquele comunismo cristão, aquela coisa. Então, eu chego dessa forma e sem inclusive muita preocupação com o cargo. Eu não entendia muito bem essa disputa de poder na época.

Na Federação Nacional e no Sindicato Unificado

Em 1992, é criada a Federação Nacional dos Trabalhadores da Justiça Federal. O entrevistado é eleito um dos coordenadores gerais, na primeira chapa. Assumir esse cargo o leva a uma mudança. Ele afirma que foi aí que começou a construir uma

‘personagem’ de líder. Essa personagem foi criada para lidar com o fato de se ver como muito sensível. Ele reflete:

Eu sou mais um artista que é dirigente, do que outra coisa. Um artista, que ocupa um papel de direção, do que outra coisa. Artista no sentido da sensibilidade. Então, eu poderia assim dizer, em um arroubo de arrogância: eu sou um ator que cumpriu muito bem o papel de dirigente. Mas obviamente o ônus disso foi muito grande, porque chega uma hora que o ator passou a acreditar no personagem mais do que em si mesmo, ou valorizar o personagem mais do que a si mesmo.

A criação dessa ‘persona’ está ligada a complicações nas relações que a posição exige:

O desprazer começa um pouco aí com a perda do aspecto humano. [...]São a primeira identificação [no sentido de identificar os problemas de ser diretor sindical], mas não suficiente [para construir uma personagem]. Ali [no Sindjuse], eu podia ser eu mesmo. Não havia necessidade. Porque a persona tanto é uma coisa de buscar eficácia como também de proteção. Chegou um momento que eu percebi que eu não podia me expor tanto. Não podia ser 100% franco. Mas, por exemplo, tem uma relação com o poder mesmo. Eu vou, saio de casa, um dia, fico lá quase uma semana no [Colégio] Pio XI. Lá na Lapa. Ai eu volto pra casa, “Mãe, eu virei presidente da Federação Nacional”. Aquilo ali foi um impacto. Essa posição eu não almejava. Não tinha. Eu não imaginava. Quer dizer, para mim era uma brincadeira. Quer dizer, eu pensava na tarefa, eu era ‘tarefeiro’. Quando eu percebi que eu era incapaz de explicar para minha mãe o que significava eu ser presidente de uma federação nacional, eu falei, “Espera aí, tem alguma coisa que eu estou deixando escapar”. Aí eu acho que é o primeiro momento. Aí eu acho que começa a nascer a persona.

Vemos nesses dois trechos acima que o entrevistado constrói a persona para proteger sua sensibilidade e sua própria identidade, já que se reconhecia como “tarefeiro”, na ocasião em que assume de forma repentina uma relação em que precisa se expor a relações de poder. Como realizador de tarefas, no sindicato, pode-se imaginar que suas relações eram mais internas. Na situação de presidente da federação, começa a negociar com diretores de tribunais e ministros de justiça. Ele vincula diretamente a construção dessa persona e a questão do contato com o poder encarnado pelos ministros e diretores:

Como presidente [da federação] a sua interlocução com o poder já é diferente. Você já tem um papel político. [...] É a partir daí que de fato você começa a ser representante. Então se instala o poder, digamos assim. Não é que é uma coroa, não é um santo que baixa no cara... Mas é um pouco isso. É como se... É um lance do manto mesmo, baixando assim uma série de responsabilidades.

Ele também afirma que o fato de ser representante de muitas pessoas contribuiu para que ele construísse a persona:

Agora, preparo político surge na Fenajufe, que aí eu tenho que representar 100 mil pessoas. Essa coisa de representar 100 mil pessoas é o segundo componente da persona. Porque isso me indicou o seguinte: o meu interesse pessoal tem que estar secundarizado. Quando eu estou aqui o interesse pessoal é secundário. Então esse é um outro momento.

Por fim, ele também relaciona a criação da personagem com a necessidade de não ser mais espontâneo e ter que medir as palavras.

O terceiro que é concomitante com esse [segundo componente] é que por ser presidente, as coisas que eu falava tinham uma repercussão. Então não podia falar muita bobagem. As vezes em que eu falei bobagem eu levei porrada. Então na porrada eu aprendi: “Espera aí. É melhor não falar”. E eu era muito espontâneo... [...] E aí eu comecei a ter que ser um pouco outra pessoa. É mais ou menos esses 3 aspectos.

Note-se nesses trechos que, para ele, a construção da persona tem as seguintes finalidades: 1) buscar eficácia; 2) protegê-lo por ser muito sensível⁸⁸; 3) protegê-lo nas relações de poder; 4) secundarizar seu interesse pessoal e 5) conter sua espontaneidade.

O entrevistado, no entanto, tem a consciência de que essa persona, apesar de construída em função do grupo, é elaborada por ele mesmo. Ou seja, ele não se percebe a persona como heterônoma ou alheia a si. Na sua percepção, a heteronomia estaria mais ligada às pessoas que tem atuação partidária, como podemos notar no seguinte trecho:

É que eu sou o autor [da persona], também. Eu sou um ator e autor. [...] Tem gente que não é. Tem gente que não é. O pessoal nos partidos costuma não ser o autor.

Uma trama de grupos

Gostaríamos agora de abordar o tema da múltipla afiliação que o entrevistado expõem em sua fala. Ao passar a falar sobre sua experiência na federação, ele começa a nomear diferentes níveis de pertencimento, que vão da massa dos

⁸⁸ No trecho anterior, o entrevistado afirmara se ver como um artista que é dirigente, o que é interessante, posto que a própria criação do personagem, como ele expõem em seguida, é para defender a sensibilidade (que ele relaciona com sua parte artística, musical), como já chamamos a atenção acima. Assim, ele utiliza de um subterfúgio que considera artístico para proteger sua sensibilidade também ligada ao campo artístico.

trabalhadores à vanguarda, pequeno grupo informal que mais concentra poder. Esses níveis podem ser representados através do esquema, abaixo:

Assim, os servidores públicos são vistos dentro da categoria geral dos trabalhadores. Os servidores públicos federais são especificamente a categoria defendida pela federação e, regionalmente, pelo Sintrajud. A base é formada por aqueles servidores sindicalizados, que são chamados para a assembleia geral. A diretoria sindical é formada pelos representantes eleitos, incluindo os diretores de base. A vanguarda é um grupo específico: são os responsáveis por pensar num nível estratégico que guiará as organizações. Ela não é um grupo formalizado na hierarquia. A atuação principal dos partidos políticos vai incidir, principalmente, nos níveis mais estratégicos, ao ocupar posições entre os diretores e tentar influenciar a vanguarda.

É interessante notar que, para o entrevistado, a relação entre a categoria e a vanguarda é uma relação dupla e dicotômica. Por um lado, o entrevistado dá a entender que é papel da vanguarda atender a demanda da base e se subjugar a ela, como vimos em depoimentos acima. Por outro, a vanguarda deve guiar, ou esclarecer, a categoria, através da atuação sindical. A categoria é vista como voltada apenas para interesses econômicos e imediatistas.

A categoria, em geral, é mais imediatista. Ela não tem a capacidade de uma visão nem tática, mas principalmente estratégica. Às vezes, a categoria aposta em coisas que vão no fim das contas ser prejuízo pra elas.

Essa posição torna a vanguarda privilegiada, como é possível perceber nos seguintes depoimentos:

A base consiste em contradições. A base é contraditória, porque ela é plural. Ela é o todo. [...] Tem uma questão no sindicato, um pressuposto formal que o sindicato representa a classe, representa os trabalhadores. Mas a vanguarda não é os trabalhadores, ela se destaca. Aí isso pra mim fica muito claro. Eu acho e tenho impressão que quando você fica só na liderança você se torna distinto.

*Em geral, é possível que a vanguarda tenha uma capacidade de visão estratégica melhor. Esse é o diferencial entre a pessoa que é preocupada com a categoria e a categoria em si. Ele é diferente, **não é igual** [ênfase]. Eu jamais vou ser categoria. Aí, você perde... Eu nunca mais... quer dizer, só se eu ficar louco. Só se eu perder minha capacidade cognitiva.*

Nesse sentido, há um contraste entre a atuação democrática e a atuação sindical, com um cunho paternalista: é preciso, ao mesmo tempo em que se respeita e se luta pelas demandas da categoria, ajudar a massa a se desenvolver, a sair de sua alienação e a se unir contra o opressor. O papel ideal da vanguarda, para o entrevistado, seria então o de dar formação política à base para auxiliá-la a desenvolver uma consciência de classe, como se pode notar nos três depoimentos abaixo:

A base não tem o grau de consciência que seria necessário para ela se defender [...]. Não luta por si ainda enquanto classe.

Eu acho que, sim, a responsabilidade pela formação da consciência é também da vanguarda. Eu querer que o cara [da categoria] possa, da posição socioeconômica dele, [...] partir do que ele tem e chegar a uma consciência de classe, é eu ser antimarxista! Porque não é possível: não vai ser espontâneo. Se eu acreditar nisso, eu vou ter que acreditar que a revolução é espontânea. Vai dar um momento de estalo em todo mundo, “vamos revolucionar!” E não é isso, a revolução é construída.

Na medida em que eu não discuto consciência de classe, na medida que eu não quero formar a categoria, hoje o que eu acho que forma? As pessoas comemoram porque as greves formam a categoria politicamente. E isso é meia verdade. Transforma as pessoas. Quer dizer, você consegue descobrir quem tem uma veia militante e tal. Mas não quer dizer que você está dando formação para os caras.

O entrevistado parece, assim, colocar a vanguarda num papel de guia para o ideal, como o de Moisés: aquele que está entre Deus e o homem e cujo papel é libertar o homem da tirania (do faraó egípcio) e guiá-lo até Deus (ou seja, até o ideal mítico). No caso do representante sindical, esse ideal seria a sociedade justa e igualitária do socialismo. Tentamos sintetizar essa hipótese na figura abaixo:

Essa posição intermediária parece permitir um equilíbrio fino ao papel do representante. Ele não é o ideal em si, é a ponte para que o grupo atinja o ideal, como destacamos no capítulo 2. Ocupar essa posição de representante não implica, no entanto, que o entrevistado não ambicione ao poder. Há três depoimentos que se contrapõem e mostram a sua ambivalência em relação à sua própria onipotência:

1) *Logo no segundo congresso dessa iniciativa [de servidores públicos federais, em 89] eu fui representante de São Paulo. Tínhamos recém criado o sindicato. Eu não tinha cargo na primeira gestão. No entanto foi o babaquinha lá no congresso. Moleque de tudo. [...] A gente fez a primeira reunião da Justiça Eleitoral nesse congresso. Eu me lembro que **eu** [dá ênfase ao 'eu'] subi lá no palco no intervalo [e chamei] "Pessoal da Justiça Eleitoral, vamos nos reunir ali em tal lugar!"*

2) *Porque eu sou uma pessoa tímida. Muito. Quer dizer, fui trabalhando isso ao longo do tempo. Mas sou tímido. [...] Pessoalmente falando, não tinha... Não foi uma coisa que eu construí. Não foi: "eu vou virar presidente [da Federação]". Eu não estava almejando. Caiu no meu colo.*

3) *Todo mundo é meio autoritário. O cara que pega no microfone é meio autoritário, eu percebo isso hoje. O cara que é muito introvertido, tímido, e não tem ambição nenhuma de poder ele geralmente não pega no microfone.*

Assim, apesar de ter afirmado que era tímido e que não almejava ser o presidente da federação, o entrevistado também deixa claro que estava disposto, desde sua primeira aparição num congresso público, a subir no palco e pegar no microfone, o que ele mesmo considera como um sinal de ambição pelo poder.

Também é possível notar que, por vezes, ele deseja impor seus ideais no grupo quando ele fala sobre a necessidade de formar a categoria para desenvolver uma consciência de classe, o que já apresentamos, acima.

Por outro lado, muitas vezes, no papel de representante, ele precisava se posicionar frente à vontade do grupo. Quando a contradição entre seu pensamento e o da categoria aparecia explicitamente, o entrevistado optava por um discurso em que marcava a diferença de opinião:

Se as instancias decidem, elas terão que ser respeitadas. No meu caso o limite para isso era o seguinte; coisas que eu considerava muito absurdas eu me eximia.

Agora eu, pessoalmente, nas discussões com a categoria onde eu discutia, eu falava: “Olha, [se] vocês são favoráveis eu defendo. Se eu tenho que defender, eu defendo, mas eu não estou pactuando com isso”. [...] Então, o limite é ideológico, digamos assim.

Podemos levantar a hipótese de que tais atuações (eximir-se, pontuar a diferença de pensamento, ter um limite ideológico) parecem necessárias para que o representante possa lidar com as exigências conflituosas entre seus ideais e os do grupo. Para lidar com tal conflito, ele assume a posição que aqui estamos chamando de “representante”:

Há um conflito entre a posição da vanguarda e a posição da base. A questão é de como você lida com isso. Você pode enganar e decidir que você vai ser a vanguarda e a categoria, a base, nunca vai ter poder. O lance é todo esse: você delega, ou não, poder a base. O centro eu acho que é isso. Eu delego. É claro que não abro mão dos meus princípios, mas delego até porque eu sozinho não vou fazer nada.

Nesse momento, em seu discurso, ele deixa claro sua opção de abrir mão da onipotência, elemento essencial para que possamos caracterizá-lo como representante, de acordo com nossa formulação teórica.

Retomemos, mais uma vez, a história do entrevistado. Na federação, o entrevistado começa a participar de discussões com diretores de tribunais superiores. Afirma ser prazeroso ser reconhecido como liderança e ter o desafio intelectual de estar negociando com pessoas com formação superior à sua:

Imagina o seguinte, um garoto que não tinha nem faculdade está sentado ali com um doutor em administração pública [no caso, o diretor geral do tribunal superior eleitoral] e discutindo com ele.

A possibilidade de entrar em embate com o poder público para defender a classe também era fonte de prazer:

A gente está em pé de igualdade com o outro lado. Isso para minha cabeça foi muito bom porque me possibilitou enxergar o poder... A grande inflexão no meu caso tem a ver com isso: as pessoas em geral, costumam ver o poder sempre de cima pra baixo. Eu tive oportunidade de ver o poder de lado. Isso eu acho que impulsionou muito a minha consciência de classe. Porque eu não via muita coisa de subordinação. Eu me considerava um igual de certa forma.

As vitórias em relação a esse poder constituído são especialmente marcantes para o entrevistado, por trazerem benefícios para a categoria:

Me agrada mesmo saber, por exemplo, que eu fiz uma coisa que beneficiou. Isso sempre me emociona, inclusive. Em alguns momentos me emocionou. Às vezes... Defender aposentados, por exemplo. Quando eu defendi os auxiliares...

Ao mesmo tempo, o fato de seus atos, como representante, terem impacto na vida de tantas pessoas é vivido como um conflito.

E aí eu ter que sentar [na mesa de negociação com a administração dos tribunais] e falar sobre alguém que não era eu, que não era da minha área, por exemplo, o aposentado. Começa com esse questionamento. Porra, como que eu posso falar em nome do aposentado? Eu vou ter que estudar, vou ter que entender a realidade do aposentado. [...] Mas aí eu comecei a me preocupar porque são pessoas. Foram as primeiras vezes que eu parei pra pensar que eu estou aqui e têm 100 mil famílias que estão dependendo do que eu vou falar. Se eu falar bobagem aqui eu estou fodido, quer dizer, estou fodendo 100 mil famílias. [...] No meu caso foi esse estalo. Eu tenho que falar não em meu nome, só. Aí, é que eu percebo: pô, mas eu sou diretor. Aí, eu percebi o que era ser direção, e direção com a responsabilidade.

Com a responsabilidade, vem certa percepção de ser insubstituível. Quanto mais ele se aprofunda na questão do debate de carreira, mais acredita ser o único capaz de levá-la adiante.

Na verdade, o problema foi de credencial mesmo. Não havia ninguém em condição de... não tinha ninguém que tinha... Por exemplo. Todo mundo, quer dizer, a maioria das pessoas tinha noção de que era tema difícil. Um tema árido. E a maioria das pessoas tinha noção que era preciso ter assessoria. E aí que está o problema. Ninguém conseguia conversar com as assessorias. [...] O primeiro problema é a questão da interlocução. Ninguém conseguia ser interlocutor. Porque as pessoas nos anos 90, você ainda tinha pessoas que se dispuseram a estudar um pouco. Mas, em 2007, ninguém. As pessoas realmente fazem política de outro jeito. A preocupação das pessoas é com a política muito... enfim... as pessoas não têm noção de Estado. [...] A questão é que não tinha ninguém para o papel. Quer dizer, não é que não tinha ninguém. Só tinha eu para o papel.

É também na Federação que o entrevistado aprofundará seus atritos com os partidos de extrema esquerda, o que se exporá com mais força no sindicato unificado criado em 1995.

Atuando conjuntamente na federação e no sindicato unificado, o entrevistado passou à posição de especialista em plano de carreira e articulador teórico das reivindicações da categoria. A ênfase nos planos de cargos e salários, ao invés da carreira, começaram a frustrá-lo. A sensação de estar colocando seus ideais em segundo plano se amplifica. Ele afirma:

É parte do meu problema, mas também eu não saberia fazer diferente. Mas os meus objetivos pessoais, individuais, o meu desejo, digamos assim, sempre ficaram em segundo plano na militância.

A sensação de frustração irá aumentar a medida em que a categoria atinge salários compatíveis com o estipulado como mínimo pelo DIEESE, já na década seguinte. Na visão do entrevistado, o sindicato passa a ter funções puramente partidárias, sendo que os partidos de extrema esquerda se dividem entre o “aparelhamento da máquina”, utilizando os ganhos financeiros do sindicato para o fortalecimento do partido, e a lógica do “quanto pior, melhor”, com o propósito de insuflar a revolução.

[Certa ala do Partido de Esquerda] consegue, ela dialoga com as características da base, porque ela precisa dessa sustentação. A sustentação dela é uma sustentação de troca. Então ela se vale da base, mas em troca ela entrega algumas coisas. O [Partido de Extrema Esquerda 2] e o [Partido de Extrema Esquerda 1], não. Cada um tem o seu projeto político, o [Partido de Extrema Esquerda 2] fundamentalmente aparelha, e o [Partido de Extrema Esquerda 1] fundamentalmente quer insuflar a revolução. Embora ele não saiba nem o que é isso, porque nunca propõe greve insurrecional, as greves do [Partido de Extrema Esquerda 1] são todas por coisa pontual, no fim é salarial. E aí o que acontece? Não tem, não há interesse dessas forças... No [Partido de Extrema Esquerda 2] até tem, porque ele gosta de compactuar, mas ele não vai ganhar, mesmo no caso judicial ele não vai ganhar nada, porque ele não tem cargo para disputar, não é uma negociação dele com o Sarney, por exemplo, com a família Sarney, que ele ganha cargo no governo. Aqui não. No máximo, ele vai usar o PCS para preservar os aparelhos. O [Partido de Extrema Esquerda 2] não, quando ele quer só reivindicação, ele vai acabar apostando no “quanto pior, melhor”. Se o tribunal recusar tudo para ele, é o melhor, a melhor coisa. Então ele não precisa nem de coisas profundas, porque o profundo é complexo. Ele não quer complexidade, ele quer o seguinte: é sim ou não.

Para o entrevistado, essas duas posições são, no final das contas, perpetuadoras do *status quo*.

O [Partido de Extrema Esquerda 2] já tem outros problemas, ele também não vai aprofundar porque não é interessante para ele também que ele não está preocupado em equacionar os problemas do Estado. Como eles têm experiência com administração pública, bom, imagina, os caras são capazes de ser governo junto com Roseana Sarney. Imagine que interesse da classe dos trabalhadores estavam defendendo lá dentro? Nada. Então aí é um problema sério.

Uma coisa é apostar no quanto pior, melhor, e outra coisa, aí eu não consigo sintetizar... Mas o quanto pior, melhor, só serve para o próprio status quo

Quando perguntamos se os partidos de extrema esquerda são alienantes, ele responde:

São. Claro. Então, é que não é alienação [já que] não são capitalistas. Não. Mas é pior que isso até, talvez. Além de alienante, eles às vezes são reacionários. São reacionários.

Ao falar sobre o tema, ele expõe sua visão sobre o projeto autoritário da esquerda:

Toda esquerda que se vê hoje, ela defende o Estado autoritário. E aí não estou falando no mal sentido, não. Ela acha que vai ser a ditadura do proletariado, desde que ela seja a vanguarda. E ela não pensa que o Estado tem que ser demolido. Não. Ela calcula que ela sempre vai estar à frente do Estado ou a frente do poder político. Mesmo aqueles que criticam o Estado imaginam que o lance vai ser a vanguarda. A vanguarda é uma instituição. Eles tratam a vanguarda como instituição. E ela vai ser a direção dos povos. É milenarismo mesmo. Uma coisa bem dentro dos moldes mesmo. E por isso ela comete esses equívocos bárbaros. Então ela é alienante.

Essa característica observada pelo entrevistado de que os partidos tem agendas próprias e trazem projetos que são alheios à base poderia ser usada como exemplo para aquilo que, ao discutirmos a teoria, chamamos de 'líder': aquele que, dentro de um vínculo tirânico, busca fundir seus próprios ideais (nesse sentido, o Ideal do Eu compartilhado pelo grupo, ligado à ideologia revolucionária e socialista) ao ideal da massa primária (no nosso caso, a categoria).

Se pudermos propor uma síntese do que nos chama atenção até aqui, poderíamos ressaltar que o entrevistado parece estar dividido entre três forças: 1) seus próprios ideais, aquilo que pensa ser o melhor para a categoria e para o Estado; 2) os interesses explícitos da categoria, que ele considera ainda pouco esclarecida

mas que precisa ser respeitada e 3) os ideais dos partidos de extrema esquerda, com quem tem que negociar para continuar pertencendo ao grupo.

Para Kaës, é um princípio da aliança⁸⁹ o “engajamento recíproco da confiança” entre seus membros. Essa confiança se dá através de uma garantia simbólica que dá ao grupo um valor de sagrado (Kaës, 2009a, p. 25), através de “um terceiro que faz o vínculo de identificação entre os parceiros da aliança que, mesmo separados, se reconhecem ligados entre eles” (p. 25). Assim, o entrevistado parece colocar sua confiança em nome de um terceiro simbólico – a sociedade socialista e justa – para participar do movimento sindical.

No entanto, à medida em que percebe que interesses partidários ou pessoais (“exteriores” àqueles que percebe como seus) prevalecem nas ações da vanguarda sindical, começa a surgir, no entrevistado, a sensação de dívida. Para Kaës, “as alianças se inscrevem no processo de mudança, elas envolvem uma dádiva, uma dívida e uma contra-dádiva, ou ao menos uma contrapartida, um benefício a descontar” (p. 26). Isso significaria que a aliança, no nível dos sujeitos, precisa garantir as realizações pessoais daqueles que dela participam. O autor afirma:

O vínculo de pertencimento que encerra a aliança – e quaisquer que sejam sua estrutura e finalidade – não implica sempre no reconhecimento da alteridade. Mas a contrapartida dessa relação é, sempre, que cada um está potencialmente em dívida *vis-a-vis* do outro ou outros, uma dívida que se anula no caso da manutenção de um benefício para cada um, mas que se expõe quando os termos da aliança não são mais realizadas. Existe, portanto, uma constante entre aliança, obrigação mútua e endividamento. (Kaës, 2009a, p. 26)

O entrevistado parece, aos poucos, começar a atacar o vínculo, pois o benefício psíquico relacionado à satisfação de seu Ideal do Eu não se realiza no grupo. No entanto, por alguns anos, ele se submete a isso. Kaës nomeará esse processo: “Vemos interferir um outro processo, que consiste no sacrifício de certos objetos psíquicos ou na renúncia a certos benefícios para entrar na aliança e obter outros benefícios” (p. 26). O entrevistado tenta permanecer no vínculo mas, “sem a dádiva e

⁸⁹ Aqui, o autor ainda está tratando das alianças sociais em geral, e não das alianças inconscientes, especificamente.

sua contrapartida, a aliança coloca um de seus membros em dívida, até o drama da insolvência” (p. 27). Veremos como esse processo se dará no próximo tópico.

Pertencente?

O conflito entre o entrevistado e os partidos de extrema esquerda se dá tanto na federação quanto no Sintrajud. No presente tópico, iremos nos focar nos acontecimentos que se deram nessa última organização, fundada em 1995. A união dos três sindicatos paulistas que irá formar o Sintrajud é um processo muito diferente do que levaria à formação do Sindjuse. O sindicato mais antigo foi formado por um grupo de pessoas que interagiam entre si, eram colegas de tribunal, tinham afinidades e atividades conjuntas. Passou por contingências históricas únicas que contaminaram as instituições onde se encontravam. Tinham projetos comuns e a constituição de 1988 serviu como um catalizador desses planos.

O Sintrajud é formado em outras circunstâncias. São três instituições que já existem e que são unificadas sob certa pressão da Federação. Para além de uma união por um ideal comum, existe um arranjo desconfortável de forças (como vimos no capítulo anterior), no qual cada instituição tem sua própria identidade e imaginamos que tenha sido necessário um esforço de desconstrução para a existência do novo sindicato.

Nessa conjuntura, o entrevistado está no sindicato com a situação financeira mais precária e com a menor base de apoio.

A nossa opinião é que tinha que unificar [os três sindicatos] por um detalhe material. A Justiça Eleitoral não conseguia arrecadar nem para um jornal. O nosso sindicato... é que aí é muito mais pra frente. No fim da história, o sindicato ia fechar as portas. O Sindicato da Justiça Eleitoral. Em 93... 94, eu acho, a gente fez uma assembleia num auditório porque ela tinha que ser sentada a assembleia. Porque a tese ali era a seguinte. Ou nós vamos... se ninguém se apresentar, nós vamos fechar as portas. [...] Eu lembro que, por exemplo, o Sintrajud herdou do Sindjuse uma dívida com a Previdência. [...] Você tinha talvez cento e poucas pessoas filiadas. Não mais que isso. Não mais que 150.

Apesar de estar no menor sindicato, no entanto, gozava de prestígio junto à federação, onde era da diretoria, e imaginamos que isso auxiliou em sua participação

no movimento de unificação. A essa altura, não contava mais com os companheiros do Sindjuse, que já haviam se afastado das atividades sindicais.

Em suas experiências anteriores, o entrevistado havia sido capaz de ocupar um lugar no grupo de poder ao se destacar do grupo de iguais (o ‘terceiro’ no grupo de música, o ‘quarto mosqueteiro’ no Sindjuse, o “presidente sem intenção” na federação). Na nova configuração, ele se mantém num lugar de destaque, mas por um processo diferente: vindo de dentro (pois se destaca no movimento que dá origem ao sindicato) mas separado, pois enquanto as novas organizações são dominadas pela atuação partidária (em especial da extrema esquerda), ele se mantém no lugar de independente.

Para se defender dessa posição conflitante, o entrevistado realizará um trabalho psíquico com o intuito de adiar seu projeto e seu ideal em prol da posição de destaque no grupo, como vimos acima, quando ele afirma que é preciso delegar o poder para a base. Ele fará uma “barganha” com o grupo, aceitando atuar em prol dos ganhos econômicos da categoria. Para conseguir justificar para si mesmo a luta salarial, ele assume o discurso socialista de que luta econômica nos sindicatos é o “primeiro passo” da revolução: “Marx, Engels e Lênin sempre enfatizaram a importância da *luta econômica* como ponto de partida para o despertar da consciência da classe operária e a necessidade de *transformá-la* em uma *luta política*” (Antunes, 1985, p. 40).

No entanto, o sindicalista afirmava acreditar que o sindicato poderia ir além da luta econômica e investe no sindicato uma idealização que vai além do papel preconizado pela ideologia socialista (em especial a trotskista), descrita assim por Antunes: “a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra suas causas” (Antunes, 1985, p. 41).

Mas há outras questões, além da salarial, que marcam sua posição separada da vanguarda do novo sindicato, que o entrevistado apresenta da seguinte forma:

Eu acho que a minha legitimidade [no novo sindicato], foi herança daqueles três [que formaram o Sindjuse]. Eu acho que a primeira coisa foi [me dispor a] fazer o que ninguém está a fim de fazer. Trabalho braçal. Então, por exemplo, eu me

disponibilizava. [...] Como eu não tinha um propósito pessoal, uma ambição pessoal, eu construí o meu propósito a partir do propósito coletivo.

Pode-se ver que ele se colocava à disposição da direção do sindicato, postergando aí também seus ideais. Além disso, sua posição de tentar fazer síntese de propostas e teses sindicais o coloca numa posição que ele denomina de *intermediária*:

Uma habilidade que eu tenho é conseguir fazer síntese. [...] A habilidade de conseguir ter duas ideias, não necessariamente antagônicas - ou antagônicas - e construir as pontes entre elas. A minha maior capacidade é essa. E por conta dessa capacidade, eu acabei fazendo uma - eu acho meio stalinista... - era difícil atacar as minhas posições. Que as minhas posições eram mediadas né? Então, o cara para atacar ele tinha que colar uma pecha de alguma coisa. Tinha que conseguir pensar um aspecto das minhas posições, e colocar pecha em cima. [...] Porque do contrário, eu sempre tinha a posição intermediária

Tal “habilidade de construir pontes para ideias antagônicas” serve como proteção ao próprio sujeito, pois ao não negar nenhuma ideia (ao tentar conciliar), tornava-se mais difícil atacá-lo. Tais estratégias (investir na luta econômica, disponibilizar-se para realizar tarefas e buscar a síntese das ideias) possibilitaram, em sua opinião, a sua permanência no novo arranjo sindical que se dá a partir de 1995.

Mas, à medida em que crescem os ganhos econômicos da classe, o arranjo psíquico que o entrevistado organizou para justificar sua atividade na luta salarial enfraquece. Podemos discutir, a partir do que expusemos da teoria das alianças de Kaës, que, psiquicamente, a dívida que a direção do sindicato acumula com ele se torna grande demais, ao desviá-lo do projeto que ele considera o essencial: um plano de carreira que garanta a democratização dos espaços de trabalho nos tribunais. Mas ele continua pois, no fundo, sua ligação com a diretoria é mediada por seu vínculo como representante da categoria. Ou seja, participar da diretoria significa, para ele, representar a classe. Sua identificação não é com o Eu Ideal da direção do sindicato, mas com seu próprio Ideal do Eu, que pretende tornar-se o Moisés de seu povo: intermediário entre a categoria e o Ideal Mítico.

O representante se torna tabu

O entrevistado estaria ocupando, supomos, uma função intermediária que permitiria a construção de um espaço *dentro & negado* no sindicato. Dentro, pois a atividade que ali acontece pertence às atribuições da entidade e é realizada em suas dependências. Ela é aprovada pelos membros. Ainda assim, é uma função rejeitada. O lugar que ocupa é, portanto, *negado*, pois seu significado para o grupo precisa ser expulso. Por tal razão, ninguém mais participa dela, apenas o ‘escolhido’. Essa é a impressão do próprio entrevistado, que afirma:

Não tinha ninguém para o papel. Quer dizer, não é que não tinha ninguém. Só tinha eu para o papel.

Pudemos perceber, no período em que assessoramos o sindicato, como se dava essa negação do papel, através de seu isolamento na elaboração do plano de carreira. Relembrando que fomos contratados para assessorar a elaboração de um plano de carreira, fizemos aproximadamente um ano de encontros semanais. Convidamos os demais diretores sindicais para participar do processo e diversas vezes insistimos para que o entrevistado trouxesse outras pessoas. Apenas uma vez tivemos a presença de outros sindicalistas durante os encontros⁹⁰. Ficou claro, para nós, que havia, por parte dos outros diretores, certo evitamento ao tema, acompanhado de um discurso de que a presença do entrevistado era suficiente e bastante para a evolução da proposta. O entrevista tem percepção semelhante:

Embora eu oferecesse para o pessoal a oportunidade de incidir nesse processo, eles não quiseram. [...] O que a categoria queria a gente já sabia. [...] Então o que precisava? A gente pegar o que a gente já sabe, da vontade da categoria, e agora traduzir, atualizar. Atualizar. Ver aquelas intenções numa proposta atualizada. Então foi isso. Agora as direções fizeram mesmo... era aquela coisa do dirigente que ele se basta. Então [diz]: “minha militância é outra coisa. Eu não vou me expor.” Eu acho que as direções simplesmente lavaram as mãos mesmo, “não vou me expor nessa [discussão de carreira]”. [...]. Eu achei que de fato... o lance da carta branca: “Vai lá, faz. Resolve”. E deram carta branca pra resolver.

A direção sindical tem a demanda de continuar obtendo mais ganhos financeiros para a categoria, por pelo menos duas razões concretas: 1) para agradar a categoria, de forma a continuar sendo eleita e 2) os aumentos de salários

⁹⁰ Devemos chamar a atenção de que esse fato não é independente do líder entrevistado. Também reforçamos que o objetivo do trabalho não era a realização de uma intervenção psicossociológica *stricto sensu* no sindicato.

significavam crescimento da receita do sindicato, já que a contribuição sindical é de 1% do salário dos sindicalizados (Sintrajud, 2006). O entrevistado afirma que o tema é um assunto técnico, que exige aprofundamento teórico em questões puramente administrativas, se abordada a partir de uma visão restrita e em sentido estrito. Por fim, é preciso também manter a discussão de carreira em pauta, já que a base continua reconhecendo essa questão como importante, o que é essencial para se manter o princípio de democracia pregado pelo discurso sindical estabelecido⁹¹.

Ao passar a ‘carta branca’ para o entrevistado, o grupo é capaz de afastar a contradição entre os ideais revolucionários e a luta econômica. Para que isso aconteça, o líder precisa ser investido narcisicamente. Tal investimento se dá através da dimensão de autoridade:

Eu me via um pouco obrigado, de certa forma, a ocupar papéis, não relevantes, de maior responsabilidade, por causa despreparo das pessoas. [...] Em um momento o apelo das pessoas em relação ao meu preparo foi muito forte. Eu me torno uma autoridade, digamos, em carreira, porque as pessoas estão me reconhecendo, porque, para mim, estudar é para eu saber. Mas só que chega uma hora que as pessoas percebem que porra, "esse cara tá falando uma coisa que eu não entendo"

Constitui-se, então, um pacto narcísico, onde o representante estará submetido, ao mesmo tempo, a restrições e benefícios. Ao encarnar a função negada e rejeitada, ele estará exposto ao isolamento e à responsabilidade de montar, sozinho, uma posição que agrada a todos. Mas, ao mesmo tempo, será visto como “superior” ao restante do grupo, por ser reconhecido como autoridade, único capaz de elaborar o projeto, o que garante uma transferência narcísica que alimentará seu Eu. O entrevistado, nessa ocasião, herda o lugar de tabu da luta salarial. Tentaremos sintetizar aqui a análise que fizemos da instância institucional no Sintrajud, que levaram à composição da luta salarial como tabu:

1) A luta sindical traz consigo contradições tanto de ordem política (o poder deve caber à organização partidária ou sindical?; defender a democracia ou ditadura do proletariado?) quanto de ordem intersubjetiva (onde reside o projeto comum, na cúpula sindical ou na categoria?; que tipo de ideal o grupo adotará?; como lidar com

⁹¹ Abordamos essa questão de maneira mais aprofundada no capítulo anterior.

a questão da luta salarial dentro do ideal socialista?; o que é considerado vitória na questão salarial?).

2) A escolha política do grupo que funda o sindicato é também um sistema cultural, simbólico e imaginário da organização (Enriquez, A organização em análise, 1997, pp. 33-37) e as contradições – em especial a contradição da luta salarial – ameaçam esse sistema.

3) A diversidade dentro do grupo (congrega diferentes áreas da justiça, sofre atuação de diferentes forças partidárias e políticas) dificulta uma solução adequada para o conflito. Nesse instante, o grupo expulsará a questão da discussão salarial.

4) A necessidade de manter a contradição dentro & negado do sistema leva a uma aliança inconsciente onde se constitui um isolamento do sujeito, que recebe uma ‘carta branca’ para atuar, possibilitando uma espécie de expulsão & continuidade da questão da luta salarial. O sujeito que recebe a carta branca torna-se, então, tabu.

Assim, temos uma questão que precisa estar dentro & negada no sindicato e um diretor que está em posição intermediária entre o poder e a massa, por seu posicionamento independente. Essas condições nos levam a sugerir que se estabelece uma aliança inconsciente dentro desse grupo, na qual o entrevistado assume o lugar de porta-palavra, porta-ideal e porta-sintoma:

Porta-palavra porque assume o papel de falar em nome do desejo da base e da categoria, em nome de um princípio democrático que exige subordinar o sindicato aos seus representados.

Porta-ideal ao manter o fantasma da democracia vivo na estrutura autoritária da extrema esquerda.

Porta-sintoma, pois concentra em si a angústia de responder aos anseios da base, expulsando a contradição entre democracia (ser irmão mais velho) e autoritarismo (ser pai tirano), sem, no entanto, deixar que esses componentes desapareçam.

Esse arranjo se estenderá por quase 15 anos (da criação do sindicato unificado até o projeto do PCS IV), quando a relação se torna insuportável.

Conflito de ideais

O entrevistado por vezes mostra que a questão democrática o leva a certa frustração. Por um lado, por considerar que o sindicato não a coloca como prioridade; por outro, porque a própria categoria não a busca. Ele exemplifica como isso já acontecia desde a criação dos jornais como instrumento de comunicação com a categoria:

Por exemplo, o jornal democrático. Não vai ser democrático, porque eu não sou democrático. Eu não quero... A democracia é [apenas] um instrumento. Não é uma prioridade, não é prioridade ser democrático. Aí, não existe comunicação, não existe nem mesmo - para você ver, é um defeito grave - que nem mesmo compromisso de uma mão dupla. De achar que eu tenho que ter espaço para ouvir o que categoria tem para dizer. Eu tenho que criar meios, mesmo que ela não queira falar. Faz pesquisa... "Ah não, eu chamo a assembleia, ninguém fala. Eu abro espaço no jornal, ninguém escreve..." A obrigação é sua! Não é que o espaço está dado e "ah, as pessoas não vem porque não querem". Por um tempo isso até me incomoda, tem hora que você vai me ouvir, ao longo da minha história, reclamar da categoria nesse sentido. Pô, tem um espaço para a pessoa escrever, ela não escreve! Tudo bem, isso é um dado da realidade, ok... Agora, há um outro lado que é o seguinte, você, a direção do sindicato, ela tem que entender que ouvir a categoria é parte do processo de construção da consciência de classe. Então, eu tenho que conseguir ouvir a categoria mesmo que ela não queira falar.

É possível perceber que o entrevistado construiu um modelo ideal do que seria a atuação sindical. Pode-se resumir alguns valores desse modelo: 1) a questão de subordinar o sindicato ao bem-estar da classe; 2) a democratização dos ambientes de trabalho; 3) o desejo de fazer surgir uma consciência de classe através da formação sindical⁹² e 4) a substituição do plano de cargos e salários por um plano de carreira (que possibilite os três pontos anteriores).

Para o entrevistado, há um choque de ideais ao final do PCS III: a conquista do piso salarial do DIEESE faz com que o entrevistado acredite que a questão econômica foi "vencida" e que podem agora se concentrar num plano de carreira que superasse

⁹² Esses valores foram discutidos no capítulo anterior.

a proposta puramente salarial. Ele quer cobrar a contrapartida prometida a ele pela direção do sindicato.

No entanto, a direção sindical ainda acredita que é necessário continuar lutando por cargos e salários. O entrevistado reflete a esse respeito, sobre a relação entre os partidos de extrema esquerda e a questão salarial:

Porque como o interesse [do partido] é preservar o poder, é natural você procurar o caminho mais curto né? E o caminho mais curto é dialogar com as majorias. E a maioria quer grana⁹³.

Neste momento, dá-se uma ruptura. Se a aliança é constituída por uma dádiva, uma dívida e uma contrapartida (Kaës, 2009a, pp. 25-26), a dívida é percebida, a partir daí, como insolvente. Restará à ele a opção da traição: “a traição é a quebra da confiança e da fé que a aliança requer para se estabelecer” (p. 27). O entrevistado não se dispõe mais a participar do pacto narcísico e a permanecer no lugar de tabu e de adiamento da satisfação do Ideal do Eu. Kaës descreve esse momento de traição:

A traição é uma das maneiras de sair de um endividamento psíquico que se tornou insolvente, mas é também um movimento de ruptura do vínculo estabelecido para buscar algures a realização de um desejo. A traição testemunha a existência de um vínculo – de um vínculo íntimo onde o traidor retira seu investimento por medo de perdê-lo ou porque quer destruí-lo [...]. Mas a traição comporta esse paradoxo de manter o vínculo na ruptura inacabada da aliança. (Kaës, 2009a, p. 28)

A traição é, ainda, “a figura da dificuldade da separação” (Kaës, 2009a, p. 28). Há pelo menos duas razões para a ruptura ser difícil para o entrevistado: 1) Ele acredita, narcisicamente, que pode se tornar o “irmão mais velho” da categoria e que é sua responsabilidade protegê-la e lutar por ela e 2) seu processo de construção identitária, desde 1989, é fortemente marcado pela atuação como representação sindical, que constituiu sua atividade profissional.

⁹³ É interessante a noção de que as massas querem ganhos financeiros.

Percebe-se que o capitalismo instala antes um modo de vida do que um modo de produção. A relação entre interesse e capacidade é transferida, pelo individualismo e pelo consumismo, para a esfera privada. Remeter à esfera privada o reconhecimento de interesses e capacidades encobre desigualdades e opressões. Os efeitos desse deslocamento fazem com que todas as questões a serem discutidas no âmbito do Estado passem a ser referidas somente à esfera privada. Dessa forma, os verdadeiros problemas se tornam invisíveis e as soluções apresentadas são enganosas. (Fernandes, Negatividade e vínculo: mestiçagem como ideologia, 2005, p. 38).

A traição aparecerá na formulação do projeto do PCS IV. Ele se utilizará de sua “carta branca” para seguir suas convicções e seus ideais, sem compartilhá-los com os outros dirigentes do sindicato. Se há indícios, por um lado, de que esses dirigentes não quiseram se envolver, por outro, o entrevistado admite que constrangia as pessoas. Ele dá o seguinte depoimento sobre o assunto:

No fim das contas, eu acho que eu constrangia as pessoas. Olha lá que foda. [...] Você tem uma formulação teórica que as pessoas não entendem e discordam. Aquela coisa: “Eu não sei o que é, mas eu não estou gostando”. E aí o que acontece? Eu respondia. Então as pessoas ficavam fragilizadas. Não adianta discutir comigo que eu tenho fundamentação. Então isso era um aspecto. Agora eu tenho impressão que, algumas das pessoas, eu sei que não participavam para poder ficar livres para criticar. Isso foi uma coisa que depois eu percebi claramente. Pessoas que não se envolveram para poder não estar comprometidas.

Para Kaës, a traição “é também uma das figuras de mudança no pertencimento a um conjunto no momento em que um sujeito deseja se tornar autônomo” (p. 28)

Os acontecimentos até aqui podem ser assim sumarizados:

- 1) O isolamento do entrevistado: Como expomos acima, o entrevistado vinha se isolando dos outros membros da direção sindical a partir da posição de independente.
- 2) A quebra do vínculo: Ao deixar de compartilhar o ideal com o grupo que compõe o sindicato e ao ver a dívida psíquica tornando-se insolvente, o vínculo grupal estabelecido entre ele e o grupo parece passar por uma ruptura.
- 3) O fortalecimento narcísico: ao passar pela ruptura com o grupo, o entrevistado sente uma espécie de engrandecimento. Ele passa a acreditar que não precisa mais do aval do grupo sindical. Acredita que seu saber técnico lhe dá condições de afastar os outros da discussão, para ter a liberdade de propor algo que não necessita da aprovação da diretoria. Ele diz:

Agora, [no Plano de Carreira de 2009] eu estava sendo legitimado pela base. Pela história. Tanto é assim que as pessoas tiveram que pegar nuns dois pontos só da proposta. O resto era inatacável. Por quê? Porque a construção foi mesmo uma construção histórica. Foi acumulando ponto a ponto. E a gente teve uma habilidade que foi o seguinte: Nas propostas que eram novidades a gente embutiu elas dentro do espírito que já estava dado. [...] O isolamento que havia não era aí. Porque aí existia uma legitimidade da autoridade, digamos assim.

- 4) A tentativa de golpe: nesse momento, o entrevistado acredita ser autoridade incontestada em relação à questão de carreira, como é possível perceber nos seguintes depoimentos:

Na verdade o problema foi de credencial mesmo. Não havia ninguém em condição de... Todo mundo, quer dizer, a maioria das pessoas tinha noção de que era tema difícil. Um tema árido. E a maioria das pessoas tinha noção que era preciso ter assessoria. E aí que está o problema. Ninguém conseguia conversar com as assessorias.

O lance das pessoas subestimarem a questão da autoridade [ao não aceitarem a proposta de plano de carreira] me machucou profundamente, porque a carreira é um termo que eu estudo há 20 anos...

Torna-se onipotente, ao acreditar que seus ideais são superiores aos do grupo e que tem plena liberdade de ação, sem ter que passar pelo crivo dos outros. Aproveita-se, para isso, de sua carta branca e busca afastar outras pessoas da discussão.

- 5) A reação ao golpe: A direção do sindicato paulista só percebe que a proposta do entrevistado diverge de seus ideais quando a proposta já havia sido encaminhada à federação. Ele explica como o fato se deu:

Em relação ao Conselho de Gestão e à avaliação de desempenho o debate já surge aqui [em São Paulo]. Daqui que se expande [para a Federação]. [A proposta de] Brasília tinha avaliação de desempenho. [A da] Bahia tinha avaliação de desempenho. São Paulo que diverge. Sendo que [a proposta] de São Paulo tinha avaliação de desempenho. Estava escrito lá. Só que as pessoas não leram. Não se deram ao trabalho de ler. E era uma coisa que estava aí há três anos. Então as pessoas não leram. Mal da esquerda. Não liam as coisas. Estava aí há três anos. Ninguém nunca tinha prestado atenção. Aí para preparar para o evento nacional as pessoas leram e se assustaram.

Crise e ruptura

Instala-se, então, uma crise entre o entrevistado e o sindicato. Se, por parte do entrevistado, o vínculo com o grupo já havia se enfraquecido no final do PCS III, da parte do grupo a proposta de plano de carreira configura uma crise do entrevistado em relação aos processos intersubjetivos estabelecidos. Crise, já que “aparece como

ruptura na ordem das coisas” (Kaës, 2004, p. 23)⁹⁴. Kaës identifica três dimensões principais da experiência de crise: 1) a união-separação; 2) a continuidade-descontinuidade e 3) a articulação continente-conteúdo. “A experiência da ruptura supõe que a ruptura pode ser vivida e elaborada como cessão do estado de união, fim da continuidade e perda da capacidade [criativa]” (p. 24).

Em relação à união-separação, o entrevistado não consegue sair do grupo e não compartilha mais do pacto narcísico realizado, o que o leva à traição.

Em relação à continuidade-descontinuidade, o entrevistado, através da traição, leva o grupo a acreditar numa continuidade mas, quando solicitado a reduzir seu projeto para cargos e salários, não aceita, instalando um mal-estar dentro do grupo.

Em relação ao continente-conteúdo, a ruptura escancara a farsa em relação ao plano de cargos e salários, expondo a luta econômica evitada, o que questionará a instituição e a organização sindical.

A ruptura obriga a direção sindical a se levantar em prol de aspectos que vinha tentando ocultar: a luta por melhorias econômicas e falta de prioridade na democratização do local de trabalho. Tais aspectos objetivos mascaram a ruptura maior: a do Ideal. Torna, assim, a presença do entrevistado inviável para o grupo (forçando uma descontinuidade). Não é mais possível mantê-lo como intermediário, pois a vivência de ruptura barrará o “espaço *entre-deux*, entre o eu e o não-eu, entre o dentro [...] e o fora” (p. 28).

Nesse momento de crise, o entrevistado perde seu lugar como porta-palavra.

E me deram carta banca pra resolver [o projeto de plano de carreiras]. Mas quando perceberam o que era retiraram as prerrogativas.

Na percepção do entrevistado, começa um processo de deslegitimação:

Quando isso acontece, e isso eu avalio hoje, na época eu não tinha condição de avaliar. Eu não tomava como ataque pessoal, mas havia em algum grau um ataque pessoal. Eu fui atacado pessoalmente, inclusive. Mas a sensação que eu tive nesse período, por parte da vanguarda e não por parte da base, foi um processo de

⁹⁴ Tradução nossa.

deslegitimação política. Antes eu não conseguia entender muito bem. Eu atribuía somente a questão... com o fato de eu não ser organizado, de eu ser independente radical. Com o fato de ser um formulador solitário, que pouca gente tinha, no meio sindical, a mesmo a capacidade e mesmo bagagem, mas hoje eu já percebo isso, que foi de fato um processo de deslegitimação.

A continuidade é impossível para o entrevistado, que retira-se da discussão de carreira.

E aí, o que acontece? Eu fiquei desgostoso e, tão logo se delineou o rebaixamento da reivindicação [retornando à discussão de um plano de cargos e salários], eu achei que não tinha mais nada para fazer. [...] Mas eu me lembro que na época me deu uma coisa meio infantil: bom, já que vocês não querem, virem-se. Isso ficou claro para mim, hoje: minha resposta foi meio imatura. Mas não foi uma coisa... eu não costumo ser condescendente comigo, mas nesse caso eu sou. Eu tive algumas boas razões... Meio que eu falei assim: então eu não brinco mais.

Ele, então, afastou-se da direção sindical e retornou para o tribunal. Nesse momento, a crise já atingia sua saúde mental:

Bom, aí o que acontecem, eu penduro as chuteiras [do Sindicato]. E talvez eu devesse ter escrito, eu fiquei sem escrever um texto, na época, de despedida. Não fiz porque eu já estava com uma depressão instalada. [...] Me abalou, hoje eu sei, me abalou muito o aspecto da criatividade. Agora, três anos depois, é que eu estou conseguindo recompor um pouco. Eu já tenho problema de autocrítica muito severa e minha autoestima, eu acho que foi destruída.

A partir daí, começou a sofrer perseguição política dentro do setor onde foi alocado.

Então, isso foi, emocionalmente falando, o estopim do mal-estar, porque até então havia a traição [da vanguarda sindical] e eu ia ter que aprender a lidar com ela. Aí, veio a segunda traição institucional: a perseguição política.

Alguns meses após esses fatos, sofreu um enfarto (que já descrevemos, acima). Passou por cateterismo e duas angioplastias e ficou hospitalizado por cerca de duas semanas. Voltou então à sua função no tribunal e começou a faculdade de música. Terminava o ciclo de atuação sindical. Quando questionamos, no final da última entrevista, o que deveríamos ter perguntado e não perguntamos, ele responde, encerrando sua fala:

Você podia ter perguntado se valeu a pena. Aí eu diria que valeu. [...] A resposta melhor é “confesso que vivi”, essas coisas assim do Neruda. [...] Eu fui onde eu quis ir. Não me arrependo. E tenho impressão que se eu apostasse em ser mais do que fui eu acho que deixaria de ser o mesmo. Teria que compactuar mais. Teria que fazer concessões pessoais. Não para a categoria. A categoria adoraria. Porque modéstia às

favas, eu represento mesmo. Eu não estou ali para mise-en-scène. Não fui dirigente só para me satisfazer. Mas eu acho que eu fui até onde o preço era suportável. Acho que se eu fosse acima, teria custado muito mais que a minha saúde. Teria custado a dignidade. E aí nisso... Então por isso que eu digo: Eu acho que valeu muito. Acho que valeu. Até para ter percebido o meu limite em relação ao poder. Eu costumava dizer, quando era mais novo, que o poder absoluto corrompe absolutamente. [...] A corrupção do poder é diretamente proporcional ao tamanho do poder. Então quanto mais você pode, mais você corre riscos. E aí não é medo de correr risco. É saber que a partir de um momento, o poder implica em você abrir mão de convicções, de princípios. Não gosto muito de falar, mas no fundo é isso. Eu acho que eu fui até onde os meus princípios permitiram. Se eu fosse mais ia me custar caro. Quer dizer, ia ser mais de uma semana de UTI. Talvez eu não me reconhecesse mais. Então eu acho que eu encerrei bem o ciclo. Custou um pouco caro, mas acho que valeu à pena. Eu não faria de novo desse jeito. Talvez não fizesse de novo, que de outro jeito não ia dar muito certo. Acho que é isso.

CAPÍTULO IV. Considerações finais

Se pudermos sintetizar nossos esforços para estudarmos os fenômenos aqui apresentados, descreveríamos 3 passos: 1) análise teórica, onde revisamos os autores que considerávamos para a abordagem que pretendíamos; 2) análise contextual, onde, utilizando algumas das instâncias propostas por Eugène Enriquez, buscamos mostrar o contexto das organizações em que estava inserido o sujeito de pesquisa, através, principalmente, de pesquisa bibliográfica e documental; 3) análise das entrevistas, onde, a partir do método de entrevista de história de vida e tendo como pano de fundo os conceitos de Kaës levantados no primeiro passo e o contexto discutido no segundo, refletimos sobre o papel do sujeito que busca o lugar de representante. No presente capítulo, tentaremos discutir nossas principais hipóteses em cada um desses passos.

Na presente pesquisa, partimos de uma hipótese teórica: O sistema representativo faria parte do conteúdo das alianças que constituem os vínculos do sindicato estudado. Esse sistema teria a função de suportar duas diferentes tensões: o desejo de não ser dominado por um tirano e a ansiedade advinda da necessidade de convivência. É, portanto, uma tentativa de organização que busca solucionar o que Freud denominou da luta da humanidade para encontrar o equilíbrio entre as exigências individuais e as reivindicações culturais.

Assim, por um lado, o sistema representativo afasta a ameaça do representante se tornar um líder tirano, através dos processos de eleição e da legislação que permite sua derrubada pelos membros desse grupo.

Por outro lado, o representante é investido narcisicamente o suficiente para cumprir sua função psíquica para o grupo: comandar, encarregar, apoiar, conter, transportar conteúdos, representar e delegar relações. Dessa forma, os membros do grupo expulsam os conflitos para fora de si e colocam sua possibilidade de resolução no representante. O representante é, portanto, o intermediário que liga os elementos do grupo (pois são representados pela mesma pessoa), estabelece a continuidade entre os membros e o poder e reduz os conflitos gerados pela convivência.

O representante, ao ocupar tal papel, permitiria a expulsão do sofrimento causado pela contraposição entre a onipotência individual e a vontade de seu grupo. Ele encarnaria o conflito entre as pulsões do Eu narcísico e as dirigidas ao objeto. É, portanto, um representante do trabalho da cultura, que está a serviço da reunião dos seres humanos ao mesmo tempo em que lida com a hostilidade de cada um deles.

Para ocupar tal lugar, o representante é, ao mesmo tempo, submetido ao grupo (pela instituição e organização democrática) e investido de poder para que possa negociar os conflitos resultantes, por um lado, dos desejos de cada membro do grupo e, por outro, do Eu Ideal do grupo em relação ao seu exterior.

Em relação ao representante, há um trabalho psíquico para o posicionamento na aliança, que exige um deslocamento do seu Ideal do Eu para o ideal do grupo. Esta é a dívida que ele colhe para ser representante do grupo: lidar com o desejo do grupo e colocá-lo acima de seu próprio desejo, sabendo que dele será cobrada perfeição e dedicação, deverá suportar a tensão de ser representante, de não poder errar, sob pena de ser colocado na posição de tirano e ser “devorado”.

Como contrapartida, o representante receberá um investimento narcísico: se tornará o objeto de amor do grupo. É nesse sentido que ele se aproxima do que Freud denominou de *tabu dos soberanos*: amado, por um lado, oprimido, por outro.

O intuito da presente pesquisa foi, partindo da hipótese acima, refletir sobre o lugar do representante e ter pistas de seu sofrimento psíquico. Para tanto, veremos algumas observações retiradas da pesquisa. Antes disso, gostaríamos de apresentar uma pequena síntese sobre uma reflexão à qual a pesquisa nos levou, a respeito das relações entre o Eu e os Ideais.

Eu onipotente, Ideal do Eu, ideal do grupo e Eu Ideal

Numa leitura psicanalítica, em um certo momento precoce da vida, os bebês parecem acreditar que são o centro de seu mundo, lugar que, possivelmente, lhe foi atribuído pelos pais. Nesse primeiro momento, seu investimento narcísico está no Eu e o outro é visto como objeto de satisfação e de realização dos desejos. Tal Eu onipotente é, marcadamente, a posição do Pai déspota com sua necessidade de

manter o outro em um vínculo tirânico. O desejo de retornar a esse primeiro estado narcísico está presente em todas as pessoas e, portanto, na base da guerra de todos contra todos proposta por Hobbes e retomada por Freud.

Para sair da armadilha narcísica da onipotência, é necessário que o sujeito desvie esse investimento sobre o Eu para o objeto e construa uma identificação com o outro, que Freud denominou pela instância do Ideal do Eu. O investimento no Ideal do Eu permitiria, então, um vínculo onde o outro também é visto como sujeito, possibilitando, então, que outros arranjos sejam estabelecidos, além do vínculo tirânico onipotente. Paradoxalmente, um grupo em estado a-subjetal poderá colocar um líder onipotente no lugar de Ideal do Eu de cada um de seus membros, permitindo o retorno do vínculo tirânico.

Se o Ideal do Eu é uma instância intrapsíquica, o grupo, por outro lado, através da formação de alianças inconscientes, da identificação de seus membros com mitos, ilusões e crenças comuns e da submissão conjunta a instituições e ideologias, poderá construir ideais partilhados que constituirão a amálgama de suas necessidades e vontades comuns. Pode-se falar, portanto, de um ideal do grupo ou da massa, que levaria o indivíduo a, quando inserido nesse vínculo, agir segundo valores e instituições que não são suas. Tais ideais seriam responsáveis pela identificação fraterna entre os membros do grupo (ou seja, a percepção de que todos são iguais, “irmãos”) e constituiriam o Projeto Comum do grupo.

Se o Ideal do Eu permite ver o outro como sujeito, o desejo de onipotência pode, por outro lado, permanecer no grupo e tornar-se um dos conteúdos das alianças que ele fará, compondo um Eu Ideal que receberá os investimentos narcísicos de cada um, herança de seu eu precoce, onipotente. Tal Eu Ideal criará a ilusão de que o grupo é indestrutível. O projeto comum, nesse caso, está revestido de um caráter narcísico que não permite as diferenças: todos os membros precisam ser iguais para a manutenção da ilusão de onipotência. O exterior ao grupo, nesse caso, será percebido como objeto à disposição da realização do ideal do grupo ou como inimigo a ser combatido.

A partir dessas noções, pudemos pensar nos conceitos de líder e representante.

Líder e representante

No presente trabalho, fizemos uma divisão didática que diferencia o líder e o representante. Tal diferenciação não é encontrada nos autores estudados, mas compreendemos que esse seria um exercício de teorização válido para auxiliar na delimitação dos fenômenos que buscávamos observar.

Para o presente trabalho, utilizamos a hipótese do líder como o sujeito (ou subgrupo) que, através da sedução ou da violência, ocupa o lugar de Ideal de Eu do grupo em um vínculo tirânico. Nessa posição, ele buscaria submeter os ideais do grupo ao seu próprio projeto. Ele criará com o grupo o que Ciccone chamou de “vínculo ao objeto de natureza tirânica” (Ciccone, 2012, p. 12)⁹⁵.

O representante, por outro lado, ocupa um lugar de intermediário entre o poder e o grupo, colocando-se não como Ideal do Eu, mas como potencial para realização do projeto comum. Nesse lugar, o representante postergará a satisfação de seu próprio Ideal do Eu, encontrando satisfação narcísica na contrapartida dada pelo grupo: o investimento narcísico do grupo sobre ele e a transferência de poder. No entanto, estará também exposto a restrições e sofrimentos específicos, necessários para caracterizar sua posição de tabu no grupo.

Essas duas posições – líder e representante - possuem, certamente, semelhanças. Em primeiro lugar, tanto o representante quanto o líder ocupam um lugar diferenciado no grupo. Eles fazem parte do grupo numa posição diferente da identificação entre os membros que, como postula Enriquez, tende a fazer desaparecer as diferenças. Esses lugares estão destacados. Não estão sujeitos às mesmas leis nem às mesmas punições.

Além disso, essas duas posições só são possíveis se legitimadas pelo grupo. O líder buscará seduzi-lo ou aterrorizá-lo para legitimar seu poder, numa relação que sempre é de dominação. O representante, por sua vez, necessita do amor do grupo e, por isso, submeterá seu Ideal de Eu aos ideais do grupo. Lembrando Enriquez,

⁹⁵ Apesar do que, não nos preocuparemos, aqui, com a análise das causas que levam uma criança a construir um vínculo tirânico, questão central do artigo de A. Ciccone.

poderíamos pensar que o líder busca um poder-pulsão de morte (que leva a um vínculo tirânico), enquanto que o representante visa um poder-limite (que permite ver o outro como sujeito).

O processo de dominação presente no vínculo tirânico exigiria que o grupo transferisse o poder ao líder. Já o representante tem uma “falsa carta branca”, como percebe nosso entrevistado. Seu poder se restringe à condição de tabu, podendo ser retomado a qualquer instante, sem que, para isso, seja necessária uma revolução.

O grupo precisará abrir mão de seus ideais para abraçar os do líder, o que é possibilitado pelo processo de enamoramento que se dá entre o líder e seus liderados, que o colocaram no lugar de Ideal do Eu.

O processo é inverso em relação ao representante. De certa forma, é ele que está enamorado pelo grupo e abrirá mão de seu Ideal do Eu para encarnar os do grupo. Se o grupo tiver desejos de onipotência (como o caso dos grupos minoritários de Enriquez), o representante buscará essa onipotência para o grupo, mas não investirá nos ideais pessoais nem em seu próprio desejo de onipotência.

Parece-nos que, enquanto entre o líder e o grupo aparece apenas a modalidade do vínculo tirânico, o representante tem o papel de mediador e filtro entre o grupo ou a massa de irmãos e os lugares de poder: ele está entre os dois papéis e não pertence a nenhum dos dois. O que significa que estamos tratando de um vínculo que une três lugares: a massa, o representante e o poder. De acordo com o que apresentamos até aqui, o representante poderia ser pensado dentro da ideia de intermediário exposta por Kaës.

O representante como formação intermediária

Retomemos a definição de Kaës: O intermediário 1) liga diversos elementos, a partir de seus traços comuns, por contiguidade ou por semelhança; 2) estabelece (ou reestabelece) uma continuidade entre elementos separados e 3) reduz as oposições entre os elementos em conflito ou em tensão.

Nossa hipótese é que o representante terá como principal função a de reduzir a tensão da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que mantém afastada a luta pela onipotência. Nesse lugar, ele mantém unido o tecido social em torno do mito da democracia, onde direitos pessoais estão garantidos, assim como os direitos públicos (mesmo que no campo da ilusão e crença), através da instituição da Justiça.

Como colocamos acima, ele estará investido narcisicamente pelo grupo para exercer essa função psíquica fórica, podendo ocupar diferentes papéis:

Como porta-palavra, seria responsável por manter a aparência de que o grupo será ouvido.

Como porta-ideais, lutaria pelos direitos e se exporia aos riscos das negociações, mantendo esse risco afastado do irmão.

Como tabu, manterá negado o desejo de onipotência.

No entanto, se for necessário para o grupo, poderá também ser utilizado como bode expiatório, servindo como alvo para o ódio⁹⁶.

A hipótese teórica apresentada acima foi usada como instância de análise para os dados coletados, tanto contextuais quanto nas entrevistas. Seguiremos apresentando, agora, aquilo que consideramos relevante na análise contextual.

A. Sobre o contexto

Buscamos fazer, no capítulo 3, uma análise da história sindical das organizações do qual o entrevistado participou. Nosso maior interesse era perceber como essa história foi atravessada pelo mito da democracia representativa. Essa análise acabou se mostrando essencial para entendermos melhor o lugar do representante e seu vínculo nessas organizações, das quais gostaríamos de chamar a atenção para três hipóteses, já descritas naquele capítulo: 1) as organizações

⁹⁶ Seria, nesse caso, o ódio que dirigimos ao síndico, ao representante de classe, ao político...

sindicais estudadas parecem ser movimentos instituídos; 2) o representante está inserido em diversos vínculos e 3) a luta pelo plano de carreira se tornou um ritual.

Movimento instituído

Os sindicatos estudados foram criados a partir da promulgação da constituição de 1988, o que dá a eles um certo caráter de instituição: se existia, anteriormente, algum movimento de luta ou alguma organização política de caráter sindical, a partir desse momento que o Estado dará permissão formal de sua existência, legalizando esses movimentos nas organizações sindicais. Nesse sentido, eles aparece mais como reprodutora de uma lógica já instituída do que num formato revolucionário. Acreditamos que a atuação de outros sindicatos possa ter sido resultante de um movimento instituinte e legitimamente revolucionário, mas, para o entrevistado, não parece o caso dos movimentos trabalhistas do judiciário federal.

No capítulo 4, buscamos mostrar que, para o entrevistado, pesa ao sindicato a atuação dos partidos políticos de extrema esquerda. Ao seu ver, são reacionários e reprodutores do *status quo*. A atuação desses partidos aposta no acúmulo de poder pelos mesmos. Sua atuação busca promover medidas que visam ao “quanto pior melhor”, ao mesmo tempo em que conseguem benefícios econômicos e políticos. Ele acredita que tais práticas não seriam efetivas para o aumento de consciência de classe, nem para a mudança da lógica capitalista vigente. Para ele, os partidos de extrema esquerda buscam, também, eliminar a diversidade no sindicato, tentando controlar as ações de seus membros ou expulsar ou tomar a voz daqueles que pensam diferente ou não compartilham do mesmo projeto. Nesse sentido, o grupo se aproxima daquilo que Enriquez chama de “massa”, como exposto no capítulo 2. Fica especialmente evidenciado, no discurso do entrevistado, o abandono da identidade pessoal (através das decisões bloqueadas e da permanente consulta ao partido para se tomar decisões) e a expulsão das diferenças (representadas através daqueles que o entrevistado chama de independentes).

Também buscamos ressaltar, no capítulo 3, que, como instituição cujo modelo foi transmitido através da história, o sindicato tende a agrupar determinados grupos de pessoas que acreditam ter ideais comuns, em geral, ligados a uma visão política

de esquerda. No entanto, como lembra Barus-Michel, cada uma delas distorcerá a instituição em seu proveito, manipulando-a para obtenção de determinada forma de poder. Essa visão múltipla do projeto sindical parece ter levado, nas organizações estudadas, a subgrupos internos.

A descrição que o entrevistado faz dos grupos partidários de esquerda, dentro do sindicato, nos fez levantar a hipótese de um grupo investido em seu Eu Ideal onipotente. No entanto, é difícil afirmar que não exista um projeto de sociedade por trás dele, onde a justiça e a igualdade sejam buscadas. A onipotência está em acreditar que deve prevalecer *o projeto de justiça e igualdade como pensado pelo grupo*, que acredita que ocupará o Estado. É a “ditadura do proletariado”, mas com o grupo sempre como detentor do poder, como afirma o entrevistado.

Por outro lado, expusemos a hipótese de que o contexto histórico marcou a criação dos sindicatos estudados como defensores da democracia, o que aparece nos estatutos, nos jornais, no discurso. Não podemos afirmar se o modelo ditatorial da extrema esquerda ganha feições de não-dito (no sentido proposto por Enriquez), nessas organizações, ou se há uma manipulação consciente do discurso, de forma a garantir o apoio da categoria ao sindicato. O que nos parece mais explícito é que esse conflito dividirá a vanguarda.

De qualquer forma, tal contradição (ser democrático & ser socialista) se faz notar em dois lugares: na relação dos membros da vanguarda entre si e na desse grupo com os outros grupos dos quais faz parte, como a direção, a base, a categoria. Exploraremos esse tema no próximo tópico. Antes de abordá-lo, no entanto, gostaríamos de refletir sobre o significado da luta pelo plano de carreira dentro desse contexto.

Segundo o entrevistado, desde 1989, a carreira foi colocada como prioridade, pela base. A fundação da federação, em 1992, marcou o começo de um processo de construção de projetos de plano de carreira que, no entanto, são sempre descartados na hora das negociações.

Nossa hipótese é que há um conjunto de forças contraditórias que incidem sobre tal fenômeno, conforme nos expõe o entrevistado:

A *base* coloca a questão da carreira como prioridade, vista como um projeto que vai além do plano de cargos e salários (que tem um sentido simplesmente financeiro).

A *categoria* exige aumentos de salário, por sua visão mais imediatista.

A *diretoria* (e a *vanguarda*), de modo geral, apoia o plano de carreira, mas apenas no discurso. Seu interesse (segundo o entrevistado), influenciado pela visão dos *partidos de esquerda*, é que a luta sindical seja apenas econômica, com vistas a fortalecer os partidos.

O próprio *entrevistado* faz um grande investimento no plano de carreira, onde projeta seu Ideal de Eu e tenta sintetizar os ideais da categoria.

No embate dessas exigências, a diretoria, em geral, tem a palavra final, postergando, a cada novo plano, a questão da carreira (e, conjuntamente, a satisfação do Ideal de Eu do entrevistado). O processo parece tornar-se um ritual repetido continuamente: o plano de carreira é discutido, de forma a agradar a base, criando a crença de que a direção lhe dá voz; o entrevistado investe pesadamente sua força de trabalho e energia psíquica criando modelos e sínteses de propostas mas, no final, a diretoria veta a discussão da carreira, de acordo com seus interesses (cargos e salários). Como os três planos de cargos e salários levam a aumentos nos vencimentos da categoria, ela se sente atendida.

Este ritual se institucionaliza. É parte das estratégias que mantêm os processos de poder e sedução utilizados na direção sindical. Faz parte da pulsão de morte que atua sobre o movimento sindical estudado. O entrevistado fica enredado nessa compulsão à repetição onde encontra, ao mesmo tempo, um sofrimento e uma satisfação do desejo – pois é aí que será reconhecido como autoridade.

Um vínculo de dupla mão e indissociável: direção e categoria

Ao realizarmos as entrevistas, um outro componente se destacou: na situação estudada, a categoria não elege apenas um representante, mas um grupo de representantes. No caso dos sindicatos estudados, há a formação de uma chapa que

congrega diversos elementos, inscrevendo cada um dos representantes numa trama indissociável de vínculos: entre si como direção e vanguarda, com a base, com a categoria. Cada um dos representantes – incluindo nosso entrevistado - está, dessa forma, na interseção de múltiplos projetos.

Estar nessa trama de modalidades de vinculação, dessa forma, pode levar a conflitos entre os projetos e ideais de cada subgrupo. O sindicato, como instituição, já carrega certos projetos e ideais em si. No entanto, a direção do sindicato não necessariamente compartilha a mesma visão dessa instituição. Sindicalistas com diferentes influências políticas (por exemplo, socialistas leninistas e trotskistas, socialdemocratas etc.) e partidárias, além de desejos e projetos pessoais, vão compor as chapas.

As entrevistas nos levam a perceber três diferentes exigências, advindas desses vínculos, que o entrevistado percebe e com as quais precisa lidar:

1) As exigências *vindas* da categoria, pouco politizada e imediatista, com demandas de benefícios materiais e proteção;

2) As exigências percebidas pelo entrevistado como “exteriores”, ligadas a projetos partidárias e pessoais, que buscam utilizar a força da categoria para cumprir objetivos que não são de seu interesse;

3) As exigências *para* a categoria (ideais), que buscam a formação política da categoria, democratização dos ambientes de trabalho e a melhoria da sociedade através de sua atuação.

O entrevistado precisa negociar com essas três exigências para continuar sendo parte dos subgrupos envolvidos, o que é possibilitado por sua história de conciliador. Em nossa percepção, o entrevistado, ao se posicionar como mediador entre as vontades da base e os ideais da direção ou da vanguarda, atua como intermediário entre essas duas descontinuidades.

B. Sobre as entrevistas

O entrevistado em muito contribuiu para a nossa percepção de que representante e líder são lugares psíquicos diferentes dentro de um grupo. Pode-se, até, questionar sua posição de líder, papel que ele mesmo renegou por diversas vezes. Se existe, nele, um desejo de justiça social e moral, que prega a igualdade, o “esclarecimento” da massa através do aumento de conscientização, este desejo aparece em conflito com o ouvir e o dar voz à massa. Se ele tem desejos tirânicos (e provavelmente os tem), tais desejos parecem controlados pelo Ideal do Eu.

A entrevista pôde nos auxiliar a refletir sobre as alianças que parecem ter se constituído no grupo e como elas levam a um endividamento psíquico entre o Ideal de Eu do sujeito e o ideal do grupo. É possível pensar sobre como o adiamento da satisfação desse Ideal de Eu levou o entrevistado à sensação de insolvência dessa dívida e o motivou a trair a vanguarda do sindicato.

O sujeito da pesquisa também nos ajudou a refletir sobre o lugar intermediário ocupado pelo representante, no caso estudado. Ajudando a manter afastado e, ao mesmo tempo, a satisfazer desejos conflitantes, o intermediário se torna tabu. Ele também serve de elo entre a categoria, a base, a direção e a vanguarda, o que o deixa em um vínculo de modalidades múltiplas. Passemos mais detidamente pelos principais pontos de análise

O sujeito entrevistado

É importante lembrar, antes de tudo, que a história que abordamos foi contada por um sujeito. Assim, sua história de vida também é contexto para a análise das relações sindicais estudadas. Sua singularidade lhe dá uma visão única sobre os processos e as inter-relações com outros sujeitos e grupos do qual fez parte.

Em primeiro lugar, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que o entrevistado refuta parte do “modelo de filiação” que se lhe apresenta. Ele vê a mãe como autoritária, racista e machista e o pai como violento e alcóolatra. Ainda assim, algumas características desse modelo se tornam fortes para ele: o gosto pela leitura

e a vaidade intelectual, que ele parece herdar da mãe, a relação com a música, com a astrologia e o estranhamento à academia, que aparenta vir do modelo paterno.

Em seu discurso, parece possível pensar que ele se identificava com a mãe, vista como a detentora do poder, na casa. Ao pai, cabe o lugar da comparação e dos valores negativos.

São os regentes do grupo de música, o casal de irmãos espanhóis, que parecem mais influenciar sua construção de ideais e sua forma de fazer política, em especial com o irmão. Nesse casal, ele parece buscar novas formas de pertencimento. Por exemplo, se ele se apresenta como contestador da autoridade em outros grupos aos quais pertence (como os grupos eclesiais), nesse grupo ele se une aos líderes e quer ser, por eles, reconhecido. Parece ser a partir de sua atuação nesse grupo que ele toma decisões como as de buscar a conciliação de discursos (sob influência do esoterismo) e dispor-se a cumprir tarefas rejeitadas. Podemos levantar a hipótese que sua identificação com o irmão espanhol reforçará sua noção de democracia e sua forma moderada de fazer política, buscando a síntese de posições diferentes.

Dois outros vínculos afiliativos da adolescência parecem reforçar importantes valores que cultivará ao atuar no movimento sindical: da música, trará a sensibilidade ao outro e à diversidade; dos movimentos eclesiais, desenvolverá a aversão aos partidos e a contestação à autoridade.

Destacando-se na interseção

A história que conta sobre sua adolescência mostra que, em geral, ele não deseja “substituir” o poder. Ele pode, por um lado, atacar a autoridade daqueles líderes com os quais não se identifica sem, no entanto, buscar tomar seu lugar. Nesse caso, ele acaba optando por sair do grupo. Por outro lado, ele busca unir-se àqueles outros com os quais se identifica, onde tenta destacar-se ao se dispor a cumprir tarefas indesejadas. Coloca-se, assim, num espaço entre o poder (seja ele encarnado por uma pessoa ou um grupo) e a massa.

Essa forma de se destacar, portanto, não ameaçava os líderes constituídos que possam vir a existir nos grupos do qual quer participar: ele se coloca numa posição

“inferiorizada” (o outro é sempre o mentor ou irmão mais velho) e chega a se chamar de “babaquinha” e “moleque”. Uma exceção é a disputa com o Sindicalista, que leva este último a se afastar na formação da Federação. Mas, ainda nessa situação, ele refuta a disputa e diz que a posição lhe “caiu no colo”. Nesse momento, podemos levantar a hipótese de que, a escolher alguém que parecia almejar à posição de Pai Tirano (o Sindicalista), o grupo que constitui a federação parece escolher alguém que ocuparia o lugar de representante.

É importante notar, também, que, no grupo de música, no jornal *Atrevida* e no *Sindjuse*, o entrevistado busca a aprovação *do grupo de líderes*. É a aceitação deles que vai lhe “cobrir de maná divino” e legitimar sua posição. Nesses grupos, sua participação não será revolucionária (no sentido de questionar o poder), será mantenedora da trama do poder instituída.

Voltando à nossa metáfora de Moisés: o lugar de interseção ocupado pelo representante precisa ser aceito pelos dois grupos, o dos representados e o do poder (mesmo que seja constituído por diversos representantes), o que exige que o sujeito se coloque entre duas forças que podem ter desejos e exigências bastante contraditórias. Levantamos a hipótese de que essa poderia ser uma fonte de sofrimento para o sujeito pesquisado, que, ao mesmo tempo em que buscava atender as demandas da categoria, precisava “compor” com os projetos da direção.

Une-se a esse sofrimento de estar na interseção aquele advindo da posição de “tabu”. No caso do entrevistado, esse sofrimento se refere ao investimento, pelo grupo, de grandes responsabilidades, como o das negociações coletivas e o de “falar em nome de”, onde pesa sobre suas costas os destinos de “100 mil famílias”, o que o leva a deixar seu interesse pessoal como secundário. Na posição de tabu, recebe, tanto da direção quanto da categoria, uma transmissão narcísica, no reconhecimento de sua “autoridade” em relação ao tema da carreira, e uma transmissão de poder, que garante a ele certa “carta branca” para atuar. A contrapartida dessa “carta branca” é o isolamento e a solidão.

Uma nova forma de fazer política

No Sintrajud, que se formou em 1995, sua inserção não se deu da mesma forma que as vezes anteriores. Ele já havia sido presidente de uma federação (a dos sindicatos da justiça eleitoral) e participado da direção da federação unificada. Ele já tem um histórico de negociações com diretores nacionais e ministros. Nesse momento, ele não ocupa mais a posição “inferiorizada”, estratégia de pertencimento que havia utilizado nos grupos anteriores, como chamamos a atenção acima.

Mas sua dificuldade de ser aceito e legitimado nessa nova organização encontra uma grande barreira: sua posição de “independente”. As novas chapas sofrem muita pressão dos partidos de extrema esquerda para que seus projetos sejam realizados dentro da direção, de acordo com o relato do entrevistado. Mas ele busca se manter nesse grupo, que dá a ele algo que deseja: o reconhecimento de sua autoridade na questão da carreira (e de propostas de cargos e salários).

Sua legitimidade no grupo continua dada por uma disposição em fazer as tarefas rejeitadas, e ele continua recebendo deste, como contrapartida, o reconhecimento como autoridade intelectual. Mas agora há uma distância dada pela independência que se contraporá com os projetos dos grupos partidários. A dívida fica menos evidente, a dívida aumenta (lentamente, é verdade: num prazo de 20 anos e por três projetos de cargos e salários). A contrapartida, ao final desse período, já não é suficiente para lidar com a frustração da satisfação de seu Ideal do Eu, que não comunga com o Eu Ideal onipotente dos grupos partidários. Ele tenta uma última solução: aproveitar-se de sua posição de isolamento para praticar uma traição ao grupo e aprovar um plano com o qual a direção não concordaria.

A direção descobre sua traição e, nesse momento, rompe-se a aliança entre o sujeito e o grupo.

Não fazendo mais parte da direção, na posição de representante, é questão de tempo para que se dissolva também sua aliança com a categoria, e ele “pendura as chuteiras”.

O golpe é duro para seu Eu Narcísico. A diretoria o ataca, mesmo que veladamente e por omissão. É possível até que a categoria se regozije com sua

queda, o que confirmaria o lugar de tabu do representante: sofreu a perseguição no local de trabalho por causa de seu passado como representante sindical.

No entanto, para a categoria e a diretoria, o impacto é pequeno: sempre é possível contratar uma assessoria para fazer os cálculos do plano de cargos e salários, há um suplente pronto a assumir o lugar do entrevistado. O sujeito, por outro lado, sofre um golpe em sua identidade, perde a referência dos ideais do grupo, não consegue a satisfação de seu Ideal do Eu. A crise o leva a depressão, da qual estava se recuperando a partir do retorno a valores que foram colocados em segundo plano durante a atuação sindical: a música, a faculdade e sua família.

Nosso propósito, no presente trabalho, foi o de refletir sobre a diferença entre o lugar intersubjetivo do representante num grupo que se organiza democraticamente e do líder. O fenômeno, naturalmente, se mostrou bem mais intrincado do que nossa primeira hipótese teórica, o que consideramos natural, tendo em vista a complexidade da trama vincular de cada grupo e cada sujeito do grupo, considerados tanto horizontalmente (o espaço) quanto verticalmente (o tempo), como discutido por J. Barus-Michel na instância sócio-histórica. Novos estudos certamente poderiam ser delineados, buscando aprofundar a reflexão sobre como essas múltiplas tramas configuram lugares e papéis próprios para os líderes e os representantes. Uma visão dos mesmos fenômenos a partir de conceitos que foram apenas levantados por nós poderia ampliar a compreensão que tivemos dos depoimentos que obtivemos, como por exemplo: a noção de metapsicologia e de ideologia, em Kaës; o tema do poder e os sistemas culturais, simbólicos e ideológicos comuns, de Enriquez. Um outro desdobramento interessante do presente trabalho seria investigar o papel do binômio autonomia & heteronomia, assim como da alienação (tal pesquisa poderia trazer mais reflexões sobre por que os representantes se prestam a ocupar o lugar de tabu, como sugerimos no capítulo 2).

Durante o trabalho de análise, tocamos, diversas vezes, em pontos de contato com outras áreas do saber que também poderiam ter enriquecido os resultados e para os quais pretendemos lançar olhares. A discussão do poder a partir da metodologia proposta por M. Foucault, a teoria da formação da identidade através do trabalho

(nesse caso, da atividade sindical) de A. Ciampa e o impacto da organização do trabalho como proposta pelas teorias de Psicodinâmica do Trabalho de C. Dejours são exemplos dessas teorias.

Por outro lado, nosso campo, os movimentos sindicais, tem, certamente, particularidades históricas que precisavam ser consideradas e que tiveram impacto na fundação do conceito de representante que propusemos. Estudos sobre o representante em outros contextos, como os movimentos comunitários ou o chamado terceiro setor, também trariam desdobramentos interessantes para o amadurecimento das ideias aqui apresentadas.

A pesquisa apresentada é resultado de nossas escolhas e nossa própria história. É sobre o vínculo que recaiu nosso olhar. Quisemos olhar, com certa desconfiança acadêmica, para a democracia representativa, de forma a repensar seu papel frente ao difícil dilema da convivência humana. Buscamos refletir sobre o arraigado hábito humano de transferir o poder a outro. Nesse sentido, supomos que o representante se apresente como uma reelaboração entre Hobbes e Freud: se o grupo democrático transfere seu poder para que o representante impeça a guerra de todos contra todos, ele também cria mecanismos para assegurar que esse representante seja adequadamente devorado, se o grupo assim o desejar.

Bibliografia

- Alberti, V. (1989). *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Amado, J., & Ferreira, M. d. (2006). Apresentação. Em J. Amado, & M. d. Ferreira, *Usos e abusos da história oral* (pp. VII-XXV). Rio de Janeiro: FGV.
- Antunes, R. (1985). *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Antunes, R. (1991). *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente.
- Araújo, J. N. (2001). Função paterna e constituição dos grupos sociais. Em J. N. Araújo, L. G. Souki, & C. A. Faria, *Figura paterna e ordem social* (pp. 17-28). Belo Horizonte: Autêntica.
- Araújo, J. N. (2006). Relações sociais: as trocas e os mitos de um mundo sem trocas. *Psicologia USP*, 17(1), 155-179.
- Barus-Michel, J. (2001). A democracia ou a sociedade sem pai. Em J. N. Araújo, L. G. Souki, & C. A. Faria, *Figura Paterna e Ordem Social* (pp. 29-39). Belo Horizonte: PUC Minas.
- Barus-Michel, J. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC Minas.
- Barus-Michel, J., & Enriquez, E. (2002). Pouvoir. Em J. Barus-Michel_(org.), *Vocabulaire de psychosociologie* (pp. 212-221). Paris: Eres.
- Berenstein, I. (2011). *Do ser ao fazer*. São Paulo: Via Lettera.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê.
- Brasil. (1965). Lei n. 4.737. Institui o Código Eleitoral. Brasília. Acesso em 29 de 10 de 2013, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737.htm
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Acesso em 12 de 04 de 2013, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

- Brasil. (1990). Lei n. 8112. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília. Acesso em 15 de 11 de 2013, disponível em <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=12/12/1990&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=90>
- Brasil. (1997). Lei n. 9527. Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Brasília. Acesso em 15 de 11 de 2013, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9527.htm
- Brasil. (2009). Projeto de Lei. Institui o Plano de Carreira, Cargos, Salários dos servidores públicos do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios. São Paulo: Sintrajud. Acesso em 5 de Set de 2013, disponível em <http://www.fenajufe.org.br/index.php/documentos/carreira/656-plano-de-carreira>
- Ciccone, A. (2012). Les enfants qui "poussent à bout". Logiques du lien tyrannique. Em A. Ciccone, S. Resnik, R. Kaës, Y. Gampel, G. Catoire, & D. Meltzer, *Psychanalyse du lien tyrannique* (pp. 11-46). Paris: Dunod.
- Colósio, R. (2012). *A formação e o trabalho do psicólogo em instituições públicas. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo*. São Paulo.
- Cooley, C. H. (1910). *Social Organisation*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons. Acesso em 24 de 09 de 2013, disponível em <http://ia700501.us.archive.org/18/items/socialorganizat00cool/socialorganizat00cool.pdf>
- Dacorso, S. T. (Agosto de 2007). Psicanálise e trajetória de vida: intervenção na comunidade. *Estud. psicanal*. Acesso em 13 de maio de 2012, disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372007000100017&lng=pt&nrm=iso
- D'Araújo, M. C. (1994). Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. Em M. d. Ferreira, *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral* (pp. 147-172). Rio de Janeiro: FGV.

- Enriquez, E. (1990). *Da Horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Enriquez, E. (1991). *Les figure du maître*. Paris: Arcantère.
- Enriquez, E. (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.
- Enriquez, E. (1997). *Les jeux du pouvoir et du desir dans l'entreprise*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Enriquez, E. (2001a). O papel do sujeito humano na dinâmica social. Em A. Lévy, A. Nicolai, E. Enriquez, & J. Dubost, *Psicossociologia; análise social e intervenção* (pp. 27-44). Belo Horizonte: Autêntica.
- Enriquez, E. (2001b). O Vínculo Grupal. Em A. Lévy, A. Nicolai, E. Enriquez, J. Dubost, M. N. Machado, E. d. Castro, J. N. Araújo, & S. Roedel (Eds.), *Psicossociologia: análise social e intervenção* (pp. 61-74). Belo Horizonte: Autêntica.
- Enriquez, E. (2001c). A arte de governar. Em J. N. Araújo, L. G. Souki, & C. A. Faria, *Figura paterna e ordem social* (pp. 113-142). Belo Horizonte: Autêntica.
- Enriquez, E. (2003). Caractéristiques spécifiques de la pulsion de mort dans les sociétés contemporaines et les organisations modernes. *Organizações & Sociedade*, 10(28), pp. 27-34.
- Faria, G., & Pires, T. (19 de 10 de 2011). A libelu ganhou o poder. *Revista Fórum*. Acesso em 28/10/2013, disponível em <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/a-libelu-ganhou-o-poder/>
- Faria, M. S. (2004). Brasil: o “novo sindicalismo” no setor público. *La question sociale*, 1-6. Acesso em 24 de Out de 2013, disponível em http://www.laquestionsociale.org/LQS/LQS_1/QS1_11_brasil.htm
- Fenajufe. (1992). *Estatuto da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União*. Brasília.
- Fenajufe. (14 de Nov. de 2012). *História*. Fonte: Fenajufe: <http://www.fenajufe.org.br/index.php/institucional/historia>

- Fernandes, M. I. (1989). *De como emerge a questão do narcisismo e da alteridade no grupo operativo*. São Paulo: [Tese de doutorado - Instituto de Psicologia da USP].
- Fernandes, M. I. (1994). A subjetividade à luz de uma teoria de grupos. *Psicologia USP*, 5(1/2), pp. 285-296.
- Fernandes, M. I. (1999). Uma nova ordem: narcisismo expandido e interioridade confiscada. Em I. R. Maria Inês Assumpção Fernandes, *Fim de século: ainda manicômios?* (pp. 39-46). São Paulo: IPUSP.
- Fernandes, M. I. (2003). O trabalho psíquico da intersubjetividade. *Psicologia USP*, 14(3), 47-55.
- Fernandes, M. I. (dez. de 2004). Algumas reflexões sobre a negatividade na construção dos laços sociais. *Vínculo*, 1(1), 9-16. Acesso em 27 de Fev. de 2013, disponível em http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902004000100003&lng=pt&nrm=iso
- Fernandes, M. I. (2005). *Negatividade e vínculo: mestiçagem como ideologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferraro, L. (22 de Jan de 2011). *La Patria Grande por Manuel Ugarte*. Acesso em 11 de 12 de 2013, disponível em Panorama del Observador: <http://www.p-d-o.com.ar/2011/01/la-patria-grande-por-manuel-ugarte.html>
- Freud, S. (1913-2012). *Totem e Tabu*. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin.
- Freud, S. (1914-2010). Introdução ao narcisismo. Em S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915-2010). O instinto e seus destinos. Em S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 51-81). São Paulo: Companhia das Letras.

- Freud, S. (1918-2010). História de uma neurose infantil. Em S. Freud, *História de uma neurose infantil (o homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos (1917 - 1920)* (pp. 13-160). São Paulo: Companhia das letras.
- Freud, S. (1920-2010). Além do Princípio do Prazer. Em S. Freud, *História de uma neurose infantil (o homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos* (pp. 161-239). São Paulo: Companhia das letras.
- Freud, S. (1921-2011). Psicologia das massas e análise do eu. Em S. Freud, *Sigmund Freud - Obras completas: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (Vol. IX, pp. 9-100). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930-2010). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. (1939-1997). Moisés e o monoteísmo. Em S. Freud, *Moisés e o monoteísmo, esboço da psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)* (pp. 2-88). Rio de Janeiro: Imago.
- Galery, A., & Branchini, D. (27 de 11 de 2008). Algo mais que Cargos e Salários. *Jornal do Judiciário*. Acesso em 30 de 10 de 2013, disponível em http://www2.sintrajud.org.br/2008/jornal/jj_2008/jj333/jj333_pg7.html
- Hill, C. (1988). *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobbes, T. (1642-1998). *Do cidadão* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Hobbes, T. (1651-1981). *Leviathan*. Londres: Penguin Classics.
- Kaës, R. (1980). *L'ideologie, etudes psychanalytiques*. (R. Colósio, Trad.) Paris: Dunod (tradução no prelo).
- Kaës, R. (1991). Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. Em J. B.-P. René Kaës, *A instituição e as instituições* (pp. 1-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (1991). Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. Em J. B.-P. René Kaës, *A instituição e as instituições* (pp. 1-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (1993). *Le groupe et le sujet du groupe*. Paris: Dunod.

- Kaës, R. (2004). Introduction à l'analyse transitionnelle. Em R. Kaës_(org), *Crise, rupture et dépassement* (pp. 1-83). Paris: Dunod.
- Kaës, R. (2005a). *La palabra y el vínculo*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Kaës, R. (2005b). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaës, R. (Jul de 2008). Alliances inconscientes et interdits de penser. *Rhizome*(31), 8-9. Acesso em 02 de 10 de 2013, disponível em http://www.orspere.fr/IMG/pdf/rhizome_31_juillet.pdf
- Kaës, R. (2009a). *Les alliances inconscientes*. Paris: Dunod.
- Kaës, R. (Out. de 2009b). Lógicas del inconciente e intersubjetividad. Trazado de una problemática. *Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares*, XXXII(2), 81-115.
- Kaës, R. (2010). *L'Appareil psychique groupal*. Paris: Dunod.
- Kaës, R. (2011). *Um singular plural*. São Paulo: Loyola.
- Kaës, R. (2012). Tyrannie de l'idée, de l'ideal et de l'idole. La position idéologique. Em A. Ciccone, S. Resnik, R. Kaës, Y. Gampel, G. Catoire, & D. Meltzer, *Psychanalyse du lien tyrannique* (pp. 69-104). Paris: Dunod.
- Kayser, M. (06 de 2005). Homo Homini Lupus em Hobbes e Freud. São Leopoldo. Acesso em 10 de 09 de 2013, disponível em <http://www.tca.com.br/blogdomarcos/2005/06/15/homo-homini-lupus-em-hobbes-e-freud/>
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1992). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Le_Grand, J.-L. (2002). Histoires de vie. Em J. Barus-Michel, *Vocabulaire de psychosociologie* (pp. 360-366). Paris: Eres.
- Le_Ven, M. M. (2005). *Dazinho; um cristão nas minas*. Belo Horizonte: O Lutador.

- Lênin, V. I. (1979). *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Polis.
- Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.
- Levy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica/Fumec.
- Lourau, R. (1975). *El análisis institucional*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Lozano, J. E. (2006). Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. Em J. Amado, & M. d. Ferreira, *Usos e abusos da história oral* (pp. 15-25). Rio de Janeiro: FGV.
- Marx, K., & Engels, F. (1980). *Sindicalismo*. São Paulo: CHED.
- Matos, C. A. (2002). *A Fenajufe e seus sindicatos: a CUT no Poder Judiciário Federal e no Ministério Público da União*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas: Campinas, SP, Brasil.
- Metalúrgica, O. (1979). *Iº Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - Teses aprovadas*. Acesso em 23 de 10 de 2013, disponível em Projeto "Memória da Oposição Sindical Metalúrgica - SP": <http://www.iiop.org.br/sistema/arquivos/lidas/1congre.htm>
- Moraes, A. B. (2009). Identidade e trabalho: um relato sobre as produções científicas brasileiras. *Anais de Trabalhos Completos - XV Encontro Nacional da ABRAPSO*, (pp. 1-8). Maceió. Acesso em 15 de 11 de 2013, disponível em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/365.%20identidade%20e%20trabalho.pdf
- Oliveira, R. V. (2002). *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, SP, Brasil.
- Pichon-Rivière, E. (1982). *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pichon-Rivière, E. (2009). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

- Portelli, A. (2006). O massacre de Civitella Val di Chiana. Em J. Amado, & M. d. (coords), *Usos e abusos da história oral* (pp. 103-130). Rio de Janeiro: FGV.
- Rêgo, J. (julho/dezembro de 1995). Poder, Estado e sociedade em Hobbes e Freud: reflexões sobre Leviatã e o mal-estar na civilização. *Cadernos de Estudos Sociais*, 11(2), pp. 283-319.
- Roussillon, R. (1991). Espaços e práticas institucionais. O quarto de despejo e o interstício. Em J. B.-P. René Kaës, *A Instituição e as instituições* (pp. 133-151). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, L. d. (2002). *A comunicação do Sindicato dos Servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo (1989-1995)*. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo: São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, R. H., Carvalhais_Jr, A., & Motta, M. H. (1998). *Trabalhando com fontes históricas (Módulo exemplar de história; etapa A; exemplar 2)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.
- Sintrajud. (2006). *Estatuto*. São Paulo.
- Souto_Jr., J. F. (Out. de 2005). Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro. *Política e trabalho: revista de ciências sociais*, 23, 105-134. Acesso em 24 de 10 de 2013, disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6580/4137>
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tocqueville, A. d. (2005). *A democracia na América - Livro 1, Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tourtier-Bonazzi, C. d. (2006). Arquivos: propostas metodológicas. Em J. Amado, & M. d. Ferreira, *Usos e abusos da história oral* (pp. 233-245). Rio de Janeiro: FGV.
- Tragtenberg, M. (abril de 2003). A contribuição de Freud para o esclarecimento do fenômeno político. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II(23).

- Trotsky, L. (1978). *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós.
- Voldman, D. (2006). Definições e usos. Em J. Ferreira, & M. d. Ferreira, *Usos e abusos da história oral* (pp. 33-41). Rio de Janeiro: FGV.
- Zwick, R. (2010). Sobre a tradução de um termo empregado por Freud. Em S. Freud, *O mal-estar na cultura* (p. 192). Porto Alegre: L&PM.